

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

GUILHERME MININEL DA SILVA

ESCRITOS ESQUIZOANALÍTICOS
SOBRE AS SUBJETIVIDADES NA HISTÓRIA

Uberlândia - MG

2026

GUILHERME MININEL DA SILVA

**ESCRITOS ESQUIZOANALÍTICOS
SOBRE AS SUBJETIVIDADES NA HISTÓRIA**

Texto da dissertação apresentado para qualificação do Programa de pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História, Cultura e Poder

Linha de pesquisa: Linguagens, identidades e subjetividades

Orientadora: Profa. Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros

Banca examinadora

Prof.^a Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros (Orientadora) – (UFU)

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido - (UFU)

Prof.^a Dra. Jacy Alves de Seixas

Uberlândia – MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2026 Silva, Guilherme Mininel da, 1999-
ESCRITOS ESQUIZOANALÍTICOS SOBRE AS SUBJETIVIDADES NA
HISTÓRIA [recurso eletrônico] / Guilherme Mininel da Silva. - 2026.

Orientadora: Carla Miucci Ferraresi de Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.258>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Barros, Carla Miucci Ferraresi de, 1972-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 41, PPGHI				
Data:	sete de abril de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12312HIS007				
Nome do Discente:	Guilherme Mininel da Silva				
Título do Trabalho:	ESCRITOS ESQUIZOANALÍTICOS SOBRE AS SUBJETIVIDADES NA HISTÓRIA				
Área de concentração:	História, cultura e poder				
Linha de pesquisa:	Linguagens, identidades e subjetividades				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O medo nosso de cada dia: a construção audiovisual dos afetos em tempos de Covid-19				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Humberto Aparecido de Oliveira Guido - UFU; Jacy Alves de Seixas - UFU; Carla Miucci Ferraresi de Barros orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Carla Miucci Ferraresi de Barros, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Miucci Ferraresi de Barros, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/04/2026, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacy Alves de Seixas, Usuário Externo**, em 08/04/2026, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/04/2026, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7115958** e o código CRC **7AD7E2AF**.

Referência: Processo nº 23117.013959/2026-41

SEI nº 7115958

Para Irene, minha amada vó!

De ti, herdei o amor de ser quem sou.

AGRADECIMENTOS

Não há caminho solitário em pesquisa alguma. Há sempre esbarros, tropicões, acenos, intimidades, brigas, cheiros, memórias, descobertas, amores, horrores e todo um mundo de afetos. Minha gratidão, ainda sem nomes e sobrenomes, se dá a tudo que me atravessou em meu caminho. Fiz-me de encontros, assim como minha escrita.

Minha família, a quem tudo devo, mais que agradeço. Minha mãe, Rosana Aparecida Mininel da Silva, deu-me mais que a vida, deu-me a motivação de ser feliz e viver da melhor forma que pude. Se hoje posso dizer que sou um historiador feliz, é porque tive a melhor historiadora do mundo junto de meu coração. Agradeço a meu pai, Ricardo Cecchini da Silva, por todo amor e apoio nessa jornada, sempre zeloso e dedicado. Quando eu crescer, quero um dia ser pelo menos metade do pai que você foi para mim. Agradeço minha avó, Irene, que além de todo cuidado e amor, me formou das melhores qualidades que alguém poderia ter, com sua gentileza, carinho e compaixão. Agradeço a minha avó Giselda e meu avô Vladmir, por acreditarem e ajudarem no meu caminho até aqui, sem suas bençãos pouco seria de mim. Minha família, a vocês dedico o mundo, meus sonhos e meu amor.

Quisera eu listar todos os nomes que dedico meus agradecimentos e meu carinho, mas nem o tempo de uma vida seria o bastante para assim fazê-lo. Há nomes, entretanto, que não posso deixar de registrar aqui nesse texto, pois tenho a convicção que esse texto já foi de fato marcado por cada um deles. Alex Júnior e Paulo Roberto, meus fiéis *escudentes* (escutadores confidentes). A vocês dois, mais do que ninguém no mundo, seria necessário agradecer com toda minha alma. Só os deuses sabem quantas horas da vida de vocês foram dedicadas a me escutar tagarelando sobre minha pesquisa, sempre dialogando comigo e me auxiliando das mais diversas formas, parte boa de tudo que aqui escrevi, só pode existir pelo afeto e carinho que vocês tiveram por esse pobre nômade. Dou os louros de minha gratidão também aos meus companheiros historiadores, que a quase uma década me acompanham nessa jornada, entre risos e lágrimas. Aleska Trindade, Hellen Morizza, Maria Eduarda Belotti, Milena Alves e Yan Damasceno. Evocar o nome de vocês aqui é reviver uma trajetória alegre e memorável. Todos sempre estarão lapidados na história do meu coração.

Agradeço imensamente minha orientadora, professora Carla Miucci, que acreditou em mim e me deu liberdade de explorar meus interesses e potenciais. Agradeço

por todos os nossos almoços e reuniões tão inspiradoras. Para além de orientadora, você também foi uma grande amiga.

Dos muitos territórios que caminhei nesses últimos anos, agradeço especialmente à Universidade Federal de Uberlândia e a seu Programa de Pós-graduação em História pela oportunidade de ter pertencido a seus espaços que muito me enriqueceram.

Obrigado a todos e a mim mesmo!

Resumo

A presente dissertação investiga as relações entre historiografia, subjetividade e escrita, partindo da hipótese de que a história não apenas representa o passado, mas participa ativamente da produção de sujeitos, corpos e modos de existir. Ao longo do trabalho, analisa-se como a narrativa histórica moderna se organizou em torno da categoria do indivíduo e de regimes de identidade, continuidade e normalização, e propõe-se um deslocamento conceitual em direção aos processos de singularização, às implicações éticas do ofício historiográfico e às práticas de escrita de si. Em diálogo com desdobramentos esquizoanalíticos deleuzo-guattarianos, leituras foucaultianas e com a teoria da história contemporânea, a dissertação examina os conceitos de corpo, diagnóstico, consciência histórica e autobiografia como campos privilegiados de reflexão acerca da produção de subjetividades. No movimento final, propõe-se como ferramenta conceitual a *conficção* como proposta teórica para pensar a escrita histórica como prática reflexiva e micropolítica, capaz de articular rigor historiográfico, criação de si e resistência às normatividades modernas. Objetiva-se, pois, repensar a prática historiográfica como uma prática ética e criativa, na qual produzir história implica também cartografar e produzir modos de subjetivação no presente.

Palavras-chave: *Subjetividade; Esquizoanálise; História.*

Résumé

La présente dissertation examine les relations entre historiographie, subjectivité et écriture, en partant de l'hypothèse selon laquelle l'histoire ne se contente pas de représenter le passé, mais participe activement à la production de sujets, de corps et de modes d'existence. Tout au long du travail, on analyse la manière dont le récit historique moderne s'est organisé autour de la catégorie de l'individu et de régimes d'identité, de continuité et de normalisation, et l'on propose un déplacement conceptuel vers les processus de singularisation, les implications éthiques du métier d'historien et les pratiques d'écriture de soi. En dialogue avec des développements schizoanalytiques deleuzo-guattariens, des lectures foucaaldiennes et avec la théorie contemporaine de l'histoire, la dissertation examine les concepts de corps, de diagnostic, de conscience historique et d'autobiographie comme champs privilégiés de réflexion sur la production des subjectivités. Dans le mouvement final, la notion de confiction est proposée comme outil conceptuel pour penser l'écriture historique comme pratique réflexive et micropolitique, capable d'articuler rigueur historiographique, création de soi et résistance aux normativités modernes. Il s'agit ainsi de repenser la pratique historiographique comme une pratique éthique et créative, dans laquelle produire de l'histoire implique également cartographier et produire des modes de subjectivation au présent.

Mots-clés: *Subjectivité; Schizoanalyse; Histoire.*

Para desvirginar o labirinto
Do velho e metafísico Mistério,
Comi meus olhos crus no cemitério,
Numa antropofagia de faminto!
A digestão desse manjar funéreo
Tornado sangue transformou-me o instinto
De humanas impressões visuais que eu sinto
Nas divinas visões do ínclito etéreo!
Vestido de hidrogênio incandescente,
Vaguei um século, improficuamente,
Pelas monotonias siderais... subi talvez às máximas alturas,
Mas, se hoje volto assim, com a alma às escuras,
É necessário que ainda eu suba mais!
(Augusto dos Anjos, *Solilóquio De Um Visionário*)

Índice de figuras

Figura 1- Diagrama de um dos planos operatórios das subjetividades	70
Figura 2 - Carta do movimento zapatista aos estudantes do México em 1994	75
Figura 3: Quadro Ciência e Caridade de Pablo Picasso.....	87

Sumário

EXÓRDIO	14
PLATÔ 6	32
Do individual ao singular nos estudos históricos das subjetividades	32
6 – I	48
Predileções pela individualidade na historiografia	48
6 – II	64
Operações do singular no plano subjetivo-histórico: o caso zapatista	64
PLATÔ 7	77
Inflexões éticas dos processos da diagnose subjetiva	77
7-I	84
A beata, o médico e o enfermo:	84
A potência ética do diagnostico foucaultiano	84
7 – II	93
Do reconhecimento à diferença das subjetividades micropolíticas	93
7 – III	105
Historiologia sísmica:	105
Ética insubmissa de historiadores	105
PLATÔ 8	114
Historiar: verbo de criação imanente	114
8-I	130
Confições micropolíticas	130
FONTES DOCUMENTAIS	157
FONTES ARTÍSTICAS	157
FONTES DIGITAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	170

EXÓRDIO

As fases da lua

A crise dos mercados

O movimento das marés

A hora da verdade

A idade da razão

A diferença do que se pensa e o que se faz

Isso nos coloca em rota de colisão

Estamos em rota de colisão

Isso nos coloca em rota de colisão

Estamos em rota de colisão

(Rota de colisão - Engenheiros do Hawaii)

Há uma incursão em movimento, não uma introdução, ao menos não no sentido clássico da palavra. Tal incursão se refere ao movimento que prefere o risco da travessia à segurança de seus limites. Incursão, nesse caso, não como gesto de conquista, mas como atitude intempestiva diante do pensamento e da escrita: deslocar-se por territórios diversos sem pretensão de ocupá-los, mas para fazer colidir com os mundos e orientações. Durante sua passagem, leva consigo o que lhe é útil para continuar seu movimento. Não há um território fixo de origem, tampouco uma chegada prometida. Há o trajeto, há os recortes, há os encontros. É nesse ritmo que este trabalho se organiza, não como exposição linear de ideias, mas como narrativa construída em meio a deslocamentos, confecção de conceitos, de corpos, de modos de existir e de produção de pensamentos históricos.

Para explicar minha incursão, faço-me valer de uma alusão ao movimento do nômade deleuzo-guattariano¹. O nômade, ao atravessar um território, não o faz com objetivo bélico ou de conquista. Ainda que possa recorrer à guerra, caso seja necessária para sua sobrevivência. Também não tem por objetivo se fixar nos territórios que caminha, identificando-se neles e por eles. Essa é a figura do sedentário, fixo à terra que chama de sua.

Essa pesquisa partilha do movimento nômade, perpassando o território epistemológico dos historiadores, sem intenção de conquistá-lo ou fixar-se a ele. Em seu caminho, sem destino, começo ou fim delimitado², toma para si o que lhe é útil para continuar seu movimento. Ao evidenciar a nomadologia³ esquizoanalítica a você, leitor, inicio já uma cartografia das consonâncias e dissônancias que meu arcabouço teórico-conceitual repercute no ofício dos historiadores e em suas narrativas. É por esse motivo que considero necessário nomear minha incursão como uma “rota de colisão”, pois ao passo que a produção do conhecimento histórico está no horizonte de eventos a serem “colididos”, minha operação histórica também está.

¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Editora 34. São Paulo, 2011.

² Como definem Deleuze e Guattari: “O nômade tem um território, segue trajetos costumeiros, vai de um ponto a outro, não ignora os pontos (pontos de água, de habitação, de assembleia, etc.) (...) A vida do nômade é intermezzo. Até os elementos de seu hábitat estão concebidos em função do trajeto que não para de mobilizá-los. (...), mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto” (*Ibidem*, 2011. Pg. 53-54).

³ Lógica dos nômades. Constituinte do pensamento deleuzo-guattariano, a figura nômade se coloca como uma propositura política em meio ao sedentarismo das ideias no contemporâneo, dando sempre privilégio ao movimento em detrimento à estagnação cômoda das identidades e das ditas “verdades” universalizantes.

Sem mais delongas, inicio a cartografia do território do qual inicio minha jornada. O último texto de Michel Foucault em vida foi dedicado à trajetória e a herança de Georges Canguilhem, seu mentor. Essa homenagem, que viria a público somente após sua morte, trazia consigo uma cartografia dos embates de Canguilhem dentro e fora da história das ciências. Ao apresentar o formato em que o campo dos debates na época suscitava, Foucault discorre sobre a cartografia historiográfica de seu mestre:

G. Canguilhem reverteu o problema; centrou o essencial de seu trabalho na história da biologia e na da medicina, sabendo claramente que a importância teórica dos problemas levantados pelo desenvolvimento de uma ciência não é necessariamente diretamente proporcional ao grau de formalização por ela atingido. Ele fez a história das ciências descer dos pontos culminantes (matemática, astronomia, mecânica galileana, física de Newton, teoria da relatividade) para regiões em que os conhecimentos são muito menos dedutíveis, onde eles permaneceram associados, durante muito mais tempo, aos fascínios da imaginação, e onde colocaram uma série de questões muito mais alheias aos hábitos filosóficos. (...) Mas, operando este deslocamento, G. Canguilhem fez bem mais do que assegurar a revalorização de um domínio relativamente negligenciado. Ele não ampliou simplesmente o campo da história das ciências; remanejou a própria disciplina em relação a um determinado número de pontos essenciais.⁴

Longe de querer presunçosamente aproximar nossos esforços à riqueza das homenagens de Foucault anteriormente expostas, pretendendo para com tal referência dispor um movimento semelhante, um movimento de cartografar meu lugar na historiografia, e o lugar de onde parto em minha escrita.

Na historiografia brasileira contemporânea, em especial na área da teoria da história, grandes movimentos vem se desenvolvendo. Cada vez mais a colonialidade⁵ academica vem sendo combatida pelos processos criativos próprios de nossas historicidades e subjetividades insubmissas.

No que se refere aos ingressantes nos espaços universitários, discentes e docentes,

⁴ FOUCAULT, Michel. A Vida: a Experiência e a Ciência, 1985. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos & Escritos: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de Pensamento – Vol. II*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008. Pg. 258.

⁵ Acerca da colonialidade do saber, Kenia Silva e Carlos Santana explicam: “(...), a colonialidade do saber está diretamente ligada à colonialidade do poder e constroem a colonialidade do ser. A colonialidade do ser é pesquisada principalmente por Walter Mignolo e pelo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres, e “refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades”. É, portanto, uma opressão ontológica, que contraria a existência do próprio ser, tornando-o inexistente e/ou impossibilitando de ocupar determinados locais sociais, por exemplo os centros acadêmicos.” SILVA, Kenia Adriana Reis; DE SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho. Espaços acadêmicos e a colonialidade: o pensamento decolonial como confronto às estruturas de poder. *Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, v. 2, n. 4, p. 486-503, 2021. Pg.490.

vemos uma variedade de pessoas, com condições, origens, deficiências, neurodivergências, formas de pensar e viver diferentes, o que querendo ou não, exigem da cultura histórica brasileira, ou melhor, de como nos relacionamos e lidamos com o passado, uma reformulação latente, que vá para além da inclusão representativa da diversidade na produção do saber hegemônico, e permita outras formas de produção do conhecimento por parte dessas diversas subjetividades.

Gostaria de dizer que no Brasil o campo fértil para a produção do conhecimento plural e democrático está garantido, e que os perigos totalitários são narrativas passadas, mas, há muito tempo, construímos nossos jardim sobre escombros instáveis. A colonialidade do pensamento ainda produz e reproduz suas raízes sob o terreno que lutamos para fertilizar. É preciso tomar cuidado, para não perdermos uma vez mais nossa colheita. Até que ponto os historiadores brasileiros estariam abertos ao diálogo e à autocrítica a partir de outras formas de existência/saberes?

Sou um historiador, cujas principais referências e influências são de um filósofo e um psicanalista militante. Dentre toda a infinitude de historiadores existentes, por que fazer tal escolha? Por que continuar sendo historiador, e não filósofo, ou qualquer outra coisa? Talvez a resposta esteja na minha jornada formativa, nas curvas do labirinto dessa rica e complexa disciplina. Nos meus cinco anos de formação, meus interesses de pesquisas passaram, respectivamente, pelos estudos material-marxistas da economia política, pela cultura da morte e do morrer, pelos processos artísticos hermético-humanistas na renascença, pelos debates e aplicabilidades da história pública, pela teoria e estrutura das temporalidades contemporâneas, até que finalmente eu chegasse aos autores que hoje me são mais preciosos, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Este labirinto, porém, não é apenas meu. Ele é o sintoma de um campo disciplinar que, ao mesmo tempo que se abre para uma multiplicidade de subjetividades, como as que mencionei anteriormente, ainda opera sob o peso de uma colonialidade acadêmica que exige rotas fixas e destinos seguros.

Por mais diferentes que foram as temáticas pelas quais me interessei, todas compuseram momentos de reflexão próprias à minha relação com a história, e por consequência, comigo. A partir dos fluxos formativos diversos que passei, por vezes paradoxais, pude cada vez mais abrir espaço para apreender diferentes formas de produzir

e pensar a história, e por fim, é com a atual pesquisa que busco cartografar, enquanto historiador, esses processos que se esvaem dos limites discursivos do próprio campo, retomando em forma de autocrítica.

Esse percurso esteve longe de ser tranquilo, afinal, nessa última fase que me encontro, mais aproximado de uma filosofia do que de uma metodologia histórica por excelência, me é frequentemente questionado se o que faço é história, ou qual sua relevância para a historiografia. Se ser historiador implica se disciplinar sem uma autocrítica, talvez de fato, ser historiador nesses termos me pareça um problema. Mas sou historiador, e ei de produzir história, talvez não como grande parte da comunidade ainda a pense, mas não estou sozinho nessa empreitada, como a seguinte pesquisa propõe demonstrar. Faço ver, desde já, que penso a história de um lugar não hegemônico, combativo e nômade. Esse espaço de reflexão de onde parto e me aproprio, é justamente o da esquizoanálise.

A Esquizoanálise foi elaborada em conjunto pelo filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) e o clínico ativista político Félix Guattari (1930–1992) no ano de 1972, apresentada primeiramente na obra *Capitalismo e Esquizofrenia: o Anti-Édipo*⁶. É a partir da apreensão e da releitura de seus esforços conjuntos que projeto o presente trabalho. Mas qual o contexto e do que se trata propriamente a perspectiva da esquizoanálise?

Durante o século XX os estudos desenvolvidos por Sigmund Freud (1856-1939) no campo da psicanálise influenciaram as mais diversas áreas do conhecimento, em especial citamos aqui a filosofia, a antropologia e também a história. Essa influência legou, mais que um aparato teórico-metodológico ao ambiente clínico, uma imagem do pensamento acerca das estruturas mentais e psíquicas do sujeito, buscando com isso desbravar racionalmente áreas desconhecidas do inconsciente a fim de tratar “disfunções” que lá ecoavam.

Com o desenvolvimento de uma de suas mais conhecidas teses, o *Complexo de Édipo*, se colocava sob o horizonte do referido campo a possibilidade de se interpretar o inconsciente, a fim de reorganizar as funções psíquicas que afetavam a vida e a produtividade dos indivíduos. Seu esforço realocou o lugar clínico e social da loucura e

⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010 (a).

dos psicóticos de fato. Entretanto, ao buscar conduzir as intempestividades do inconsciente segundo a racionalização da própria consciência, ainda apontava para uma alocação repressiva e restrigente da loucura e do “louco” aos cuidados institucionais dos aparelhos estatais.⁷

No período pós-guerra, destacando-se aqui principalmente os anos 1960⁸, observamos a eclosão das mudanças desses paradigmas estruturalistas, principalmente com o movimento antimanicomial, os processos de independência descolonizatórios, o movimento de contra-cultura, além é claro o fatídico *Maio de 68*⁹ com sua efervescência rebelde reverberadas em diversas partes do mundo ocidental. Nesse processo introduzimos finalmente nossos autores principais à narrativa, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que junto a diversos outros pensadores, como o próprio Michel Foucault, questionaram as condições opressivas e carcerárias do sistema capitalístico, principalmente em sua relação íntima com instituições como a academia e as clínicas. Tal movimento que tivera tamanha repercussão encontrara um final insatisfatório, os sindicatos que lideravam grande parte dos protestos acordaram com os agenciamentos maiores do Estado, cessando institucionalmente sua conduta.

Inconformado com os rumos desse processo, Félix Guattari, que até o momento se colocava como um ativista da esquerda francesa¹⁰ predominante em 68, se afasta do movimento, desiludido e crítico às aproximações de seu antigo grupo às concepções e ideias do marxismo althusseriano, juntando-se ao companheiro rebelde Gilles Deleuze, com quem compôs uma forma própria de se pensar os caminhos da resistência aos discursos e as práticas de poder circulantes, que será conhecido como Esquizoanálise. Pensada como um conjunto de práticas e pensamentos, essa perspectiva se coloca no combate dos processos de imposição e capturas capitalísticas. Dessa maneira, objetiva-se criar formas de resistência às explorações mercadológicas das subjetividades, e ao

⁷ Partilhando dessa crítica, destaco as contribuições de Foucault novamente, que mostrou com profundidade essa dinâmica em seus textos acerca da loucura. FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

⁸ Tal processo é anterior, mas consideramos explorar a década de 1960 pelo seu valor disruptivo institucional e político.

⁹ Recomendo, para quem interessar saber mais sobre a complexidade dos eventos de *Maio de 68* em: CASTORIADIS, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. *Maio de 68: a brecha*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

¹⁰ Dentre outros motivos, seu afastamento também se relaciona com o alinhamento mais incisivo, pela maior parte dos militantes integrantes do grupo, à perspectiva althusseriana. Perspectiva essa que Guattari discordava.

cerceamento do potencial criativo dos sujeitos.

A Esquizoanálise nesse sentido não é uma escola ou uma metodologia a ser seguida, mas um ideal simbiótico, político e situacional de práticas¹¹. Em outras palavras, é a busca pelas potências do viver em um eterno combate às capturas e cristalizações racionalizadas, vide em especial as capturas da identidade capitalística¹², desconstituindo axiomas, discursos e pensamentos filosófico-políticos reconhecidos e consolidados discursivamente até o momento. Não se trata de um desconstrucionismo, ou relativismo, mas um *construtivismo*¹³.

As prerrogativas esquizoanalíticas fundamentam-se na cartografia das subjetividades e de seus devires (devires minoritários: devir-bicha, devir-mulher, devir-indígena, devir-neurodivergente, devir-deficiência, devir-criança, devir-preto, etc...)¹⁴. O *devir* deleuzo-guattariano tem base na filosofia de Friedrich Nietzsche, em diálogo também com Foucault. O devir (*devenir*), em minha leitura dos autores, é dado na atualização de um acontecimento que não está previsto ou territorializado num dado plano existencial. Tradução: Para além da historicidade que nos circunda e dá sentido, eventos atravessam esse campo já estabelecido de forma intempestiva, e esse encontro resulta em algo novo, que ainda que não modifique o plano em que transpassou, esse agora já não é mais o mesmo. Ao escrevermos, exemplifica Deleuze, criamos um plano de devir, que se altera a cada palavra escrita ou apagada, cada pensamento intrusivo e a cada esquecimento não planejado. A escrita, em toda sua dimensão criativa, é devir e se faz dele.

Junto a essa perspectiva, é necessário citar também outro referencial das práticas esquizoanalíticas que ressoam no presente trabalho: a *Nomadologia*. Mais bem

¹¹ Vê-se em estreita relação com a proposta das *práticas e cuidados de si* foucaultianas. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 11ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2024

¹² Ao adjetivar enquanto capitalístico, refiro-me diretamente ao entendimento deleuzo-guattariano dos processos de subjetivação típicos das relações capitalistas. Dentre esses processos, Suely Rolnik destaca o regime político neoliberal de captura e controle das subjetividades no contemporâneo. A autora o nomeia como *regime colonial-capitalístico*. ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. N-1 Edições. São Paulo, 2018. Pg. 29.

¹³ A ideia de construtivismo é apresentada por Deleuze e Guattari de maneira polifônica, prática e inesgotável. De forma sucinta, Wagner Dutra e Bruna Silva nos apresentam a seguinte definição: “(...), os autores trataram de conceber o construtivismo não apenas como projeto da própria Filosofia, mas como o procedimento de produção de sua escrita-a-dois. O construtivismo, então, aparece como um agenciamento próprio aos conceitos e também ao seu modo de invenção escrita.” DUTRA, Wagner Honorato; SILVA, Bruna Coutinho. A produção conceitual como construtivismo esquizoanalítico: máquinas desejantes. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 18, n. 3, 2024. Pg. 16.

¹⁴ Ler: DELEUZE, Gilles. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. Dessa forma, o devir é sempre plural, e constitui-se, junto a potência, um plano de infinita forma e conteúdo.

desdobrada na obra *Mil Platôs*¹⁵, essa *esquizonarrativa* inspirada pela figura do nômade, já referenciada anteriormente, propõe um movimento de abertura epistemológica, passível até mesmo de se conceber pelo paradoxalismo. Aqui, o paradoxal não é indício de inconsistência, mas uma afirmação dos usos plurais possíveis e simultâneos de modais existenciais e mentais.

Mas afinal, haveria uma relação possível entre o campo da história e a esquizoanálise? Há diversas formas que poderiam ser exploradas, e dou por exemplo as que talvez sejam as mais óbvias: 1) Pensar a recepção desse conceito pela historiografia contemporânea; 2) Problematizar a leitura que Deleuze faz da História e dos historiadores; 3) Pensar sobre os usos esquizoanalíticos do passado na narrativa histórica. Caminhos não faltam, mas como todo bom nômade, o caminhar é mais importante do que o ponto de chegada ou do caminho em si. Para uma reflexão inicial dessa rota de colisão, cito Hélio Cardoso Júnior:

O conhecimento nômade permite pensarmos os modos pelos quais a subjetividade se constitui historicamente. Seguindo Foucault, podemos dizer que nossa subjetividade possui, desde o séc. XIX, um certo formato cujas operações se estabelecem dentro de uma “sociedade disciplinar”. De acordo com Deleuze, a disciplina como modo de formar a subjetividade seria um modelo em crise, pois estaria em curso a constituição de uma “sociedade de controle” a qual implicaria novas subjetividades.¹⁶

Considerando que escrevo do interior da disciplina, enquanto historiador, achei pertinente partir de cinco questões que formam o preâmbulo da problemática desta pesquisa. A saber:

- 1) Como o estudo das subjetividades a partir da perspectiva esquizoanalítica pode impactar o estudo epistemológico da narrativa histórica contemporânea?
- 2) Como a produção e os usos do passado podem auxiliar no agenciamento das subjetividades do presente, sem reduzir essa à uma somatória cumulativa e empírica daquela?
- 3) Como repensar o papel social dos historiadores no combate a produção das subjetividades microfascistas?
- 4) O que busca, de fato, um esquivo-historiador?
- 5) Como produzir para si uma esquizohistória?

¹⁵ _____. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: *Mil Platôs*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

¹⁶ JÚNIOR, Hélio Rebello Cardoso. Por que ainda é importante pensar como um nômade em nosso tempo? *Educação e Filosofia Uberlândia*, v. 26, n. 52, jul./dez. 2012. Pg. 603.

Com o tempo, o desenvolvimento da pesquisa me levou a admitir algumas dobras um tanto quanto mais fervorosas, para não dizer indisciplinadas. Essas novas questões dão substrato às minhas inquietações, que busco responder no decorrer da pesquisa.

Esse Eu, historiador, como ele opera e agencia suas próprias subjetividades durante sua escrita? Quero dizer, até que ponto a pesquisa sobre criação e nomadismo das subjetividades não recairia hipocritamente no cerceamento de sua própria potencialidade? Até que ponto pode o historiador de fato criar? De não se colocar como (autor)idade que narra o outro, mas como sujeito aberrativo¹⁷ e relacional?

Para reduzir essas inúmeras perguntas a um direcionamento comum, indico como ponto norteador da seguinte pesquisa *a problematização das subjetividades na produção epistemológica da história*.

As subjetividades são pensadas aqui como uma das dobras possíveis para a composição de uma epistemologia histórica aberta e plural, pensando no público que a lê e naqueles que a produzem institucionalmente. Para tanto, é imprescindível que nós, historiadores, fuçamos de nosso solilóquio fechado, adotando uma postura in(ter)disciplinar.

Essa esquizo-epistemologia das subjetividades na história também é composta por um plano temporal próprio. Habitualmente, o regime moderno da historiografia articula sua lógica à um tríplice divisão temporal: Passado – Presente – Futuro¹⁸. É claro, essa tripartição não se coloca somente aos historiadores em suas análises, como bem coloca o filósofo Peter Pelbart:

Há um século, a psicanálise teve o mérito de introduzir na seta do tempo uma inversão perturbadora. Ao invés do encadeamento passado $\Rightarrow$ presente $\Rightarrow$ futuro, Freud propôs a série presente $\Rightarrow$ passado $\Rightarrow$ futuro. Coube a Lacan, sob

¹⁷ Aproprio-me da ideia de aberrante retirada do livro *Deleuze, os movimentos aberrantes* de David Lapoujade, filósofo e comentador francês das ideias deleuzianas. O aberrante não designa um erro, um desvio ou uma anomalia a ser corrigida, mas a própria condição da criação e da vida. Um movimento é dito aberrante não por ser ilógico, mas por escapar ao princípio da razão, obedecendo a uma lógica irracional própria, uma necessidade que não se justifica por causas externas, mas que se impõe de dentro. É o gesto que rompe com a repetição dele, a força que atravessa um corpo ou um sistema e o obriga a se transformar, a encontrar uma linha de fuga. LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo, n-1 edições, 2015.

¹⁸ E isso se coloca toda uma variedade de formas e teorias das temporalidades. Relembro aqui de pelo menos duas configurações temporais bem atuais que implicam epistemologicamente na escrita da história: 1) François Hartog, e sua categoria de análise a partir do *presentismo* (HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013); 2) Valdeci Araujo e Mateus Pereira, com a teoria brasileira do atualismo (PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. 2ª edição. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora da SBTHH, 2019).

inspiração da fenomenologia, postular a ressignificação retroativa em função do futuro, na forma: presente $\Rightarrow$ futuro $\Rightarrow$ passado. Essas reorientações na unidirecionalidade do tempo tiveram sua importância, paralelamente à contestação do tempo homogêneo lançada por Bergson, Heidegger e Benjamin, para ficar em alguns poucos autores que se ocuparam do tema no século XX.¹⁹

Em lugar dessa divisão, que como foi mostrado também ocupa lugar em outras epistemologias para além da histórica, busco pensar as operações dos historiadores a partir das reflexões temporais de Deleuze e Guattari, que extrapolam as estruturas temporais em direção à um *rizoma temporal*²⁰. Essa dupla de autores também deixou claro que essa “implosão” das ordenações temporais faz com que sua escrita se distinga e se distancie da História:

O tempo filosófico é assim um grandioso tempo de coexistência, que não exclui o antes e o depois, mas os superpõe numa ordem estratigráfica. É um devir infinito da filosofia, que atravessa sua história, mas não se confunde com ela. À vida dos filósofos, e o mais exterior de sua obra, obedece a leis de sucessão ordinária; mas seus nomes próprios coexistem e brilham, seja como pontos luminosos que nos fazem repassar pelos componentes de um conceito, seja como os pontos cardeais de uma camada ou de uma folha que não deixam de visitar-nos, como estrelas mortas cuja luz é mais viva que nunca. A filosofia é devir, **não história**; ela é coexistência de planos, não sucessão de sistemas. (Grifo nosso)²¹

Seria mesmo impossível trazer tal perspectiva para os estudos históricos? O tipo de história que é referida no excerto acima é uma história específica, e precisamos demarcá-la bem. Os autores fazem um combate às historiologias fechadas, teleológicas e positivistas. A história a que eles se opõem é um fantasma que a própria historiografia combate há décadas. O campo disciplinar não 'implodiu' em um único evento, mas foi atravessado por fissuras irreparáveis, tornando-se um território em constante litígio. Temporalidades, sujeitos, fontes e narrativas são hoje máquinas de guerra em disputa por diferentes projetos historiográficos. É precisamente nesta paisagem fragmentada, neste campo de batalha aberto, que minha aposta encontra seu solo fértil.

Na realidade, ao tensionar uma esquizoanálise da história, aposto na cultura histórica como um dos potenciais produtores de outros modos de temporalização e subjetivação. Ao historicizar e resistir às narrativas hegemônicas das temporalidades e da

¹⁹ PELBART, Peter Pál. *Tempos agonísticos*. Revista Concinnitas, v. 2, n. 27, 2015. Pg. 41-42.

²⁰ Peter Pál aborda e desenvolve muito bem essa ideia, mostrando como se dão as dinâmicas temporais em uma narrativa não-direcional e nem estrutural. PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal*. São Paulo: ECidade, 2017.

²¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Munõz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. Pg. 78.

subjetivação, conflui também para outros entendimentos dos modos de existência e do viver. Durval Muniz nos dá uma abertura importante nesse sentido:

A História não é apenas fluxo, processo, evento: é também cristalização, estrutura, sedimentação, é, acima de tudo, relação entre fluxo e cristalização, entre estrutura, processo e evento. No rio, como na História, diferentemente do que pensavam os modernos, nem sempre tudo passa, nem sempre tudo se transporta para frente, nem tudo se arrasta para um tólos oceânico. Há redemoinhos, há espirais, há retornos, há águas paradas, há águas desconectadas em poças apodrecidas, há águas que se desencaminham, que saem do curso, que se bifurcam e se esquivam em furos, igarapés, riachos, pequenos braços de rio que vão dar em nada ou em lugar nenhum. No rio, como na História, há multiplicidade, pois um rio é composto de muitos outros e de muitas águas, embora pareça superficialmente homogêneo. Embora pareça uma superfície lisa, o rio, como diriam Deleuze e Guattari, é estriado, não apenas pelas canoas humanas que o percorrem e fazem dele caminho, mas por outras matérias várias, inclusive naturais, muitas águas que o vêm compor. Todo rio é encontro entre Negro e Solimões. Também a História, embora possa parecer, às vezes, homogênea, contínua, habitada pela semelhança, pela repetição, pelo mesmo, é trabalhada por dentro pela diferença, pela heterogeneidade, pela descontinuidade, pela justaposição de elementos, por relações, por eventos de distintas características. Como podemos acreditar ser possível isolar um fato econômico, de um fato cultural, ou um fato humano, de um fato natural. Nós humanos não somos animais, portanto, natureza?²²

Tensionar formas de pensamento tão distintas, como é o caso do historiador e do esquizanalista, pode produzir um desconforto de ambos os lados, afinal, em princípio se encontram não só em lugares de produção distintas, mas também em certa medida concorrentes.

Seria necessário tecer com cuidado um caminho para esse diálogo, e para isso, procuro criar mecanismos que construam uma melhor apropriação dos dois mundos. Felizmente não estou tão solitário nessa empreitada, não reivindico a descoberta de nenhuma terra além-mar, questão similar já fora postulada por outros pensadores, e até mesmo historiadores já o fizeram, como o já referido Durval Muniz. Cito esse, em diálogo direto, para não dizer de forma basilar, à proposta da atual pesquisa:

Eu sempre penso e me questiono: por que a historiografia também não pode ser criadora de conceitos? O historiador não pode criar conceitos? Deleuze e Guattari diziam que a filosofia criava conceitos e que as artes criavam perceptos, mas como eu acho que a historiografia está entre a arte e a filosofia, os historiadores também precisam criar seus conceitos e seus perceptos. Os historiadores devem criar materiais e desenvolver cenas que afetem as pessoas, porque os perceptos estão ligados com as percepções, eles buscam afetar e produzir impactos. Além da criação de conceitos, a historiografia deve criar perceptos para afetar as sensibilidades e as subjetividades das pessoas. É interessante que a própria forma como Deleuze e Guattari pensam o sujeito é muito rica para o historiador, ou seja, o sujeito não é entendido como

²² JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru (SP): Edusc, 2007.

uma realidade fechada, mas sim como alguém que está em um processo constante de construção e mudança.²³

Escolho apresentar a composição dessa dissertação de três formas: 1). O tipo de estrutura escolhida; 2) A divisão e os conteúdos de suas partes; 3) Meu processo produtivo durante a escrita.

A influência do pensamento de Deleuze e Guattari repercute em minha escrita há alguns anos, tendo produzido outras pesquisas que seguem esse fluxo. A aparente estrutura se faz como uma grande colagem de recortes reflexivos e apropriativos. Dissertação *aberrante* que luta ao máximo para ser ensaiada, ou seja, seguir as premissas de um ensaio experimental, ainda que encaixotada nos moldes requeridos²⁴. “Não se pode ensaiar em uma dissertação”, já me salientaram. Alguns consideram que a cultura ensaística tem um lugar muito específico no mundo intelectual, pois não pretende apresentar ao final de sua tecitura um produto, uma resposta. Abrir debates sem fechá-los ao fim, é, para os revolucionários mais produtivistas de nosso campo, uma certa afronta à idealização da ciência histórica. “Ninguém financiará a autocrítica”²⁵, disseram sobre a presente incursão. E ninguém financiou mesmo. Essa ameaça em vestes de conselho me pareceu um caloroso incentivo para continuar ensaiando, pois reafirma algumas de minhas coordenadas propositivas.

Diferente da formação convencional em capítulos, a presente dissertação se dispõe em platôs, terrenos planos do pensamento que não tem ordem sequenciada necessariamente. Métodos, fontes e temáticas se distinguem em cada um, ainda que o conjunto de todos, mesmo interindependentes e podendo ser lidos em qualquer ordem, constituem a forma e o conteúdo do que pretendo defender como um todo. Coloca-se em prática, pois, o arquétipo rizomático²⁶ de Deleuze e Guattari.

²³ POCHAPSKI, Gabriel José; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Corpo, acontecimento e diferença: Deleuze e Guattari e a historiografia, uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, 2020. P. 152.

²⁴ Não que Deleuze e Guattari produzissem ensaios é claro, mas é um dos modos que escolhi para melhor expressar o desenvolvimento e apropriação de meu pensamento.

²⁵ Vem à minha mente o caso dos nômades tibetanos e do governo expansionista chinês: “Oficialmente, a participação de nômades em programas governamentais como este é voluntária, no entanto, em alguns lugares como Zeku ou no condado de Hongyuan, os funcionários executivos deixaram claro aos nômades que a recusa em participar levaria à negação de qualquer ajuda governamental futura. Portanto, os nômades geralmente aceitavam mesmo com as condições menos vantajosas incluídas num contrato de reassentamento ou assentamento, a fim de evitar possíveis problemas com o governo local”. PTACKOVA, Jarmila. Sedentarisation of Tibetan nomads in China: Implementation of the Nomadic settlement project in the Tibetan Amdo area; Qinghai and Sichuan Provinces. *Pastoralism: Research, Policy and Practice*, v. 1, pg. 7, 2011. (Tradução nossa)

²⁶ O rizoma deleuzo-guattariano é uma modulação do pensamento e da escrita que busca se (re)configurar sem uma estrutura hierárquica que ordena um começo ou um fim. É constituído fundamentalmente de meios

Apresento agora uma breve sumarização dos platôs presentes na seguinte pesquisa, assim como suas respectivas propostas:

- **Platô 6:** *Do individual ao singular nos estudos históricos da subjetividade*

Proposta: A partir das categorias analíticas da *individualidade* e da *singularidade*, esse platô explora os usos e as narrativas das subjetividades pela cultura histórica, relacionando com ela os estudos das corporeidades²⁷ e dos sujeitos históricos em seu plano político-social. Ao tensionar diferentes linhas historiográficas do pensamento, observamos que as problemáticas referentes à dimensão subjetiva sustentam limitações e potencialidades próprias quanto aos usos do passado e seu agenciamento político no presente. Essa proposição buscar expor a urgência de expansão dos estudos das subjetividades, considerando essa como uma das linhas de frente ao combate dos imperativos capitalísticos no contemporâneo.

Dito isso, tendo por início os estudos históricos das corporeidades, busco compreender as implicações políticas e teóricas relacionadas às escolhas conceituais do entendimento das subjetividades segundo os processos de *indivíduoação* e o de *singularização*. Sendo o primeiro o mais aceito e hegemônico, os processos da individualização compõem distintas linhas do pensamento histórico, entendendo o indivíduo enquanto sujeito

intrelaçantes e interdependentes. Segundo Deleuze e Guattari: “Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. (...) Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como a estrutura árvore. O rizoma é uma antogenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 1 Editora 34. São Paulo, 2011. Pg. 14-15.

²⁷ Utilizando-se de Deleuze, entende-se aqui que a corporeidade transcende a noção de um organismo biológico fechado, sendo pensada como uma relação dinâmica e inseparável entre três planos: o exterior, a superfície e o interior. O exterior não é apenas o espaço físico, mas o conjunto de todos os outros corpos e forças que encontram, marcam e atravessam um corpo. A superfície é a zona de contato, o limite onde essa afecção acontece, a pele que sente o sol, o ouvido que capta um som; é o plano do afecto (*affectio*), a impressão que o exterior deixa. Por fim, o interior não é a anatomia ou a consciência, mas o resultado dessa impressão: a variação contínua da potência de agir, a mudança de estado, o afeto (*affectus*) que emerge como alegria ou tristeza. Dessa forma, o corpo não é um recipiente, mas um campo de forças em constante modulação, uma dobra do exterior que produz uma interioridade como vibração, tornando-se um agenciamento de intensidades que escapa aos limites da própria pele.

histórico, em composição dialética com o coletivo-social. A partir da singularidade esquizoanalítica, a produção da narrativa histórica se modifica, atuando não segundo sujeitos finitos em sua historicidade, mas agindo segundo planos concorrentes e transversais, mensuráveis pela cartografia dos processos de subjetivação social constituintes e pelos que escapam às condições normativas da historicidade, nômades e movediços.

Dito isso, busco demonstrar como essa mudança de paradigma na narrativa histórica do individual para o singular pode abrir novas dinâmicas para a atuação dos historiadores em situações que muitas vezes seriam relegadas às incumbências clínicas psicanalíticas, historicizando não a essência temporal dos sujeitos, mas uma nomadologia passível de ser narrada pelos versos disciplinados de um *esquizo-historiador*.

- **Platô 7: Inflexões éticas dos processos da diagnose subjetiva**

Proposta: Os processos diagnósticos nas ciências humanas são repletos por contradições, paradoxos e disputas. Uma condição enriquecedora, de fato. Nisso, vale também dizer de seus infintos métodos, fontes e teorias que trazem consigo, cada uma a sua maneira, repercussões próprias de suas formações acadêmicas. Afinal, por exemplo, não se cobraria de um historiador a metódica de um filósofo, ou de um sociólogo, e vice-versa. Há algo, apesar de todas as diferenças, que atravessa os campos, os pesquisadores e suas pesquisas: o plano ético.

Em nossa formação, a ética não é componente curricular, mas conceito a ser diagnosticado, enquanto campo conceitual. Não seria o debate ético nas ciências humanas tão importante quanto é nas formações médicas e psicológicas? Afinal, ainda que dada suas diferenças gritantes, também não realizamos um trato com os vivos e os não-tão-vivos? Ressalto que ao nível ético, os processos da diagnose muito tem a dizer sobre o impeto e desejo dos próprios pesquisadores, mais do que de seus objetos e problemáticas em análise.

A partir dos processos da diagnose nas humanidades, algumas perguntas

dão abertura ao platô: Como evocar uma prática ética nas ciências humanas, e em especial na história, sem se subornar à dinâmica ética própria da medicina, por exemplo²⁸? É possível pensar uma outra epistemologia ética para as o ofício dos historiadores? A partir das reflexões esquizoanalíticas de influência espinozista, tensionamos esses questionamentos entendendo suas dinâmicas dentro e fora de seu campo disciplinar. Resta, então, revisitar alguns processos de diagnose nas humanidades a partir das dimensões éticas possíveis, e no caso do historiador, entender quais os limites e potencialidades que os debates éticos podem oferecer às suas práticas e também seus agenciamentos no tempo presente.

- **Platô 8:** *Conficções micropolíticas*

Nesses últimos escritos concentra-se o núcleo mais propositivo de minha incursão, onde trato, em termos gerais, de como a subjetividade do próprio historiador entra em jogo na produção do conhecimento histórico, e de que modo essa entrada pode ser pensada sem cair nem na autobiografia pactuada, nem no narcisismo autorreferente, nem na fantasia do distanciamento como garantia automática de criticidade.

O Platô 8 abre o terreno retomando a herança das relações entre história e psicanálise e, com isso, revisita debates contemporâneos sobre memória, trauma, esquecimento, consciência histórica, ego-história e historicidade, mostrando como essas categorias se tornaram hoje campos de disputa: tanto podem ampliar a potência crítica da historiografia quanto podem ser capturadas por regimes identitários, por dispositivos de autoridade e, no limite, por usos negacionistas da experiência. Já o Platô 8-I desloca esse diagnóstico para uma operação: ele apresenta a *conficção* como proposta metodológica e micropolítica de escrita, isto é, como um modo de articular rigor documental, cena enunciativa e trabalho formal para produzir outros usos do passado e outras formas de subjetivação historiadora. Em síntese, este conjunto trata do

²⁸ Os Comitês de Ética são hoje uma realidade institucional indispensável para as pesquisas que envolvam relação direta com pessoas. Todavia, uma das críticas frequentes a seu regime tem a ver com a sujeição dos pesquisadores das humanidades aos requerimentos e dispositivos específicos das ciências médicas, trazendo um protocolo positivista e empirista, que por vezes é contraditório à própria diagnóstica desses pesquisadores.

ponto em que a história deixa de ser apenas “sobre” subjetividades e passa a se tornar também uma prática situada de subjetivação: uma escrita que não busca assegurar identidades, mas abrir variações, cartografando um campo, endereçando uma cena, montando diagramas e fazendo emergir singularizações.

Por fim, acredito ser necessário realizar um breve relato de minha experimentação rizomática de escrita. Meu processo produtivo talvez seja tão menos ortodoxo quanto o conteúdo ou a forma aqui presente. Platôs nascem e morrem durante o processo. Não sei nem dizer quantos já descartei ou quantos mutilei durante esse último ano. Há algo que interliga todos eles, das mais diversas maneiras, ainda que não explicitamente. Não termino um para começar o outro, como talvez seja convencional de uma estrutura desencadeada, trabalho com vários ao mesmo tempo, pois conforme desenvolvo um debate de um, repercute diretamente num conceito que ainda estaria por vir em outro, ou tenho que modificar uma sequência de ideias que antes pensava estar melhor organizadas, *ad infinitum*.

Assumir a escrita como um laboratório de si mesmo não é uma escolha banal, mas uma exigência que tensiona os limites do que se considera científico, sobretudo na história. No entanto, é nesse gesto que a pesquisa encontra sua coerência, pois trazer a história para o plano da imanência é, em si, uma operação aberrante. Aqui, o foco se desloca da figura do *indivíduo*, mesmo o das micro-histórias, para a potência da singularidade: aquela força que não se deixa capturar por uma identidade fixa e que emerge justamente nas fraturas da narrativa, na recusa em ser plenamente historicizada e tornada reconhecível.

Enquanto a consciência histórica tradicionalmente busca oferecer orientação para suprir uma suposta carência de sentido, nossa aposta imanente segue o caminho inverso. Não se trata de preencher o vazio com narrativas que pacificam, mas de dilatar esse espaço de indeterminação para potencializar a produção do desejo. O objetivo não é abandonar o sujeito ao caos, mas liberá-lo do vício de uma historicidade que aprisiona a vida em identidades estagnadas. É nessa abertura que a história deixa de ser um peso e se torna um campo para a criação, uma afetividade nômade que inventa outros usos possíveis para o passado e para a própria existência

A história, pensada a partir da operação da imanência, é, pois, um protótipo de esquizo-narrativa de fuga e retorno em diferença da historicidade não identitária. Processo aberrante singular, criador e nômade. Se soa como uma aberração aos metodistas mais sistemáticos da história, escolho por assumir essa aberração, tal qual Clarice Lispector se assume uma péssima pintora, potencialmente aberrativa de técnica, e potencialmente historiadora das potências de si ao assumí-lo. Não é de espantar a dificuldade intelectual de se apropriar do que Ailton Krenak reitera sobre a retirada do utilitarismo da vida²⁹. Enquanto representação de um *modus* de pensamento, é bem vindo aos debates historiográficos (com sorte será mencionado para além da historiografia ambiental e indígena). Enquanto episteme e *modus* existencial, oferece à produção do conhecimento histórico um duro enfrentamento, não destrutivo, mas dolorosamente diferente. Produzir a história e produzir à história.

Em última instância, longe de assumir a pretensão de produzir uma epistemologia que será bem recebida ou utilitária no meio acadêmico, vide sua dimensão extra-cientificante, acredito que uma melhor forma de encerrar essa introdução é expondo com sinceridade a você, leitor, minhas expectativas. Semelhante ao que o compositor e musicista José Miguel Wisnik comenta em uma mesa redonda à Folha de São Paulo (1982) sobre a vinda de Félix Guattari ao Brasil: “*Me parece que a coisa para a qual Guattari chama a atenção é que não se trata de perguntar se isso pode ou não acontecer mas apostar nisso, apostar na possibilidade de o desejo emergir e reverter essas relações de poder.*”³⁰

Nesse sentido, antes de ser uma pesquisa institucionalmente requerida sob os moldes interessados da academia, monograficamente numerada e arquivável, coloco aqui também minha aposta de mudança. É claro, não se trata de um jogo, se o fosse, perderia sem deixar muitos espólios aos vencedores, jogar com quem cria as regras é, tediosamente, improdutivo. Apostar aqui não tem a ver com sorte, ou vício na adrenalina da incerteza do que defendo. Aposto, pois desejo criar, e para tal, em meu lugar, só me resta colocar todas as minhas fichas nessa mudança, sabendo o preço que isso cobra.

O texto a seguir foi pensado como uma ferramenta criativa, não como instrumento coercivo. Se em um primeiro momento os seguintes platôs aparentem desconexos, os são

29 KRENAK, Ailton. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

30 GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. Pg.306.

somente no limite de sua independência territorial, todavia, buscam, cada um à sua maneira, contribuir para linhas de frentes distintas de um mesmo movimento comum, a partir da cartografia desses diferentes territórios em um mesmo plano de produção e pensamento³¹. Convido os leitores a desestruturarem como bem lhes entender o presente texto, a fim de sua melhor apropriação e crítica. Boa leitura, e boa criação.

³¹ Acerca da numeração, não há erro algum. Começar com o sexto platô não é meramente uma mudança proveniente de liberdade poética. A ordenação numérica se dá em continuidade de meu trabalho anterior, *Nômade ou historiador?* (2022), uma outra cartografia, que também se relaciona com essa de forma interindependente, e em outro plano de ação.

PLATÔ 6

Do individual ao singular nos estudos históricos das subjetividades

*Ano 48 da deglutição de Jango*³²

Há um corpo que devora palavras, mas a fome permanece. Um corpo visceral, ávido por mais que representações. Seus olhos, afundados em crânio decomposto pelo tempo, buscam além da superfície da pele em que habitam, ansiando talvez em também consumir outros olhos, a fim de adquirir substratos para enxergar melhor a luz que os cega.

Há um corpo que cria, que tece fios cortantes com as próprias mãos, a fim de remendar as feridas provenientes de sua (a)fição. Tece-se um fio, corta-se a mão,

³² Datação referente à única peça teatral de Glauber Rocha de 1976 intitulada *Jango: Uma Tragédia*. Em seu último ato, Jango se oferece para ser devorado pelo povo brasileiro. Cartografia temporal inicial do platô, faz-se aqui referência ao *Manifesto antropofágico* (1928) de Oswald de Andrade, que ao final do manifesto indicava a datação como “*Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha*”, contado a partir do evento canibalesco ocorrido com o religioso, “consumido” no Brasil em 1556.

remenda-se a ferida, e machuca-se em repetição. O fio não é uniforme, nem contínuo. Nem a mão remendada o é, depois de cosida. Alguns afirmam erroneamente que seria preferível decepar os dedos, cessando a produção dos fios, cessando o perigo dos cortes, cessando sua potência de tecedura, cessando sua mão.

Ambos os corpos se fazem um, indiscerníveis. O que é o corpo senão um historiador de si mesmo? Um cronista de experiências e traumas, um autobiógrafo das emoções, sujeito ao esquecimento ou a forçosa rememoração. Historicizamos nosso direito/dever a/de nos perdemos/acharmos em nossa *Biblioteca de Babel*³³. Mas a história do corpo caminha por trilhas tanto *singulares* quanto *individuais*.

Corpos que falam sobre corpos, repetitivamente em diferença, sendo corpos. Ainda assim, para fazer a história de um corpo é preciso mais do que ter um corpo. É preciso fazer (d)ele uma política, uma cartografia de forças e desejos que extrapolam sua estrutura orgânica, em direção ao campo político das diferenças.

Para narrar o outro, o historiador torna seu próprio corpo sujeito, também narrado por vezes de forma sublunar. Esse discurso não é mero reflexo do conjunto de deliberações individuais do narrador racional. Isso significa recusar a individualidade do historiador (autor)? Exploraremos essa questão mais à frente. Todavia, inicialmente, assumo que se trata de um problema definitivamente subjetivo. E é por ser subjetivo que objetivamente precisamos colocá-lo em seu plano histórico.

O corpo está para a subjetividade, assim como a história está para a política. A partir dessa afirmação, mais retórica do que categórica, exploramos primeiramente nas produções historiográficas os embates e implicações que essa discussão acarreta ao pensamento e a narrativa histórica dos sujeitos.

Para navegar estes embates, este platô se posiciona sobre uma fratura epistemológica fundamental: a tensão entre as operações de individualização e de singularização. Enquanto a primeira tende a produzir sujeitos reconhecíveis e identitários, a segunda busca cartografar os fluxos e forças pré-individuais que escapam à captura narrativa normativa. Partimos, portanto, de uma hipótese forte que guiará todo o percurso: existe uma correlação direta entre a adoção de um enquadramento narrativo

³³ BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. In: _____. *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

de singularização e a capacidade de uma obra historiográfica de historicizar processos de subjetivação não-hegemônicos sem os reduzir a categorias fixas, tornando visíveis as resistências micropolíticas que lhes são inerentes.

A fim de investigar esta hipótese, introduz-se uma análise comparativa de análise epistemológica de dois discursos históricos na historiografia. Iniciaremos revisitando o embate entre Roy Porter e Francis Barker para examinar como diferentes enquadramentos podem produzir narrativas acerca dos corpos e das subjetividades de forma distintas.

O objetivo não é apenas criticar, mas propor um caminho construtivo, em que ambas as propostas narrativas podem compor juntas novas amplitudes do ofício dos historiadores, principalmente quanto ao seu entendimento acerca da formação dos sujeitos históricos. Esta proposta, contudo, não surge no vácuo. Ela dialoga e tensiona um campo de estudos já consolidado, e dessa forma, faz-se necessário acrescer ao debate historiográfico a contribuição de outros campos do saber, como as artes, a filosofia e a psicanálise, entendendo que se trata de uma pesquisa que busca a abertura dos debates, e não sua plena conclusão. Começemos pela historiografia do corpo³⁴, entendendo algumas de suas implicações epistemológicas.

Já não é mais novidade para a historiografia³⁵ que existe uma grande multiplicidade de possibilidades oferecidas pela temática dos corpos, pelo menos há consideráveis décadas historiadores vem cada vez mais explorando esse campo, em distintas dimensões e profundidades. Desde a busca pelas expansões das fontes, problemáticas e sujeitos nas várias escolas do pensamento (destaco em especial

³⁴ Ao escolher os estudos das corporeidades como mote inicial, faço-o pois o corpo se tornou um território de embates dentro da narrativa historiográfica, mas não só. Corpo e subjetividade se relacionam também a depender de como se pensa a própria operação historiográfica, em outras palavras, a maneira como a historiografia narra o corpo revela mais do que o corpo em si; ela expõe os limites e as potencialidades de sua própria capacidade de pensar a diferença e a produção de outros corpos, para além dos que são captados hermeneuticamente pelos documentos. Ao pensar como o historiador narra o corpo, também permite pensar quais corporeidades deixam de ser produzidas, ou até mesmo, são excluídas da narrativa. Dessa forma, subjetividade e corpo se relacionam da seguinte forma: “*Além disso, o elo entre subjetividade e tempo, de modo mais radical, é uma forma de dizer que o sujeito é corpo, que a subjetividade é algo que acontece num corpo e dele não se desvincula. De fato, se a subjetividade é (...) uma expressão de nossa relação com as coisas, através da história, então, o modo mais imediato pelo qual essa relação se expressa é o corpo, entendido não apenas como corpo orgânico, mas também como o corpo construído pelas relações com as coisas que encontra durante sua existência.*”. In: CARDOSO JR, Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 18, p. 343-349, 2005. Pg. 345.

³⁵ Refere-se aqui, é claro, à historiografia ocidental em um primeiro momento, visto que para além desse cânone moderno, os debates sobre os corpos constituem-se em diversas dimensões segundo outras historiografias não-europeias.

Annales³⁶), a historiografia concebeu o diálogo interdisciplinar latente, trazendo para sua análise conhecimentos como o das ciências sociais, médicas, da psicologia e das artes. Com isso, desencadearam também a revisão dos temas clássicos, como da história política e social, sob um caleidoscópio de métodos e fontes.

Iniciar essa análise pela trajetória historiográfica do corpo é essencial porque, ao longo da história, os entendimentos sobre o que é o corpo, seus limites, funções e sentidos foram continuamente transformados segundo valores culturais, políticos e científicos de cada época.

Ao optar por abrir esse platô dessa forma, busca-se denotar que o corpo nunca é apenas matéria; ele é também palco de disputas simbólicas, políticas e afetivas em diferença. É por meio dessa historicização da narrativa dos corpos que se torna possível abrir o debate sobre a subjetividade, pois toda subjetividade é vivida, sentida e reconhecida através de um corpo situado e relacional.

Nessa perspectiva, a relação entre corpo e subjetividade torna-se ainda mais evidente quando consideramos os debates sobre individualização e singularização. Individualização refere-se ao processo pelo qual as pessoas são diferenciadas e reconhecidas como indivíduos, com sua história, identidade e papel social; já a singularização aponta para a maneira como cada corpo-experiência se diferencia de todos os outros, sendo atravessado por vivências únicas e irrepetíveis. Assim, a subjetividade não pode ser entendida como algo puramente interno e abstrato, mas precisa ser pensada em conexão direta com os modos históricos pelos quais os corpos são historicizados, controlados, sentidos e narrados.

É nessa interseção entre o corpo, como espaço de inscrição social, e a singularidade que a subjetividade se constrói e se expressa. Portanto, compreender o debate historiográfico sobre o corpo é o que permite perceber de que maneira as noções contemporâneas de identidade, diferença e agência dependem de processos complexos de individualização e singularização mostrando que, antes de tudo, somos sujeitos históricos em, e por, nossos corpos. Destarte, voltemos agora para um caso historiográfico que indicia essa disputa de narrativa acerca do corpo.

³⁶ Colocamos Annales como um referencial por ser uma de suas pretensões mais conhecidas, ainda que devamos lembrar que a multiplicidade das fontes, dos métodos e das narrativas já se apresentam desde o século XIX, principalmente sob a leitura artística e cultural, vide por exemplo Aby Warburg, Johann Droysen e Jacob Burckardt.

A partir da segunda metade do século XX, foi cada vez mais posto em pauta, para além das novas fontes e métodos dentro do campo, a autocrítica de cunho in(ter)disciplinar do conhecimento histórico (teórico e epistemológico). Dediquemos um pouco de nosso tempo para uma breve leitura de Roy Porter, historiador social inglês da medicina, convidado a compor o livro *A escrita da História* (1992) de Peter Burke, sobre a historiografia do corpo e seus métodos. Ao expor que mesmo dada a relevância do “tema”, os historiadores estariam longe de um entendimento comum (muito menos hoje, penso, felizmente):

Até há pouco tempo, a história do corpo tem sido, em geral, negligenciada, não sendo difícil se perceber o porquê. Por um lado, os componentes clássicos, e por outro, os judaico-cristãos, de nossa herança cultural, avançaram ambos para uma visão fundamentalmente dualista do homem, entendida como uma aliança muitas vezes ansiosa da mente e do corpo, da psiquê e do soma; e ambas as tradições, em seus caminhos diferentes e por razões diferentes, elevaram a mente ou a alma e denegriram o corpo.³⁷

O corpo no livro em questão é sempre o corpo humano, organizado social e culturalmente. Genericamente humano. Esse corpo se encontra adornado, não somente da materialidade que o circunda, mas também de sua identidade e da consciência de si³⁸.

Porter, mais adiante em seu texto, demonstra sua preocupação com questões excessivamente teóricas sobre uma história do corpo, afinal a “desconstrução” e o “pós-estruturalismo” da temática³⁹ recorreriam num perigo vão, generalizados pelo inglês a partir de uma leitura agressivamente ácida de algumas obras, sob o seguinte argumento: falam sobre o corpo e esquecem de sua materialidade, ou melhor dizendo, da materialidade circundante que o historiciza:

Está certo que os estudiosos sensíveis insistam na complexidade conceitual da história do corpo. Mas é pelo menos tão importante evitar flutuar na estratosfera da análise do discurso e desconsiderar os materiais disponíveis mais cotidianos e tangíveis. E de fato precisamos não ser tão negligentes sobre

³⁷ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (orgs.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Pg. 292. É interessante notar que Michel Foucault anteriormente, em 1975, já destacara que o estudo do corpo na historiografia não era novo, porém tendendo sempre para o pensamento biológico-médico de sintomas e patologias. Cito: “*Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. Estudaram-no no campo de uma demografia ou de uma patologia históricas; encararam-no como sede de necessidades e de apetites, como alvos de ataques microbianos ou de vírus.*” FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Editora Vozes, 20º ed. 1999, Pg. 25.

³⁸ Freud e Heidegger inundarão os debates históricos acerca das estruturas do sujeito, do tempo e da consciência, sendo muito bem retomados nos debates da Consciência histórica em Jörn Rüsen, por exemplo.

³⁹ Ainda que indiretamente, sua crítica também se volta para a História das Mentalidades francesa.

as possibilidades de se investigar a história do corpo, através do uso de métodos empíricos mundanos.⁴⁰

Para realizar tal afirmação, ele retorna à historiografia inglesa, expondo supostamente como as operações de alguns historiadores acerca do corpo se afastam de uma pesquisa histórica confiável. Trago aqui um exemplo utilizado pelo autor para justificar sua crítica. Na berlinda encontra-se o historiador Francis Barker, indiciado supostamente pela falta de responsabilidade para com o real pelo excessivo teorismo. Nas palavras de Porter:

Mas o abandono irresponsável do empirismo em prol da teoria e da hermenêutica tem suas próprias ciladas, em particular o risco de extrapolações descontextualizadas, derivadas do uso acrítico de matérias não representativas de evidência. Um exemplo de uma obra capturada nesta armadilha é *The Tremulous Private Body*, de Francis Barker, uma tentativa corajosa, abrangendo cinco séculos, de interpretar a história do corpo - na verdade sua "dissolução". (...) Na verdade, declara ele, o corpo "desapareceu" completamente como um instrumento de erotismo, sendo substituído pelo "livro". Essas são considerações poderosas realmente para deduzir de poucos textos examinados em gloriosa pesquisa a consideração da textura da história no sentido amplo.⁴¹

A controvérsia exposta acima, aparentemente fundada em um debate sobre o uso correto das fontes, revela, na verdade, uma fratura muito mais profunda sobre o que a história pode e deve fazer. A crítica de Porter a Barker, autor de *The Tremulous Private Body*, é direta: ao afirmar que o corpo "desapareceu" em determinado momento da história, Barker estaria abandonando a responsabilidade do historiador para com a evidência empírica, flutuando na "estratosfera dos conceitos" em vez de se ater aos fatos materiais.

A acusação de que Barker ignora a materialidade do corpo falha em compreender a natureza mesma de sua análise, que é fundamentalmente discursiva, com base foucaultiana. O que "desaparece" em sua leitura não é o corpo de carne e osso, mas uma forma específica de sua existência pública e política, que sofre uma profunda metamorfose. Ao analisar os diários de Samuel Pepys (1633-1703), Barker não nega o corpo; ele cartografa como este deixa de ser um instrumento visível de erotismo e poder no espaço social para ser deslocado para a esfera privada, tornando-se o lugar de uma subjetividade outra, de paixões domesticadas e de novas formas de culpa:

⁴⁰ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (orgs.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Pg. 298.

⁴¹ *Ibidem*, 1992. Pg. 296-297.

O fato de Pepys estar agora localizado como cidadão privado num espaço doméstico, em frente a um mundo público, não é, portanto, um fato natural, mas apenas uma das características mais grosseiramente estruturais de um assentamento histórico (por mais provisório que seja, como o são todas as situações históricas). (...) à qual o século aderiu através de um esforço extremo e muitas vezes sangrento. Nenhuma das características principais deste assentamento pode ser lida como sinal de uma condição eterna. **A aparente franqueza do seu discurso profundamente evasivo, a aparente facilidade de acesso do seu discurso, lançado de um lugar interior, para um mundo exterior e esclarecido; o sigilo culpado não apenas de sua escrita, mas de sua sexualidade; a privatização dos seus corpos e das suas paixões; todos são exemplos de um novo conjunto do que só pode ser descrito como relações de poder, na medida em que designam um tipo e uma localização para a subjetividade e a fixam em um novo conjunto de divisões, de dominações, da formação social construída a partir de e entre os escombros do antigo regime.** O facto de serem hoje reconhecíveis em todos os seus aspectos indica a viabilidade da construção e não precisa de nos tentar a subestimar a sua novidade (nem, aliás, a assumir a sua permanência).⁴² (Tradução e grifo nosso)

Essa transformação, longe de ser natural, é descrita como um "assentamento histórico", provisório. É nesse ponto que a análise se torna potente: o corpo é revelado como uma entidade mutante e não essencial, posta em movimento e definida pelas relações de poder que o atravessam, mesmo na intimidade do lar. Assim, é possível dizer que o autor buscou mostrar que o corpo não é uma constante biológica sobre a qual a história acontece, e que nela é registrada; ele é, em si, um produto e um produtor da história, e o "desaparecimento" deve ser entendido como metamorfose do poder. A passagem de um corpo-espetáculo para um corpo-confidente, vigiado por novas formas de dominação e discurso.

Para além disso, a defesa que Porter faz de um "empirismo mundano", resolutivo ao realismo do material também precisa ser questionada. O chão da evidência empírica não é menos teórico, ainda que seja sumariamente necessário para tornar a narrativa provável.

⁴² Lê-se do original: "*That Pepys is now located as a private citizen in a domestic space, over against a public world is not, thus, a natural fact, but merely one of the more grossly structural features of a historical settlement (however provisional, as are all historical situations) which the century acceded to by means of an extreme and often bloody effort. None of the main features of this settlement can be read as the sign of an eternal condition. The apparent directness of its profoundly evasive discourse the apparent ease of access of its discourse, anchored from an inner place, to an outer, clarified world; the guilty secrecy not only of its writing but of its sexuality; the privatization of its bodies and their passions; all are instances of a new ensemble of what can only be described as power relations, in so far as they designate a type and a locatedness for subjectivity and fix it in place among a new set of divisions, dominations, of the social formation constructed from and among the debris of the older regime. That they are recognizable in all their aspects today indicates the viability of the construction and need not tempt us to underestimate its novelty (nor, for that matter, to assume its permanence).*" BARKER, Francis. *The Tremulous Private Body: Essays on subjection*. University Press, Cambridge, Londres, 1984. Pg.11.

No fundo, a diferença essencial entre as duas perspectivas está no que elas buscam narrar do passado, e como a fazem. A narrativa histórica que Porter defende volta-se para o *indivíduo*, o sujeito com uma identidade definida, empiricamente documentável, cuja localização espaço-temporal corresponde à lógica das representações materiais de si. Já o projeto de Barker é radicalmente outro, pois ele não procura o indivíduo, não busca representar a essência de Pepys, mas sua *singularidade*⁴³, ou seja, as forças, os desejos e as rupturas que atravessam um corpo, buscando entender os fluxos e discursos outros que nele passam e por ele são criados.

Ainda que não defenda a neutralidade do historiador frente às fontes como no positivismo, em que medida estaria de fato disposto a assumir sua própria subjetividade epistemológica na produção do conhecimento sobre, e com o outro (o diferente)?⁴⁴ Há algum limite para que não se coloque discursivamente num outro plano, nas “estratosferas do discurso” como denuncia Porter? De qualquer forma, resta ao corpo-fonte deitar-se sobre a mesa de operação para ser cortado, a fim de entendermos sua dor empiricamente.

Não sejamos tão injustos com Roy Porter. Dentro da historiografia médica, social em específico, lugar de onde fala o autor, os interesses e debates dispõe objetivos tão importantes quanto qualquer outro campo⁴⁵, afinal o saber médico e da saúde precisa ser colocado em uma perspectiva histórica-crítica. Seria imprudente cobrá-lo por algo que não se propôs a fazer. O que não quer dizer que seu espectro da construção monolítica do campo a partir de uma lógica excludente da historiografia possa ser menosprezado.

Ainda nesse mesmo texto de Porter, destaca-se outro elemento que nos permite observar como dentro da historiografia até mesmo as experiências humanas mais

⁴³ O autor não se refere necessariamente ao conceito de singularidade, nem retoma à uma influência deleuzo-guattariana por excelência, todavia, sua performance investigativa me permite inferir que se trata de uma epistemologia histórica própria aos pressupostos que aqui pretendo apresentar mais a frente acerca do singular.

⁴⁴ Assíduo estudioso da história médica e psiquiátrica, Porter insiste em seu texto que os historiadores sérios que dialogam com o corpo não podem ignorar a materialidade desse. Concordamos sem relutar, mas essa não deveria ser uma questão singular. Reduzir a produção do conhecimento histórico à uma relação somente empírica do corpo (como um médico que apalpa as glândulas da tireoide do paciente em busca de anormalidades) reduz esse a um regime signifiante de causa-efeito, não necessariamente defendido em seu discurso, mas praticado enquanto episteme. Porter apresenta com bons olhos em seu texto os debates do discurso apresentados por Foucault, em especial quando abordará possibilidades operacionais da relação do corpo para com a sexualidade e a loucura. Um detalhe, entretanto, é que entre idas e vindas, pega o que lhe é útil da produção foucaultiana. Não foi oportuno trazer ao debate os textos finais da vida de Foucault, onde o trato com o corpo, como no caso do cuidado de si, é observado sob outras abordagens, talvez menos palpáveis. Sempre há interesses de leitura, recortes teórico-conceituais, o que não significa que se deva ignorar o diálogo com toda uma diversidade possível.

⁴⁵ Acabamos de sair de um dos grandes colapsos da saúde mundial, a pandemia da COVID-19. Uma história social da medicina nunca foi tão importante.

elementares são colocadas em disputa pelo discurso de sua historicização. A dor, afecto cotidiano de todo vivente, se encontra no limiar da experiência individual e do discurso coletivo, tal qual a própria conceituação eventual da subjetividade.

A dor, mais do que um simples sintoma biológico ou um dado clínico, revela-se como uma ponte entre aquilo que é compartilhável, ou seja, o corpo como objeto coletivo de estudo, e aquilo que é vivido de modo único, a dor sentida e narrada por cada um. Assim, ao tomar a dor como foco, abrimos espaço para um debate que une empiria e subjetividade, evidenciando como o corpo, longe de ser apenas um ente passivo, se torna protagonista nas disputas e negociações sobre o próprio significado do sofrimento, do cuidado e da experiência histórica.

Retomemos à Porter. Outra autora indiciada pelo inglês, cuja análise também fora enquadrada em uma das “estratosferas” pouco materiais. Ao colocar Elaine Scarry⁴⁶ no cadafalso de seu julgamento, diz:

O objetivo de seu texto substancial é estabelecer que é inerente à essência da dor o fato de ela ser “inexprimível”. Ela nos apresenta essa conclusão, não apenas como uma nova interpretação, mas como uma reflexão privilegiada em “um reino da experiência humana conhecido por todos, mas compreendido apenas por poucos”.

E prossegue com a crítica:

Mas o elitismo rarefeito é certamente negado pelos verdadeiros relatos de dor (que, longe de serem “inexprimíveis”, são com frequência expressos com exatidão e eloquência) que as pessoas no passado nos legaram em grande abundância. É claro que para alguém que aspira à mais alta exegese intelectual, a pesquisa empírica pode, como o próprio corpo, parecer grosseira e vulgar. Entretanto, **para os historiadores realmente preocupados com a maneira como as pessoas reais sentem dor**, uma obra como *Geschichte unter der Haut*, de Barbara Duden - análise pioneira das experiências de doença de quase duas mil mulheres na Alemanha, no início do século dezenove, preservadas através dos registros médicos guardados por seu médico, Dr. Storch - oferece um avanço esclarecedor.⁴⁷ (Grifo nosso)

Como as pessoas reais sentem dor? Existem várias formas de infligir dor, assim como várias de explicá-las. Do ponto de vista médico, há causa e efeito, sintoma e tratamento. Dói meu braço, pois caí - a queda fraturou meu osso - a fratura é detectada pelo cérebro - o cérebro emite sinais de dor – sinto a dor. Lógica dos sintomas, lógica das

⁴⁶ Ensaísta norte-americana, estudiosa das linguagens da dor. Interessante dizer que sua formação está longe da disciplina histórica, voltando seus trabalhos para literatura e medicina especificamente.

⁴⁷ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (orgs.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Pg. 298.

dores. Tudo se dá em variáveis calculáveis, há dores de intensidades diversas, se espeta o dedo numa agulha não sente a dor de uma facada, e assim por diante.

A medicina busca entender para dar fim, ou no mínimo paliar esse processo doloroso. Pela historicidade presumida a partir dos arquivos médicos, é possível mediar um entendimento das dores a partir do tratamento, do entendimento conceitual e das narrativas produzidas no contato médico-paciente. Neles, também é avaliável a forma como se era relatada as dores, um dos grandes interesses acadêmicos do historiador inglês (ciência médica pelo ponto de vista do paciente). Scarry busca, como aponta criticamente Porter, entender essa relação a partir de uma análise literária e filosófica de como se dá os processos da dor. Ao nível médico, de fato, poderia não ser tão valoroso dores como as dores dos amores, a menos que seja sintomaticamente expressiva, como fora no caso da melancolia nos antigos tratados médicos⁴⁸, ou na psiquiatria contemporânea.

Mas, o que podemos, enquanto historiadores, observar no texto de Scarry? O que há de histórico em sua teoria da inexprimibilidade da dor? Segundo a autora:

Isto é, em vez do processo familiar de comprovação em que o observador certifica a existência da coisa experimentando a coisa em seu próprio corpo (vendo-a, tocando-a), o observador vê e toca o corpo ferido de outra pessoa (ou animal) justaposto à ideia desencarnada, e tendo experimentado sensorialmente a realidade da primeira, acredita ter experimentado a realidade da segunda. (...) O porquê o corpo deveria, em determinado momento do processo de criação, ter esse assustador poder de substanciação pode ser incompreensível por um tempo; mas o facto de ter este poder pode ser demonstrado em muitos contextos diferentes, alguns dos quais são antigos e outros contemporâneos.⁴⁹ (Tradução nossa)

Há uma singularidade própria na dor, distinta da vislumbrada pela análise individual do corpo-paciente pelo médico⁵⁰. Mesmo o médico sabendo a causalidade da dor, esse não a sente, pois não está sujeito a ela. O médico o sabe por diagnose positivo-dedutiva. Na literatura há vários causos que ilustram essa questão. William Shakespeare⁵¹, em sua humorada peça “*Muito barulho por nada*” (1598), faz uma indicação contundente sobre isso a partir das falas de suas personagens:

⁴⁸ Em especial, a partir do século XV, a melancolia comporá uma gigantesca discussão nos tratados médicos, indicativo de mau fluxo de humores e fluídos, sintomatológicos e sistematizáveis.

⁴⁹ SCARRY, Elaine. *The Body In Pain: The Making And Unmaking Of The World*. Oxford University Press, 1985. Pg. 125- 126.

⁵⁰ Nessa relação individual, a dor se manifesta no indivíduo observado. A individualidade de sua dor é paradoxalmente coletiva, enquanto saber-poder, afinal, não é preciso um livro de medicina para cada pessoa que existe, sua individualidade se expressa em coletivo.

⁵¹ Cena II do terceiro ato da peça *Muito Barulho por Nada*.

BENEDICTO – Estou com dor de dente.

DOM PEDRO – Então é preciso arrancá-lo; queremos ver sangue.

BENEDICTO – É preciso enforcá-lo!

CLÁUDIO – É preciso enforcá-lo primeiro, para depois tirar sangue.

DOM PEDRO – Mas, o quê? Suspiras por uma dor de dente?

LEONATO – Ou são os humores do organismo ou são lombrigas.

BENEDICTO – Bem, qualquer um sabe como cuidar de uma dor, menos quem a sente.

A personagem de Benedicto é questionada anteriormente sobre certa tristeza que aparentava, e ao indicar que o motivo era a sua dor de dente, os outros personagens em cena seguem diagnosticando sua dor, a fim de ajudá-lo. Em uma resposta irônica a personagem indica que ninguém melhor para entender uma dor, que aqueles que não a sentem. No fim das contas, sua real dor era de amor.

Não ironicamente, pensando já dentro da literatura médica, há um transtorno que se encontra nesse entre-lugar, transita em uma metalinguagem diagnóstica. Existe uma síndrome, registrada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) ⁵² nomeada de *Síndrome de Munchausen*, definida por um transtorno que repetidamente falseia sintomas em si ou em outrem para simular uma doença ou situação. Diferente da hipocondria, o falseador dos sintomas busca de alguma forma receber algo com isso, seja com o cuidado que recebe, na forma de algum lucro, ou até mesmo como forma de escape (do trabalho por exemplo). Falseamento interessado. De certa forma, utiliza da própria sintomatologia, em sua hermenêutica dos sintomas, para produzir os mesmos efeitos que alguém em dor, mesmo falseado. ⁵³

A inexprimibilidade da dor, como propõe Scarry, não exclui a capacidade médica de diagnosticá-la ou tratá-la, pelo contrário, indica que não há como supor uma dor essencial, passível de ser completamente entendida, mesmo amplamente medicalizável. Como já dito, não busca menosprezar os dispositivos médicos, ou muito menos sua validade no enfrentamento das dores.

⁵² Obra fundamental nos estudos clínicos psiquiátricos e psicológicos.

⁵³ Ao falsear os procedimentos a seu favor, acabou ironicamente por se enquadrar como uma síndrome, também sob a lógica sintomática médica.

No fim das contas, se há dor, há corpos. E se há corpos, há subjetividades que os dizem respeito. Seria possível, pois, falar de uma essência do corpo? O que há de essencial em um corpo? Para fins quantitativos, estipula-se que um corpo (demasiado humano) é composto por 65% de oxigênio, 18% de carbono, 10,2% de hidrogênio, 3,1% de nitrogênio, 1,6% de cálcio, 1,2% de fósforo, 0,25% de potássio, entre outros elementos⁵⁴. Para fins herméticos, a produção do corpo-homúnculo tende a receitar outras fórmulas, fecundo de fezes equinas e sêmen. Eis a historicidade essencial do corpo biologicamente catalogável. Eis o corpo do historiador indiciário, filho do carbono e do amoníaco⁵⁵.

O corpo, suas texturas, relevos, cores e cheiros, que são infinitos, podendo ser cartografados empiricamente, tanto pelo artista que o pincela, como pelo médico que opera, ou o historiador que o historiciza. Na maioria das vezes, o corpo de interesse histórico é visto a partir de uma narração temporal e relacional de sua conjuntura. A lente da narrativa organiza os corpos pelas temporalidades e espacializações conjuntivas, em um princípio identitário e racionalista. Isso não elimina (não deveria pelo menos) a complexidade inerente dos corpos narrados, mas, repetidamente, transfigura sua infinidade de variantes em algoritmos cognitivos apropriados para suas histórias, por vezes quantitativas.

Seria errôneo ignorar a existência das dores (a sintomatologia nos é bem-vinda para colaborar), assim como seria imprudente nos autoflagelar, na esperança de empiricamente experimentar sua expressividade para com o real, em mimese. Lembremos Georges Canguilhem, o patológico é concebido a partir da ausência de uma norma construída para assim normatizá-lo⁵⁶.

⁵⁴ Dados retirados de: <https://g1.globo.com/bemestar/viva-voce/noticia/2020/09/08/do-que-realmente-e-feito-o-corpo-humano.ghtml>. Visitado em: 26/03/2024 às 14:34h.

⁵⁵ Referência ao poema de Augusto dos Anjos, “*Psicologia de um vencido*”, de 1912.

⁵⁶ CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Trad., ed. Maria Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Aproveito para indicar ao leitor interessado, a reflexão proposta por Mauro Lúcio Leitão Condé de interseccionar o pensamento médico de Canguilhem e o do médico Ludwik Fleck, para se pensar epistemologicamente uma reflexão histórica da temática. Cito: “*É certo que podemos aproximar, por exemplo, a dinâmica da biologia à dinâmica dos eventos históricos e culturais. Contudo, não podemos entender essa aproximação como algo redutor, pois um fenômeno – ainda que um possa ser análogo ao outro – não se reduz completamente ao outro. Com efeito, embora a dinâmica da biologia – sobretudo, se comparada à mecânica clássica e sua epistemologia da certeza – possa ser um parâmetro mais próximo à dinâmica da vida social, mesmo assim um modelo não se reduz ao outro. Ainda que possam ser análogos, o fenômeno biológico e o fenômeno social não são idênticos. Naturalmente, eles apresentam suas próprias peculiaridades.*” (CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica. *Intelligere*, v. 2, n. 1, 2016. Pg. 67.)

Ao aprofundarmos essas reflexões, é interessante notar como a história da arte constitui um campo privilegiado para observar esse duplo aspecto limiar da narrativa dos corpos e das dores, ora individual, ora singular. A arte, ao longo dos séculos, foi capaz de materializar não apenas a diversidade das formas corporais e seus contextos, mas também de explicitar as nuances da experiência coletiva que cada corpo carrega. Por meio da pintura, escultura, literatura e demais expressões artísticas, vemos como o corpo serve tanto ao reconhecimento de tipos sociais e culturais quanto à revelação das experiências únicas, dos gestos irrepetíveis e das marcas singulares inscritas em cada encontro existencial.

Nesse sentido, a arte historiciza e documenta, de maneira sensível e multifacetada, as múltiplas maneiras pelas quais corpos habitam o mundo e se expressam nele, corpos esses não-só-humanos. Assim, avançar para o universo das artes nos permite perceber como a produção da subjetividade e dos corpos se relaciona de forma visível, narrável e histórica, e como o próprio discurso histórico pode se enriquecer ao considerar tal complexidade, acrescentando à sua epistemologia tais linguagens, expressões e afetos.

No século XIX, Jacob Burckhardt e Aby Warburg tiveram grande sensibilidade nessa empreitada, narrando em uma complexa relação cultural e artística a presença corpórea nas sociedades italianas renascentistas. Essa presença não necessariamente está nos quadros ou esculturas somente, como seria mais óbvio esperarmos; Burckhardt aponta, por exemplo, para os primórdios da cultura autobiográfica, indicativo de um dos pilares modernos dos corpos, a individualidade⁵⁷.

Um dos trabalhos seminais que nos detalha mais das interações da historiografia da arte com os corpos é o livro seminal de Ernst Gombrich intitulado *História da Arte*⁵⁸.

⁵⁷ Cito Burckhardt: “Os estudiosos e diplomatas italianos permaneceram ainda, em conjunto, a melhor fonte de informações quanto ao caráter dos homens que ocupavam a liderança em todas as nações da Europa. É bem conhecida a rapidez e a unanimidade com que os relatórios dos embaixadores venezianos dos séculos XVI e XVII foram reconhecidos como autoridades de primeira ordem no campo da descrição pessoal. Na Itália, até mesmo as autobiografias nos levam aqui e ali a um vôo ousado e vigoroso, trazendo-nos, juntamente com a mais variada gama de incidentes da vida externa, revelações notáveis sobre o homem interior.” (BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UnB, 1991. Pg. 202). Mesmo o autor indicando a relação da cultura individual a partir das autobiografias de “personagens importantes” localizados nas instituições de poder italianas, podemos ver em Hannah Arendt, apresentado em “*A condição humana*”, uma contribuição filosófica importante para o estudo dos corpos político-sociais do período, quando apontou para os deslocamentos das esferas públicas, privadas e íntimas na formação dos indivíduos, em outras camadas. Os corpos se colocam na(s) cena(s) política(s) enquanto tensão *fabris* e *laborans*. Um acréscimo importante para entendermos a multiplicidade corporal-relacional de suas capacidades. Ler sobre no segundo capítulo de: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

⁵⁸ GOMBRICH, Ernst Hans. *História da Arte*. São Paulo: Editora LTC, 2000.

Das antigas impressões pictóricas na pedra ao expressionismo e o cubismo, observou o autor que o lugar do corpo se modificara para além da disposição estética representacional da materialidade cultural circundante.

Forma e conteúdo corpóreo podem ser deslocados mediante os múltiplos *afectos* e *perceptos*⁵⁹ dessa decomposição empírica do real. Quando não se delineia sua materialidade significativa (com o princípio representativo), recorta e faz dissolver os limites da própria pele, coloca o conteúdo em segundo plano mediante o favorecimento da forma, a fim de uma produção do novo, não individual, mas subjetiva, proponente de subjetividades outras, como em *Guernica* (1937) de Pablo Picasso⁶⁰.

Com efeito, ainda como exemplo no campo artístico, poucos pintores como Francis Bacon lograram expor o corpo em sua potência paradoxal, entre a fragilidade do sofrimento e a força inusitada do *afecto*, enquanto um campo intensivo de forças⁶¹. Não se trata, pura e simplesmente, da transmissão de uma emoção reconhecível, mas da apresentação crua de um estado, de uma variação de intensidade, de um corte que fere a própria ordem do visível, afinal, Bacon não representa o sofrimento em sua pintura, ele pinta a própria dor, a produz.

A potência da obra de Bacon reside, portanto, em sua recusa em ser meramente mimética. Ao produzir a dor em vez de representá-la, a pintura se torna uma operação que age diretamente sobre os sentidos, um agenciamento de forças que escapa à lógica do

⁵⁹ Os conceitos deleuzianos de *afecto* e *percepto* ajudam aqui a pensar o corpo para além do que é apenas individual ou psicológico. Deleuze entende o *afecto* como uma força ou intensidade que um corpo é capaz de sentir ou transmitir, algo que não pertence à pessoa, mas circula entre corpos e ambientes, modificando sua potência de agir. Já o *percepto* é aquilo que permanece de uma percepção na arte, independente de quem a percebe; são sensações criadas e conservadas na obra, existindo por si mesmas. Assim, *afecto* e *percepto* mostram que o corpo, sobretudo quando atravessado pela arte, se faz campo aberto de experiências, encontros e transformações que ultrapassam o sujeito, tornando visível uma historicidade viva e dinâmica. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Editora 34, 2010.

⁶⁰ Gombrich indica uma mudança do ato recortar “o corpo em”, para recortar “no corpo por”. Distingue isso por exemplo quando vai falar no início de seu livro sobre uma gravura egípcia da cabeça do Rei Amenófis IV: “Tinha que recortar na pedra, de um modo claro e preciso, as imagens e os símbolos dos hieróglifos. Mas, assim que dominasse todas essas regras, dava-se por encerrada a sua aprendizagem. Ninguém queria coisas diferentes, ninguém lhe pedia que fosse “original”. Pelo contrário, era provavelmente considerado o melhor artista aquele que pudesse fazer suas estátuas o mais parecidas com os monumentos admirados do passado.” (Ibdem, 2000. Pg.31 do arquivo digital). Tal processo de recorte e criação se modifica historicamente, por exemplo, em Picasso. Diz: “Evidentemente, Picasso quis descobrir até onde pode ser levada a idéia de construir a imagem de uma cabeça, partindo dos materiais e das formas mais improváveis. Recortou o formato da “cabeça” em material grosseiro, colou-a na sua superfície de desenho e depois colocou os olhos esquemáticos o mais longe possível um do outro. Uma linha quebrada representa a boca com sua fila de dentes e. de qualquer modo, adicionou uma forma ondulada para sugerir o contorno do rosto.” (Ibdem, 2000. Pg. 417 do arquivo digital).

⁶¹ DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: Lógica da Sensação*. Tradução Roberto Machado et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

documento. É precisamente esta distinção entre representar e produzir que ilumina o abismo epistemológico que separa as abordagens historiográficas em debate. A operação que Bacon realiza na tela é análoga àquela que se defende aqui sobre a própria escrita da história: deslocar-se da busca por um corpo-evidência, que se limita a historicizar uma realidade passada pela narrativa empírico-documental, para uma narrativa que compreenda a si mesma como produtora de subjetividades, uma máquina capaz de fabricar, no presente, novas formas de sentir e perceber o passado, prevalecendo com isso outros usos da narrativa histórica e das fontes.

Assim, retomando aos debates historiográficos iniciais, pode-se dizer que ao narrar, Roy Porter reivindica um corpo historicizado e diagnosticável para sustentar a narrativa histórica. A perspectiva dos autores por ele criticados e parte da historiografia da arte aqui exposta possibilitam outro arranjo operacional possível, operação essa de irrupção com certos dogmas epistemológicos ainda prevalentes entre muitos historiadores. Em última instância, a ampliação das formas de narrar os corpos nos desafiam a compreender que toda narrativa histórica também produz corpos, subjetividades e experiências.

É nesse ponto que se faz necessário avançar: mais do que apenas descrever o corpo ou suas dores preexistentes, a narrativa histórica, ao articular empiria, discurso e sensibilidade, é dotada do poder de fazer emergir corpos outros, de inventar novas formas de existência e de subjetividade. Essa constatação nos obriga a interrogar a própria natureza da narrativa histórica, especialmente no que tange à sua relação com o campo da subjetividade: não seríamos, enquanto historiadores, menos narradores de fatos passados do que produtores de sensibilidades, memórias e experiências possíveis? E ainda, talvez mais relevante para os fins desse trabalho: em que medida a escrita da história, entendida aqui também como processo possível de subjetivação, não só amplia, mas também restringe as possibilidades de narrar o outro e a diferença?

Avancemos, portanto, para essa investigação epistemológica, atentos ao fato de que historicizar deve ser, sempre, interrogar os próprios modos de construir, reconhecer e transformar sujeitos e mundos possíveis.

Predileções pela individualidade na historiografia

Como já amparado na incursão introdutória dessa pesquisa, meu caminho busca um construcionismo histórico-subjetivo, uma relação de corpos que não se fecham em si mesmos ou em uma sistematização reducionista, e que podem emergir de novas formas segundo seu potencial criativo. O pós-estruturalismo, mais próximo de uma definição discursiva de onde parto, é erroneamente lido como um pensamento que superou as estruturas, para considerar os corpos fluídos, intangíveis, a-históricos. Pelo contrário, o pós-estruturalismo, em meu fazer pelo menos, parte exatamente de estruturas bem vivenciáveis. Estruturas que regem sistemas de dor, exclusão e extermínio.

A diferença que indica os “pós” aqui é que se observa rachaduras nessas estruturas, possibilidades de fuga. Diferente de uma superação pela revolução transcendente das classes oprimidas, trata-se antes de micro-revoluções das subjetividades (Guattari). Judith Butler, autora que frequentemente é alvo de críticas pelos setores do pensamento mais conservador (à esquerda e à direita), faz uma leitura importante para essa perspectiva:

Faz-se necessário afirmar claramente, neste ponto, que as opções que restam para a teoria não se exaurem ao, por um lado, supor a materialidade e, por outro, negar a materialidade. Não é meu propósito assumir nenhum desses lados. Colocar em questão um pressuposto não é o mesmo que eliminá-lo; ao contrário, é livrá-lo de suas fixações metafísicas a fim de entender quais interesses políticos foram garantidos nessa – e por essa – posição metafísica, tornando lícito, desse modo, que exercessem – e servissem a objetivos políticos muito diferentes. Problematicar a matéria dos corpos pode implicar uma perda inicial de certeza epistemológica, mas, ainda assim, perda de certezas não é o mesmo que niilismo político. Pelo contrário, tal perda também pode indicar um desvio significativo e promissor do pensamento político. Essa inquietação da “matéria” pode ser compreendida como o início de novas possibilidades, novas formas de os corpos adquirirem importância [*matter*].⁶²

Butler, a partir de sua leitura, aponta para a necessidade da existência de uma epistemologia do corpo. A fuga das estruturas, como um dos motes de minha pesquisa, não pode presumir a pura retirada do sujeito para um mundo exterior, como se um homossexual pudesse, distorcendo o conceito de linhas de fuga, deixar de ter desejos ou subjetividades homossexuais pelo seu livre arbítrio criador. Esse sujeito (Ex: homem-cis-homossexual-negro) performa identidades, cria e vincula dispositivos às suas subjetividades e desejos em conjunto ao agenciamento estrutural dos discursos na sociedade em que se encontra. Não deixará, dessa forma, de ser afetado pela homofobia por “querer” deixar de “ser-homossexual”, nem o poderia fazer⁶³. O perigo exposto por Butler é duplo, considerar o “ser-homossexual” como uma essência, biologicamente definível, e menosprezar as performatividades que o constituem enquanto sujeito.

Os corpos devem se atentar a essa dupla dimensão problemática⁶⁴, considerando a materialidade e a discursividade política de seus planos de ação. Esse campo

⁶² BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Ed. N-1 / Crocodilo, 2019. Pg. 65 do arquivo digital.

⁶³ O que não quer dizer que não possam suprimir seus desejos, a partir de uma performance da identidade “heterossexual”. Por outro lado, o contrário também é possível, performar uma identidade “heterossexual” frente a um corpo social (como no caso da família), para garantir rotas de exploração para “devires-homossexuais” em outros espaços. Usos e desusos políticos possíveis nessa perspectiva.

⁶⁴ Mais à frente, em seu texto, Butler volta à esse debate, problematizando as duas extremidades dessa relação: “Talvez possa ser útil mudar os termos do debate e passar da oposição “construtivismo contra essencialismo” para a questão mais complexa de como as restrições “profundamente arraigadas” ou constitutivas podem colocar em termos de limites simbólicos sua intratabilidade e contestabilidade.(...) Todavia, tais esforços para destacar o caráter fixo e restrito da sexualidade precisam ser lidos com atenção, em especial por aqueles que têm insistido acerca da condição da sexualidade como construção. Pois a sexualidade não pode ser sumariamente feita ou desfeita, e seria um erro associar “construtivismo” à “liberdade de um sujeito formar sua sexualidade como bem desejar”. A construção não é, afinal, o mesmo que artifício. Pelo contrário, o construtivismo precisa levar em conta o domínio das restrições sem as quais certas formas de viver e desejar não poderiam existir. (...) Há uma tendência de pensar que a sexualidade é algo construído ou determinado; de pensar que, se ela é construída, então é de alguma forma livre e, se for determinada, então é em algum sentido fixa. (...) A performatividade não é nem um jogo livre nem uma forma teatral de apresentação de si, tampouco pode ser simplesmente equiparada a uma performance. Além disso, o que necessariamente estabelece um limite para performatividade não é a restrição; a

performático está sobre um plano de subjetivação também, que codifica e sustenta uma imagem esperada dos corpos, identificando quem está de acordo e quem não. Ele, entretanto, não é uma entidade superior, anterior à toda e qualquer existência. Responde, interage e cria com/pela sua dimensão social.⁶⁵

Tomemos um estudo de caso, que nos é muito caro. Paul Preciado, filósofo espanhol trans interlocutor dos estudos de gênero, autorrelata as transformações advindas da introjeção caseira de testosterona em seu corpo, narrando sua experimentação com debates teóricos de diversas formas⁶⁶. A produção de sua escrita passa por vários fluxos, que entram e saem (hormonal e conceitualmente) de seu organismo, e seu relato dá ao texto um caráter singular, político e subjetivo.

Como corpo – e esse é o único ponto interessante sobre ser um sujeito-corpo, um sistema tecnovivo –, sou a plataforma que torna possível a materialização da imaginação política. Sou minha própria cobaia em um experimento sobre os efeitos do aumento intencional do nível de testosterona no corpo de uma mulher cis. Instantaneamente, a testosterona me transforma em algo radicalmente diferente de uma mulher cis. Inclusive quando as mudanças provocadas por essa molécula são socialmente imperceptíveis. (...) Sou, ao mesmo tempo, um terminal de um dos aparatos de governamentalidade neoliberal e um ponto de fuga pelo qual escapa o poder controlador do sistema, Sou a molécula e o Estado, sou o rato de laboratório e o sujeito científico que leva a pesquisa adiante; sou o resíduo de um processo bioquímico.⁶⁷

O tratamento hormonal, enquanto política pública, é criticamente observada por Preciado, pois ao passo que indica um retorno estatal às necessidades dos grupos requerentes (em especial a comunidade trans), também deve ser observada a construção de uma biopolítica que os condiciona: o tratamento lhe será dado (controladamente), a partir do momento em que passar por uma rigorosa diagnose, enquadrar sua disforia, identificar a numeração de sua “anormalidade” e questionar incessantemente “é realmente isso que você quer?”. Essa sistematização, uma de tantas outras, comporá a *Indústria Farmacopornográfica*⁶⁸.

restrição é, pelo contrário, o que impulsiona e sustenta a performatividade.”. *Idem*, 2019. Pg. 174-175 do arquivo digital.

⁶⁵ BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica. 1a. ed., 2017. Pg.99.

⁶⁶ PRECIADO, Paul. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

⁶⁷ *Idem*, 2023. Pg. 150 – 151.

⁶⁸ Definido da seguinte maneira: “Esses são só alguns indicadores do surgimento de um regime pós-industrial, global e midiático que a partir de agora chamarei de farmacopornográfico. O termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos.” *Idem*, 2023. Pg. 36.

O que nos interessa dessa jornada proposta por Preciado é a conjuração de contradições, o direito à hormonização que por parte da comunidade é uma forma de legitimar suas identidades, é também a mesma mecânica de seu controle e alocação dentro do mercado das subjetividades. Se lhe é permitido essa mutação biônica e anormalista, é permitido a partir de UMA forma de mutação biônica e anormalista, controlada e rigorosamente observada. O assassinato em massa desses corpos em diferença é mais que indício desse organismo “legitimista” contraditório. A academia não está longe desse módulo, por melhor intenção que sustente. Precisamos pensar e legitimar “os corpos que realmente sentem dor”⁶⁹, como afirma Porter, mas só temos o “poder” de os legitimar porque são eles que morrem de fora de nossos muros, não nós, nossa legitimação já está dada, numerada e bem identificável.⁷⁰ Nossa dor é outra. Nossa dor pode ser outra.

Assim como a dor, a subjetividade partilha uma complexa relação individual-coletiva, não necessariamente dependente. A individualidade e a subjetividade não são sinônimas. O subjetivo não é necessariamente individual, como veremos mais a frente, ainda que a individualidade seja uma das formas de subjetivação.

A recusa dessa separação nos obriga a confrontar a crítica de Roy Porter aos textos excessivamente qualitativos que, a partir de poucas fontes, buscam entender uma narrativa maior. A crítica de Porter, aqui, não é desprezível; ela aponta para um perigo real da historiografia: a generalização apressada a partir de um caso tomado como exemplo. Contudo, o equívoco não estaria em Preciado, mas na lente utilizada para lê-lo. Uma leitura que busque enquadrar a autoexperimentação de Preciado como um estudo de caso individual para representar uma totalidade (as pessoas trans, a indústria farmacêutica) fatalmente cairá na armadilha de Porter.

A potência do relato de Preciado, porém, não reside em sua capacidade de representar uma experiência coletiva, mas em sua função de produzir cartografias. Seu corpo não é um exemplo, uma autobiografia, mas uma plataforma singular onde se torna visível um diagrama de forças políticas, libidinais, farmacológicas e discursivas, que atravessa inúmeros outros corpos sem, contudo, se fechar numa identidade totalizante. A

⁶⁹ PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (orgs.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. Pg.298.

⁷⁰ Não quer dizer que esses corpos em diferença já não estejam ocupando nossos espaços, mas mesmo ocupando, são disciplinados para sobreviverem nele. Não se trata mais de uma bolha como ouvíamos falar frequentemente, a academia se faz pílula de Preciado, indicada à casos graves de criatividade existencial. Na bula, o aviso: Contraindicado para prevalência da diferença. Afinal, nada mais sensato que o encarceramento do diferente para garantir seu lugar enquanto tal.

questão, portanto, não é se um indivíduo pode representar o todo, mas como uma singularidade pode revelar as linhas de força que constituem um campo problemático.

Ao nível da narrativa histórica, tal discussão também nos permite questionar o (não) lugar da autoria em seu processo criador. Minha discursividade produz dispositivos que estão intrinsecamente ligados à uma complexa interseccionalidade do meu corpo. Perpassam por ela fluxos de subjetivação que me atravessam e que também partem de mim. Minha performance de gênero não aparece somente na flexão das palavras que uso para me definir, estão sobre um plano comum constitutivo de minhas subjetividades, consciente e inconscientemente. São multiplicárias e inventivas. Ao escrever, vários *eus* escrevem, eu-historiador, eu-filho, eu-gamer, eu-sexual, eu-solitário, eu-branco, eu-artista. O historiador é o indivíduo que produz narrativa histórica? Escolho aqui por tensionar essa questão de fora para dentro, nos limiares da noção da individualidade.

Para que a crítica à individualidade no plano narrativo histórico não permaneça como uma abstração, talvez seja necessário um desvio tático, um mergulho no plano do vivido. É preciso cartografar como essa tensão opera não apenas nos livros, mas nos corpos, nos diálogos e nos afetos que constituem nosso presente político. A experiência pessoal que se segue não serve como ilustração, mas como uma exposição do diagrama das forças em jogo. Ela expõe como lógica da representação política colapsa diante de um agenciamento de desejo que ela não consegue nomear, revelando a urgência de uma análise que opere no nível dos microfascismos.

Lembro-me de uma discussão com um colega há algum tempo, enquanto discutíamos nossas pesquisas. Ele, militante indisciplinado, me impunha os perigos de minha abordagem (“pós-moderna”, o termo que utilizou, mesmo eu não assumindo parte alguma desse argumento), ofuscar a leitura política de nosso contemporâneo pós-ascensão do bolsonarismo. “Essa relativização toda é que deu princípio de toda essa *Fake News* e negacionismo que corre por aí, estão matando a política!”. Tempos mais tarde, escuto seu relato angustiado “Como pode um cara pobre, totalmente oprimido e menosprezado por esse lixo de governo, ainda apoiar e dar voto?! Não é possível tanta burrice no ser humano.”. Assisti aquele episódio em epifania. Lembrei do processo eleitoral de 2018, com a vitória certa de Bolsonaro já demarcada nas prévias da eleição. A universidade já sentia na pele os efeitos que Michel Temer (até o momento presidente) legara a seus cofres e sua cultura, sem contar o espectro do anti-intelectualismo que

rondava as ruas das cidades. Vários corpos acadêmicos⁷¹, em todo o Brasil, como num espasmo involuntário da lucidez terminal, saíram de suas salas e se prostraram em praça pública, somente com três coisas: Um bolo, uma placa escrita “vamos conversar?”, e um sonho, mudar os rumos da eleição (movimento do vira-voto). Mesmo não vingado, o movimento foi bem-intencionado, todavia nunca mais o vi, nem os bolos, nem as placas.

O que a minha epifania diante do relato de meu colega e a lembrança do movimento do vira-voto incitam é o colapso de uma certa grade de análise. Ambas as situações partem de um mesmo pressuposto: o de que o sujeito político age segundo uma racionalidade de interesses (de classe, no caso específico de sua militância) ou pela via do convencimento retórico-discursivo, no caso do "vamos conversar?". O que essa lógica não captura, e que o bolsonarismo tornou impossível ignorar, é toda uma economia libidinal, onde o agenciamento de desejos faz com que um corpo invista em sua própria repressão ou se conecte a uma máquina de poder que, em tese, o aniquila. É aqui que a análise dos microfascismos se torna crucial. Não se trata, somente, de um fascismo de Estado, mas daquele que cada um de nós produz e alimenta em seu cotidiano: o desejo por uma orientação, a ânsia por reconhecimento, o ódio ao corpo que difere.

Até hoje, com a vitória do PT nas eleições de 2022, várias frentes do pensamento vem refletindo “como” e “por que” da ampliação fascistóide nas diversas camadas da sociedade, dado que não podemos ignorar em nossa prática profissional, ética e política. Esse movimento não se dá só no Brasil, o mundo vem cada vez mais indicando uma expansão dos governos de (extrema) direita⁷². Sem contradição, é essa empreitada que boa parte da historiografia contemporânea se vê disposta a enfrentar, visto que cada vez mais os debates da História Pública, da História do Tempo Presente, Patrimonial e da Memória se expandem nessa direção.

Seria um “emburrecimento” mundial dos corpos? O historiador, ao tentar entender esse movimento, não poderia também, além de historicizar e paliar os amplos efeitos do fascismo na esfera pública, massificante, construir uma nova prática que combata a condição subjetiva dos microfascismos? Os microfascismos apresentam potencial devastador tanto dentro do regime democrático quanto fora deles. Autofagia do corpo

⁷¹ Na época, dentre esses corpos havia artistas, militantes, políticos, e muitos outros.

⁷² Há vários exemplos possíveis para situar a ascensão dos governos de extrema direita hoje, mas destaco três deles: o governo de Donald Trump nos Estados Unidos, de Javier Milei na Argentina, e da primeira-ministra Giorgia Meloni na Itália.

democrático, empírica somente ao mensurar suas consequências mais vãs, já tardiamente. Não esqueçamos do 8 de janeiro⁷³.

A problemática aqui posta de uma epistemologia individualizante do sujeito histórico estaria justamente em seu sentido desafiador para a pragmática dos historiadores: demonstrar didaticamente e empiricamente, segundo seu transcendentalismo disciplinar, formas com que o plano individual (seja do aluno ensinado, seja do sujeito em estudo) vá ao encontro de um sentido/ordenação histórica coletiva. É o conhecido problema-clichê vivenciado pelos professores do ensino histórico no Brasil: como mostrar para o aluno que o estudo da Grécia Antiga ou da Ditadura Militar brasileira é importante e ressonante para sua vida.

Se nos colocamos contra a individualização da narrativa histórica, estaríamos inclinados à uma apropriação teórica adorniana das massas⁷⁴? Com certeza não. Contra a dualidade individual-coletiva que moveu os debates anteriores nesse platô, propõe-se segundo os estudos pós-estruturalistas de Gilles Deleuze e Félix Guattari um estudo histórico monístico, não universal ou totalizante, mas com base nas multiplicidades subjetivas.

Para tanto, em relação à historiografia, é preciso destacar um outro agente muito importante por aprofundar o interesse dos estudos históricos por essa perspectiva já citada anteriormente, Michel Foucault. No Brasil, a investida gradual de historiadores à abertura teórico-epistemológica proporcionou às nossas historiografias terra fértil para ricas e inovadoras discussões⁷⁵. Margareth Rago, uma das historiadoras brasileiras responsáveis pela expansão e apropriação do pensamento foucaultiano no Brasil, em 1993 apresentara a recepção e a mudança que a chegada do pensamento francês (que além de Foucault,

⁷³ Em 8 de janeiro de 2023 o Congresso Nacional do Brasil é invadido por manifestantes pró-bolsonarismo, acarretando a destruição do patrimônio público, ameaças aos órgãos governamentais e a contestação da eleição de Lula. Escancaradamente se tratava bem mais do que uma ação de vandalismo. Após investigações, se demonstrou que as intenções golpistas atravessaram o Estado, de civis à políticos e militares.

⁷⁴ Theodor Adorno, ao denuncia a crise da individualidade frente os movimentos totalitários, diz: “*Na era da sua decadência, a experiência que o indivíduo tem de si mesmo e do que lhe acontece contribui, mais uma vez, para um conhecimento que simplesmente lhe estava oculto, na altura em que, como categoria dominante, se exibia de um modo positivo e sem fissuras. Frente à unanimidade totalitária, que proclama como fito a eliminação da diferença, é possível que até algo da força social libertadora se tenha concentrado na esfera do individual. Nela se demora a teoria crítica, mas não com má consciência*”. ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. São Paulo: Editora Ática, 1993. P.7 da dedicatória.

⁷⁵ Sabe-se que essa expansão também resultou em discussões por vezes acaloradas com historiadores pouco concordantes com suas diretrizes teóricas.

também contava com Derrida, Deleuze e outros) pós-estruturalista propiciara à nossa historiografia. Observou deslocamentos epistemológicos significativos que possibilitaram aos historiadores autocríticas, desde os usos/entendimento das fontes (genealogia/cartografia), outras percepções dos tempos históricos (imanência/ontologia do presente), até mesmo a constituição dos sujeitos históricos (processos de subjetivação), visando a destituição de seus axiomas⁷⁶.

Para além disso, tais apropriações desse pensamento também se alinhavam ao enfrentamento político da época, onde o avanço neoliberal se colocava como mais uma frente a ser combatida pelos historiadores. Os processos de individualização, comuns tanto ao projeto político capitalístico, quanto também à algumas linhas epistemológicas do pensamento histórico⁷⁷, também estariam na mira da revisão desses discursos do presente. Como o próprio Foucault afirma:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.⁷⁸

Como poderia o historiador operacionalizar sua narrativa, ainda preocupado com os sujeitos, sem individualizá-los ou massificá-los? Seria preciso novos agenciamentos historiográficos, novas lógicas e sentidos para uma história combativa e mutante. Seria preciso uma lente sensível e molecular do historiador, a fim de poder interagir com histórias *menores*⁷⁹. Um apelo para suas dimensões menos racionalizantes, mas não menos lógicas⁸⁰. Não seria, também, uma lente como da micro-história de Carlo Ginzburg, ou biográfica. De certa forma, estaríamos diante de uma historiologia atômica,

⁷⁶ RAGO, Luzia Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 4, n. 5, 1993. Pg.27-28.

⁷⁷ Vide alguma das perspectivas já exemplificadas anteriormente referentes à história do corpo.

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2º ed. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009. Pg.10.

⁷⁹ Menor em seu sentido deleuziano, não em tamanho ou qualidade.

⁸⁰ O negacionismo não busca praticar o relativismo da verdade, como aponta Arthur Avila. Pelo contrário, estipula uma verdade incondicional. Essa é a grande dificuldade de seu enfrentamento, pois mesmo com toda a rigorosidade científica, sua fé não é abalada. AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 161-184, 2021.

experimental, onde nem tudo é empírico⁸¹, mas efetivamente se coloca no plano formativo-imanente-subjetivo.

Mas o que seria, em termos práticos, essa operação histórico-atômica? Seria deslocar o foco das grandes *linhas molares* (o Estado, a Classe, a Cultura) e dos indivíduos-personagens para as trajetórias moleculares que os constituem e os atravessam. Em vez de narrar uma história da família, rastrear a circulação de uma técnica de criação dos filhos; em vez de analisar uma crise econômica, cartografar a microfísica de um boato no mercado financeiro ou o percurso de um afeto como o pânico; em vez de escrever a biografia de um sujeito, buscar entender como ele entende e se forma enquanto sujeito, como faz Preciado com a testosterona. A historiologia atômica não busca o átomo como a menor parte indivisível da sociedade, mas como o ponto de encontro de fluxos e intensidades, o evento mínimo que reconfigura um campo de forças, e que ainda sim, apresenta a potência de ser historicizado.

E quais caminhos poderiam os historiadores percorrer para dar conta de conjuntos de corpos e seus coletivos? Justaposto ao campo social, que tradicionalmente trouxe consigo os conteúdos da crítica materialista-dialética, também emergiu em diálogo direto os estudos culturais, abordando das mais distintas formas tal problemática. Tendo delineado o problema (a armadilha da forma-indivíduo) e esboçado uma alternativa (a perspectiva das singularidades), a tarefa agora é torná-la concreta para o pensamento histórico, e para tal, vale a pena situar essa proposta no campo de forças da própria historiografia.

É preciso, portanto, dialogar diretamente com as correntes historiográficas que mais se aproximaram de um estudo crítico das subjetividades, notadamente a História Cultural. Analisar seus avanços e, sobretudo, seus limites, não é um desvio, mas uma operação necessária para demarcar o terreno e justificar porque é preciso ir além de seus pressupostos, especialmente no que tange à construção das identidades. É preciso entender como a própria máquina historiográfica, mesmo em suas vertentes mais críticas, acabou por produzir novas formas de individualização.

⁸¹ Ainda que não esteja no escopo dessa pesquisa, é importante mencionar que Gilles Deleuze desenvolve em alguns de seus textos a ideia de empirismo transcendental, onde a relação do sensível não fornece um sistema de sentido ou comunicação, mas estaria disposto por multiplicidade e diferença; empirismo de potência.

Os estudos culturais sempre estiveram presentes no pensamento dos historiadores (de forma mais ou menos pragmática). A historiografia de Annales realizou no século XX um grande empreendimento nesse sentido, colocando em perspectiva os sujeitos e o tempo histórico segundo categorias próprias de análise, como uma das mais conhecidas, a *Longa Duração* de Braudel. Houve grandes esforços na historiografia para tentar entender Annales, mas não é possível entendê-la como unidade. Diversas cisões e mudanças profundas permitiram as mais diversas abordagens, produzindo dissidentes que hoje são caros a historiografia⁸².

Em seu livro *O que é história cultural?*⁸³, Burke passa pelos desenvolvimentos e embates da produção histórica da temática, mostrando como influências de outras áreas do saber, principalmente a antropologia, influíram diretamente na historiografia. A partir dos anos 70, a *virada cultural* realocou tensões que antes já eram debatidas desde o século XIX (como as práticas e produtos culturais, as artes, a tradição e a modernidade), lendo-os criticamente de forma discursiva, semiótica e narrativa. Para além disso, se colocava agora em destaque os estudos da cultura popular, tomando o lugar que as denominadas culturas da elite ocuparam anteriormente na narrativa.⁸⁴

Em outro polo, no subcapítulo intitulado *A construção das identidades individuais*⁸⁵, Peter Burke afirma que a identidade se tornara uma das questões latentes da *Nova História Cultural*, visto sua problematização e reivindicação no plano social e cultural no período (vide seus debates dentro dos movimentos negros e feministas, por exemplo).

Nessa empreitada, o historiador inglês exemplifica alguns trabalhos de referência, que segundo ele, expressam a importância e o valor dos estudos do individual na

⁸² Recomenda-se o livro *História em migalhas: dos Annales à Nova História* (1992) de François Dosse para um mais aprofundamento da temática.

⁸³ BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁸⁴ De forma breve, é necessário colocar a história da cultura em amplo espectro, entendendo a multiplicidade das produções concernentes do campo, assim como a resistência por grande parte da historiografia materialista, que considerava sua cientificidade superficial, assim como conceitualmente vaga. No Brasil, autores como Ronaldo Vainfas e Ciro Cardoso não pouparam esforços para mostrar o insucesso da empreitada cultural. Em *Domínios da História* (1997), narraram desde a quebra internas dessa abordagem, como no caso dos estudos da mentalidade, indicando também a fuga de seus historiadores para uma nova forma de abordar a cultura, mais palpável (Nova história cultural). Os poucos historiadores que citam ter uma aceitabilidade maior são Carlo Ginzburg com a *microhistória*, Roger Chartier com a *representação* e Edward Thompson com a cultura operária-popular. Essa nova história cultural, enfatiza os autores, deve ser observada com cautela, pois a abertura à pluralidade epistemológica de outros campos poderia tirar seu viés histórico, tornando-o aberrativo e pouco preciso.

⁸⁵ *Idem*, 2005. Pg. 116.

historiografia. Nisso, destaca também toda uma “ampliação” heurística das fontes, evidenciando documentações pessoais, de pequena escala, como cartas e diários que corroboram para o entendimento dos processos de reconhecimento desses sujeitos. Viuse, como também o fizeram os *microhistoriadores*, a revisitação dos estudos de caso (auto)biográficos oferecera aos historiadores instrumentos para novas problematizações teórico-metodológicas. Esse avanço, entretanto, não colocou em reflexão (pelo menos não tinha a pretensão) suas disposições epistemológicas, nem tanto também, como o fizera Foucault, ao nível dos discursos.

Corpo. Indivíduo. Cultura. Três conceitos que podem parecer, para alguns, complementares. Os historiadores que ajustam sua máquina analítica pela referida tríplice lente possibilitam, por vezes, a construção de uma narrativa atrativa e confortável, colando seus pedaços de fontes a fim de forjar uma máscara grega, a vestindo nos três atos de sua tragédia. Durval Muniz remonta essa micro-tradição e expõe:

À medida que escreve, o historiador delineia um corpo para si, quase sempre um corpo ausente, um corpo que se mascara e se dispersa sob um “nós” majestático. Muitas vezes o historiador se disfarça por trás do corpo de um de seus personagens, fazendo dele o seu alter ego: Carlo Ginzburg falando através da máscara de Menocchio, Emmanuel Le Roy Ladurie atribuindo a totalidade de seu livro ao bispo inquisidor de Palmier.⁸⁶

Eis aí a tensão presente nas operações epistemológicas mais fundamentais da narrativa histórica individual. Ao usar o personagem como máscara de forma metafórica, o historiador pressupõe uma forma de interioridade onde a complexidade do contexto histórico se resolve e se torna legível. É essa operação que torna o sujeito-personagem um produto acabado em sua historicidade discursiva, pois é através de sua trajetória individual que o tempo histórico é organizado e domesticado pelo tato do historiador. É precisamente essa operação que a perspectiva das singularidades busca dismantlar.

Ao colocar na cena tais personagens hermenêuticos, coloca-se também em perspectiva sua individualidade, sua passagem terrena, seu corpo em narrativa. Sua historicização presume, como parte prima do narrar, um delicado e refinado ofício para com as fontes e documentações, tornando o historiador um problematizador de conjuntos do contexto pré-individualizante, ou como bem descreveu Gilles Deleuze, “*demarcador*

⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 16, n. 41, p. 1-23, 2023 Pg.16.

temporal do poder”⁸⁷. Buscando entender melhor tal definição, trazemos um de seus comentadores, Guillaume Sibertin-Blanc:

(...) a determinação da história como forma de interioridade, e a determinação do conceito como processo de desenvolvimento dentro dessa forma. É essa relação que a “demarcação temporal do poder” pressupõe. A interioridade recíproca do conceito e da história garante a auto-interioridade do conceito no tempo, mas, inversamente, também a homogeneidade do tempo ou seu domínio conceitual, o controle de toda temporalidade heterogênea, de todas as formas de mudança ou evento passíveis de escapar dele. (Tradução nossa)⁸⁸

Disso, podemos dizer que ao situar o indivíduo, seja na história médica ou (auto)biográfica, o coloca em relação a um conjunto maior (cultura/sociedade) *a priori*. Ratificando junto ao movimento espaço-temporal da análise um fundo epistemológico comum que condiciona certas diretrizes do historiador. Ao narrar, o historiador interioriza a temporalidade corpos problematizados, tornando-os sincronos e historicizáveis na medida em que chegam a ele seus resquísseos. Fontes que são externalizadas àquele que analisa.

Pegemos outros dois exemplos, já bem diferentes. Os escritos *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1976) e *A história dos homens infames* (1977) de Michel Foucault são exemplos de como os estudos no campo cultural podem ser redimensionados, mais qualitativos que quantitativos. A partir da análise de registros criminais e outras fontes⁸⁹, o francês evidenciou que certas existências assujeitadas só chegam a nós a partir dos discursos/documentações institucionais (em grande ou pequeno número) de seus corpos condenados. Essa narrativa (que pode ou não ser intitulada pós-

⁸⁷ BENE, Carmelo; DELEUZE, Gilles. *Superpositions*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.

⁸⁸ SIBERTIN-BLANC, Guillaume. Les impensables de l'histoire. Pour une problématisation vitaliste, noétique et politique de l'anti-historicisme chez Gilles Deleuze. *Le philosophoïre*, n. 1, 2003. Pg. 146. Lê-se do original: “(...) la détermination de l'histoire comme forme d'intériorité, et la détermination du concept comme processus de développement à l'intérieur de cette forme. C'est ce rapport que présuppose le “marquage temporel du pouvoir”. L'intériorité réciproque du concept et de l'histoire assure l'intériorité à soi du concept dans le temps, mais à l'inverse aussi l'homogénéité du temps ou sa maîtrise conceptuelle, le contrôle de toute temporalité hétérogénéité, de toute forme de changement ou d'événementialité susceptible de lui échapper.”.

⁸⁹ Nos textos mencionados, Foucault utiliza um número reduzido de documentações (no primeiro caso nem tanto) em sua narração. Fato esse criticado por parte da historiografia que julgava necessário números exponenciais de documentação para tornar sua argumentação viável e sólida. Margareth Rago, nos anos 90, escreve sobre a influência e os atritos causados pela chegada do pensamento Foucaultiano no Brasil, intitulado *As marcas da Pantera: Foucault para historiadores* (1993). Nesse artigo, a autora destaca a inconsistência da crítica historiográfica citada anteriormente aos métodos utilizados por Foucault: “Como bem observou Durval Muniz de Albuquerque Junior, em artigo recente, também Ginsburg incorre numa incompreensão da proposta metodológica de Foucault. Sua preocupação central não é explicar os atos e palavras de Rivière, como fizera o historiador italiano em relação ao seu personagem Menocchio, mas a de mostrar como esses atos e palavras foram apropriados pela produção de uma teia discursiva que conectou o discurso psiquiátrico e o jurídico.” (RAGO, Margareth, 1993. Pg.28.)

estruturalista/ pós-crítica) não sustenta, entretanto, uma interioridade/individuação dos corpos narrados, mas indica relações que extrapolam sua carne, em direção aos interstícios do poder.

Dissertando sobre corpos e suas subjetivações a partir da prerrogativa incitada anteriormente, busco, apropriando-me de Foucault, Deleuze e Guattari, refletir epistemologicamente sobre as possibilidades para o descentramento da narrativa histórica em direção a outros usos do passado singulares. Para tal, é preciso compor uma maquinaria que permita negar em sua episteme o caráter *axiomático* e universal das individualidades, tornando-a um processo interessado, ao passo que possibilite historicizar as singularidades pela apropriação múltipla de seus discursos e das agências subjetivas possíveis. Dessa forma, Foucault não dualiza a interioridade ou exterioridade da análise, mas intui pelo campo discursivo uma relação de poderes práticos.

Voltemo-nos para tais discussões no âmbito da historiografia brasileira. Ao valorizar outras formas (e conteúdos) da produção de narrativas e saberes⁹⁰, a historiografia vem se abrindo para sua autocrítica, não mais se contentando com operações históricas resumidas à meros aprofundamentos temáticos (repetitivamente excessivos, saturados, massantes, machadianos, e repetitivos, para não dizer repetitivos!), ou a uma sumarização de representações transcendentais.

Nessa empreitada, os estudos históricos no Brasil vem cada vez mais se interessando pelas problemáticas interdisciplinares das subjetividades. E tal movimento é lógico, visto que novos corpos não são mais meros objetos de métodos inovadores, mas sim, produtores de história potencialmente diferentes. Ao desterritorializar os domínios até então pouco flexíveis da história e da historiografia, buscam encontrar territórios diferentes, novos corpos para si, novas historiologias possíveis, que agreguem à sua produção outros saberes e modos de existir, talvez antes ainda não historicizados.

Travestis, esquizos, indígenas e tantas outras corporeidades colocam os discursos históricos à prova, não mais o contrário. Por menor que sejam suas escalas de análise, jamais se consideram sujeitos pequenos, individualizados como uma ínfima parte de um

⁹⁰ Vide o crescente interesse dos historiadores, pelo menos com mais ênfase desde o último quartel do século passado, pela ampliação das narrativas e das fontes referentes aos estados alternativos de consciência, gênero, deficiência, racialidade, sexualidade, entre tantas outras. Talvez mais importante do que isso, seja que esses sujeitos, antes participantes como objetos temáticos de caso, agora criam também narrativas históricas de dentro das instituições, trazendo novos desejos e subjetividades para confrontar historiologias hegemônicas.

todo. Não, não e não! Não se prostram mais a inquisição do empoeirado divã da clínica histórica... Não se torna o louco histórico, visto que sua loucura pode não conceber tão ordenamento, é o louco que enlouquece, em seu sentido mais positivo, a história. É preciso lembrar que Clio é irmã mais nova de Calíope⁹¹, não mãe de Édipo.

Essa recusa dos corpos dissidentes em se submeterem à clínica histórica não é, contudo, aleatório. Ela se alimenta de um repertório teórico-político específico, de ferramentas conceituais forjadas para pensar a diferença sem capturá-la. Para entender como essa perspectiva pode influenciar o ofício dos historiadores, opto, em um primeiro momento, por traçar a genealogia de sua principal fonte de inspiração no Brasil: a chegada e a apropriação criativa da Esquizoanálise, enquanto um movimento que ofereceu um arsenal para combater a axiomática do indivíduo dentro e fora da historiografia.

Dentre os vários movimentos que propulsionaram o interesse dos historiadores a esse diagrama singular, destaco a influência da *Esquizoanálise*, ainda tímida entre os historiadores. É já na década de 1970 que vemos certa recepção acadêmico-clínica. Para além da chegada de Deleuze e Guattari ao mercado editorial brasileiro⁹², outros fatores também foram muito importantes para sua consolidação. É pela apropriação criativa dos próprios autores brasileiros que os estudos das subjetividades esquizoanalíticas vão se firmar. Dou destaque especial para a psicanalista Suely Rolnik, que em exílio na França teve contato direto com Félix Guattari, e retornando mais ao Brasil, foi uma das responsáveis por difundir tais diálogos, a partir de questões propriamente nossas.

Assim como no campo clínico, a academia encontrara adeptos e críticos à essa nova abordagem das subjetividades. Nos anos 80 e 90, Félix Guattari faz algumas visitas ao nosso país a convite de Rolnik, discursando em várias universidades e espaços sindicais (um de seus interesses de estudo no Brasil⁹³), divulgando suas ideias e as propostas da Esquizoanálise. É na década de 1990, pós regime militar, que o interesse

⁹¹ Respectivamente, musas gregas que inspiram a história e a criatividade poética.

⁹² Sua difusão inicial se dá pela Editora Perspectiva, muito pelo interesse de Jacó Guinsburg, seu fundador, de trazer ao cenário nacional discussões latentes, diversas e atuais para o público brasileiro, enfocando mais tarde na editoração de cunho acadêmico. Junto a Deleuze e Guattari, também foi umas das editoras mais importantes para o pensamento de Foucault, Derrida e tantos outros.

⁹³ Em 1982, Guattari realizou inclusive uma entrevista com o até então candidato paulista Luís Inácio Lula da Silva, também líder sindical, a fim de entender mais os movimentos político-sociais do país. Essa entrevista foi transcrita para um livro mais tarde. GUATTARI, Felix. *Lula: entrevista a Felix Guattari*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

brasileiro pelos autores começa a crescer exponencialmente.⁹⁴ Como a própria psicanalista escrevera em uma carta após a morte do francês: “*Guattari foi e é um intercessor para muitos de nós, no Brasil, mas é bom lembrar que o Brasil também foi um intercessor privilegiado de Guattari.*”⁹⁵

Não se pode negar ou esquecer, um terceiro motivo para que os estudos esquizoanalíticos firmassem-se aqui é a influência que o pensamento de Foucault já tivera estabelecido, principalmente quanto a seu impacto na historiografia, que mais nos interessa no momento.

Como já dito anteriormente, os historiadores nacionais, sob a égide foucaultiana, na maioria das vezes, também começaram a dialogar com as dinâmicas deleuzo-guattarianas (lembrando que, ainda que próximas, apresentam diferenças bem-marcadas, principalmente no entendimento do desejo). Nessa mesma medida, se acirrarão os enfrentamentos teórico-metodológicos para com as vertentes inglesas e italianas, que também crescerão exponencialmente desde os anos 70.

Mas afinal, qual seria o interesse possível da nossa historiografia em relação às contribuições já mencionadas? Se retomarmos os debates iniciais desse platô, onde dei mais ênfase nas tensões entre o individual e o singular do corpo, talvez eu possa começar a responder essa pergunta.

Em primeiro lugar, ao retomar à revisão da história do corpo proposta por Roy Porter, busquei exaltar que sua contribuição auxiliou novas perspectivas diagnósticas e sociais da dor, ao passo que também se evidenciou seu tom excludente para com outras teorias, ditas pós-modernas. Nessa mesma pegada, também evidenciamos uma de suas características epistemológicas, ao constituir tal saber histórico a partir de uma dinâmica de individuação dos sujeitos. Contrapondo tal disposição, tentei introduzir a ideia de singularidade, exemplificando o caso de Paul Preciado.

Ao partir para o campo amplo da história cultural, reiterei o impacto epistemológico de influência foucaultiana. Lá, foi possível observarmos que o sujeito

⁹⁴ Deixo em anexo duas tabelas (Ver anexo A e B) onde se encontram, a partir de uma breve pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) de produções de teses (1996-2023) em que apropriaram os debates esquizoanalíticos segundo seus respectivos interesses. A particularidade dessas produções é que seu maior montante se encontra nos estudos educacionais, mais até mesmo que da filosofia e da psicologia.

⁹⁵ ROLNIK, Suely. *A dama de negro*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUC/SP, 1993.

pode ser problematizado para além de sua individualidade, possibilitando ao historiador outros caminhos que interpelem os discursos, o poder e seus processos de subjetivação. Avaliemos agora a dimensão prática dessa crítica no caso presente.

Operações do singular no plano subjetivo-histórico: o caso zapatista

Os apontamentos até aqui feitos indicam para um ponto comum, o sujeito, ou melhor dizendo, as subjetividades. É pelas e com as subjetividades que podemos entender a diferença primordial entre o *individual* e o *singular* na narrativa histórica. Félix Guattari⁹⁶, autor que se demonstrará central nessa empreitada, nos apresenta a ideia de microrrevoluções, sua aposta no combate aos imperativos capitalísticos que cerceiam e regimentam a produção de novas subjetividades. A revolução *menor* entre as grandes revoluções.

Talvez a palavra revolução possa soar estranho em nosso contemporâneo para alguns. Nunca estivemos tão longe de uma revolução, dirão outros. De fato, o conceito que Guattari buscou expressar está, em considerável medida, distante da percepção

⁹⁶ Ainda que se saiba que Deleuze e Guattari tenham produzido por duas décadas formas de pensamento conjunto, o destaque ao segundo se dá pela conceituação e desenvolvimento maior dele nas temáticas que se sucedem.

arendtiana. Para Arendt⁹⁷, a revolução, enquanto ato de fundação de um novo espaço de liberdade política, compõe uma ruptura institucional que instaura uma nova ordem política a partir das questões sociais proeminentes. A aposta de Guattari, ao contrário, não reside no grande evento que desconfigura uma estrutura político-social anterior, mas naquilo que já pulsa no cotidiano: as mutações moleculares do desejo, as pequenas insurreições que corroem as estruturas por dentro, sem necessariamente aspirar à tomada do Estado. Mas, então, essa perspectiva revolucionária seria somente relevante para ser discutida com o mais afínco historiador marxista? Pode sê-lo, mas não só. Qual revolução interessaria aos outros historiadores? Durval Muniz responde:

A revolta, a revolução, devemos lembrar aos historiadores, é feita, sobretudo, pelos corpos, e não apenas por ideologias, ideias ou projetos. A sublevação começa nas carnes e ganha corpos nos gestos, nas ações, que põem a revolta em movimento. Movimentos sociais são antes, e acima de tudo, movimentos corporais, das carnes, pois são a partir delas que, ao se moverem impulsionadas por dados desejo de mudanças e transformações, ao se mobilizarem a partir de dadas paixões políticas, que podem nascer de discursos e projetos racionalmente elaborados, que corpos políticos se configuram, que órgãos e instituições políticas ganham corpo.⁹⁸

A provocação de Muniz inspira os historiadores a pensarem o corpo não como um mero objeto de uma narrativa maior na história, mas como o motor desejante dessa. Para instrumentalizar essa intuição e evitar que ela se perca em generalidades, precisamos de uma ferramenta conceitual mais afiada, capaz de distinguir as diferentes potências que habitam as carnes. Aproprio-me novamente das transversalidades oferecidas pela filosofia e pela arte, afim de encontrar essa ferramenta interpretativa. Ao analisar a pintura visceral de Francis Bacon, Gilles Deleuze nos oferece uma chave decisiva ao separar a carne em suas duas conjugações na língua francesa: *chair* e *viande*⁹⁹. Mesmo sua tradução direta sendo “carne”, a *viande* é definida pelo autor como a carne morta, carne a ser comida, e *chair* é a carne poética e viva, que assim como Durval Muniz faz a relação, é gestual e criadora. Ambas podem ser de interesse da cultura histórica, visto as especificidades mencionadas.

Para narrar a historicidade da *chair*, em suas dimensões políticas e sociais, é preciso outra lógica, menos carnívora. Iniciei meu platô com uma coordenada temporal,

⁹⁷ ARENDT, Hannah. Sobre a revolução. São Paulo: Editora Ática, 1988.

⁹⁸ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao rés dos corpos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 16, n. 41, 2023. Pg.5-6.

⁹⁹ DELEUZE, Gilles. *A lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007. Pg. 29-31.

datando o ano 48 da deglutição de Jango a partir da encenação da única peça Teatral escrita por Glauber Rocha¹⁰⁰.

Jango não se coloca como uma figuração/persona, mas um movimento figural. Irrompe a representação em direção a uma performance relacional. Isso significa que a peça não busca representar o "homem" Jango, mas cartografar as forças coletivas, esperanças populares, projetos de nação e traições políticas que o atravessaram e o constituíram. A dramaturgia de Glauber, por exemplo, manifesta isso ao dar mais tempo de fala a um coro de vozes anônimas, performatizadas pelas Ligas Camponesas, sindicatos e estudantes do que ao próprio Jango. Talvez o personagem Jango passe longos períodos em silêncio no palco, como um epicentro das pressões e desejos que o bombardeiam de todos os lados.

Ele, apesar de protagonista na peça, só pode ser concebido segundo processos de afecção dos movimentos coletivos que transpassam (d)ele, assim como pelas (pre)tensões críticas da narrativa de Rocha. A peça, assim, encena a tragédia da *chair* de um projeto popular sendo metodicamente transformada em *viande* política, pronta para o abate. O que esse buscou com sua peça não foi fazer uma biografia do político, nem propor uma revisão de sua imagem pública. Colocou-se em cena justamente seu processo de singularização. Dilacerou das vísceras um coração que não pulsa sangue, mas desejo. Um desejo que não era apenas seu, mas o desejo de um Brasil em convulsão. Um diagrama que expõe um desejo canibalístico, muito presente em nossas relações político-sociais mais cotidianas.

A deglutição da *chair*¹⁰¹ de Jango ainda nos é indeglutível, não só por ter sido o prato de entrada para o lupanato repressor da ditadura que a sucedera, mas pelo fato dessa fome já ter canibalizado muitos outros processos e subjetividades desde muito antes. À evidência do consumo de Jango, Glauber Rocha escancara nossa própria fome.

¹⁰⁰ A peça *Jango: uma tragédia* foi escrita por Rocha três meses antes da morte de João Goulart em 1976, enquanto o cineasta, assim como o ex-presidente se encontravam exilados pelo governo militar. Em sua história, via-se como a figura de Jango fora atacada por todos os lados, acusado de fraco poder deliberativo e postura populista. Porém, Glauber Rocha constrói o político como um agente de mudança, sem é claro deixar de apontar suas considerações críticas, e em contrapartida faz de seus opositores (compostos de políticos, acadêmicos e celebridades) adutores do conformismo, tão hostis e hipócritas quanto o que regime que o sucedera. Afinal, foram esses mesmos críticos-conformistas que o canibalizam. Recentemente a peça foi reencenada no Teatro Vila Velha em Salvador - BA em 2018, trazendo uma outra leitura da peça com críticas à política contemporânea. Link para assistir à encenação: <https://fb.watch/vuW1wCBI-m/>. Acesso em 24/08/2024.

¹⁰¹ *Chair*, e não *viande*. É preciso lembrar que João Goulart não morreu de fato canibalizado.

A fome em questão, não se faz da falta, mas do desejo. A peça de Jango, portanto, é posta aqui como a cartografia de uma *chair* devorada, o testemunho da eficácia implacável da máquina estatal em sua fome por estratificação. Ela nos mostra um corpo que, ao ser capturado pela máquina do Estado, tem seu desejo transformado em silêncio e sua carne em mercadoria. Mas o que acontece quando a carne viva se recusa a ser servida no banquete? E se a *chair*, ao invés de se deixar deglutir, manifesta sua própria fome, uma fome não por consumir, mas por existir?

É aqui que a análise exige outro corpo, não como antítese, mas como a outra face do mesmo processo desejante. Se a tragédia de Jango foi a de uma *chair* transformada em *viande*, precisamos agora cartografar a erupção de uma *chair* que grita sua existência por todos os seus poros. Para isso, evoquemos, em caráter experimental, outro corpo, o corpo zapatista.

Em 1º de janeiro de 1994, enquanto o governo do México celebrava sua entrada no NAFTA, e também à mercadológica lógica neoliberal, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) irrompeu na cena mundial a partir de Chiapas, um dos estados mais pobres e majoritariamente indígena do país. Não se tratava de uma guerrilha clássica aspirando à tomada do poder estatal. Era, antes, um agenciamento de corpos-terra, de subjetividades maias (*tzeltales*, *tzotziles*, *choles*, *tojolabales*) que diziam "¡Ya Basta!" ao processo secular de expropriação de suas terras, de suas culturas, de seus próprios modos de existir. O levante zapatista não se apresenta como uma mera revolta armada; mas como a erupção da *chair* coletiva contra sua transformação em *viande*, a carne-mercadoria para o banquete capitalístico global.

As revoluções micropolíticas que Guattari se refere incidem aí, não em sujeitos propriamente¹⁰², mas em processos, planificando os transcendentalismos que separam o indivíduo de seu coletivo, tornando-os processos dinâmicos e imanentes. Uma lógica revolucinária subjetiva, social e histórica.

As relações subjetivas, nesse sentido, precisam ser cartografadas de forma decentrada, entendidas pela imagem conceitual do rizoma deleuzo-guattariano. Aos

¹⁰² Aqui vale ressaltar, um dos combates propostos pela esquizoanálise é a superação da universalidade do *complexo de Édipo* freudiano, assim como a proposta de pensar o inconsciente como uma máquina ativa e não representacional. Esse *inconsciente maquínico* (voltaremos a seu desenvolvimento no platô 8) opera sobre planos de imanência, e não configura um campo pré-individual do sujeito, mas seu construtivismo pleno.

historiadores, essa dinâmica apresenta outros caminhos epistemológicos que possibilitam narrativa do passado em prol à plurificação dos devires, em detrimento à cristalização identitária da historicidade cumulativa; uma possibilidade de produção de novas subjetividades, onde a escrita da história se faz enquanto movimento de forças menores, de desejos e maquinarias insubmissas e indisciplinadas.

A pesquisa desenvolvida por Thomas Nail¹⁰³ nos auxilia a entender como pode ser praticável ao nível historiográfico. Ao explorar o movimento zapatista, o autor norte-americano articula a partir de uma cartografia das forças políticas locais seu entendimento das dinâmicas do singular-coletivo expostas aqui anteriormente. A partir de sua análise, o mesmo destacou que a consolidação dos agenciamentos coletivos zapatistas não reivindicavam uma identidade a ser consolidada, mas um encadeamento pluricentrado de produções de modos de vida distintos, onde dinâmicas sociais distintas disputam subjetivações singulares, reunidas pelo interesse comum de superação de dispositivos do poder capitalísticos. Nas palavras do autor:

O corpo político antirrepresentacional entende, portanto, a diferença em si mesma como a condição para toda transformação política. ‘O político’ está, portanto, perpetuamente aberto a todos aqueles que potencialmente participam de sua comunidade não exclusiva: a comunidade de singularidades. Os vários elementos políticos diferentes que então avaliariam os pontos fortes e fracos, a saúde e os perigos dessa comunidade, sem uma identidade ou condição representacional a ser definida hierarquicamente, são, em vez disso, entendidos como elementos variados e heterogêneos. Todos esses elementos estão igualmente ligados uns aos outros em relações aninhadas que, em cada nível, sinalizam a impossibilidade de fechamento político e nos abrem para a potencialidade de transformação posterior.¹⁰⁴ (tradução nossa)

¹⁰³ Professor de filosofia da Universidade de Denver. Suas obras compõem parte do arcabouço bibliográfico do *Novo Materialismo*, sendo uma das linhas de pensamento diversas dentro desse movimento. Influenciados pelas teorias materialistas e pelo construtivismo deleuzo-guattariano, outros autores que se relacionam com esse movimento, por exemplo, são Donna Haraway e Bruno Latour.

¹⁰⁴ Do original em inglês: “*The anti-representational body politic thus understands difference-in itself as the condition for all political transformation. ‘The political’ is thus perpetually open to all those who potentially participate in its non-exclusive community: the community of singularities. The various different political elements that would then assay the strengths and weaknesses, the health and dangers of this community, without an identity or representational condition to be defined against hierarchically, are instead understood as so many heterogeneous elements. All of these elements are equally tied to one another innested relations that at each level signal the impossibility of political closure and open us up to the potentiality of further transformation.*” NAIL, Thomas. *Returning to Revolution: Deleuze, Guattari and Zapatismo*. Edinburgh University Press, 2012. Pg. 114.

Não obstante, as dinâmicas das subjetividades e dos corpos encontram um território perigoso em suas tensões. Se por um lado, o coletivo pode evocar a singularidade como potencial de transformação, esse também por vezes é apropriado pela própria maquinaria maior, sendo estratificado pelo identitarismo, resignificado e reconhecido no território que antes combatia, agora compondo-o. Um bom exemplo pode ser aferido dos movimentos políticos LGBTQIAPN+, do qual faço parte, que ao passo de reivindicar direitos e legitimidade de seus modos de vida, também são objetificados pelo mercado, fetichizados e acrescidos ao território que permanece nocivo, porém agora com sua identidade estabelecida¹⁰⁵.

Ainda analisando o movimento zapatista, Nail expõe uma preocupação sobre o entendimento e movimento dos corpos, colocando-os como um lugar de tensão, onde singularidade e individualidade colidem, podendo produzir um processo de fuga, ou de cristalização. É nessa divisão que encontramos a potência revolucionária dos corpos, sua singularidade-coletiva:

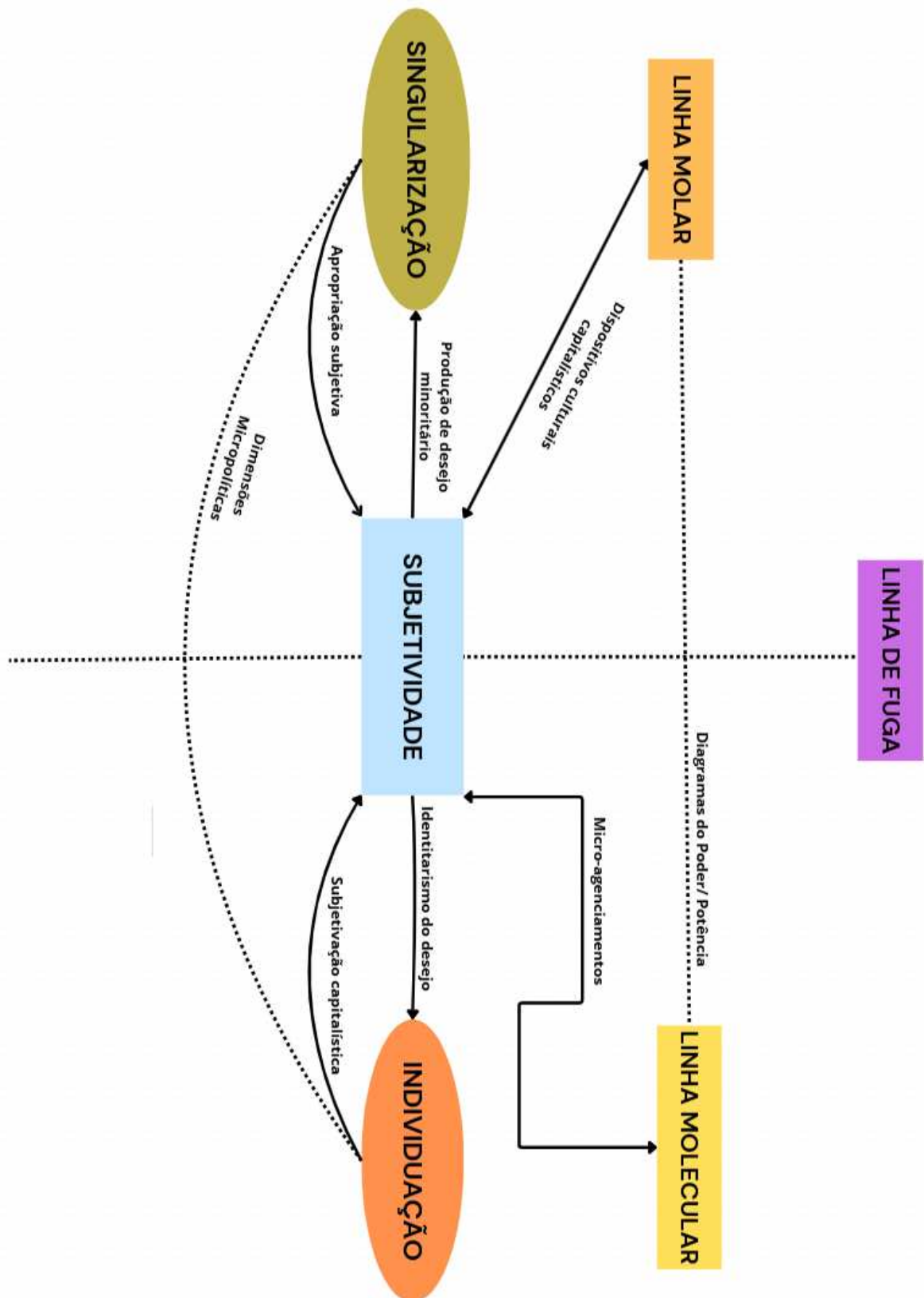
O surgimento das condições para um corpo político revolucionário, de acordo com Deleuze e Guattari, não se assemelha a nenhuma coisa legal ou legítima reconhecível dentro do estado atual das coisas. Nesse sentido, as condições para um corpo político revolucionário marcam um evento ‘singular’. Como uma máquina abstrata, essa condição é “livre de todas as causalidades normais ou normativas” deduzidas ou derivadas das possibilidades conhecidas do que um corpo político é capaz de fazer. Um corpo político revolucionário não apenas estabelece outra identidade cultural, sujeito de direitos ou mercadoria em circulação, ele cria uma nova condição para inclusão que é contingente e heterogênea à topologia do poder representacional.¹⁰⁶ (Tradução nossa)

Para tentar explicar melhor seu processo de análise subjetivo-social, é necessário voltarmos à Guattari. Produzi o seguinte mapa para que possamos retomar à análise do movimento zapatista de maneira esmiuçada:

¹⁰⁵ Se tornou cada vez mais evidente a discussão acerca do conceito de Pink Money na última década, mostrando que grandes marcas e o mercado cultural utilizam-se das identidades não-hegemônicas para propagar uma falsa aceitação da diversidade em prol do aumento de seus lucros. Ainda que haja muito debate dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+, essa prática ainda é comum, e em minha opinião, se consolida cada vez mais, sob a roupagem da aceitação social. Da cidadania à prateleira, qual o preço do reconhecimento? (ver o *Platô 7* desse trabalho). Recomendo as seguintes bibliografias que aprofundam mais essa questão: CHASIN, Alexandra. *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market*. New York: St. Martin's Press, 2000.; DE MORAES, Matheus Henrique Junqueira. *Pink money & Pinkwashing: entre o reconhecimento e os riscos de uma expansão expropriatória do capitalismo*. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, n. 22, 2024.

¹⁰⁶ *Idem*, 2012. Pg. 118.

Figura 1- Diagrama de um dos planos operatórios das subjetividades



Fonte: Sistematização autoral apropriada das ideias propostas por Félix Guattari e Gilles Deleuze

Sendo a *linha molar* em questão, o Estado mexicano detém os dispositivos econômico-legais-militares da produção normativa de subjetividade em escala nacional. Mas o que isso significa? Ao definir seu território, articulam junto a isso políticas de controle, mais ou menos visíveis¹⁰⁷. Esse controle, entretanto, se torna autorregente, na medida em que os processos identitários não conseguem mais distinguir subjetividade do território na qual ela subsiste.

O processo de cristalização das formas do viver é um processo de conquista pela prática do sedentarismo subjetivo. Funcionaliza o sujeito segundo seu lugar nas engrenagens da grande máquina estatal. Há, todavia, aqueles que não se encaixam em tamanha estrutura, e ainda que ocupem lugar no território maior, não partilham da subjetividade normalista desse, e resistem à conquista maior, produzindo novas formas de viver, ainda que em combate. Esteja posto o caso dos indígenas, que como veremos, terão um papel crucial para o entendimento do zapatismo.

A aplicação dessa cartografia ao caso zapatista torna-se, então, visceralmente clara. A linha molar, a linha de estratificação dura, é a do Estado mexicano em conluio com o capital global. Ela se manifestou de forma brutal na adesão ao NAFTA e, crucialmente, na reforma do Artigo 27 da Constituição Mexicana. Essa reforma não foi apenas uma mudança legal; foi um ataque direto ao coração dos territórios existenciais indígenas, ao abolir a proteção das terras coletivas, os *ejidos*, abrindo-as para a privatização e a venda. O objetivo molar era claro: desterritorializar o corpo-indígena de sua terra-comunidade para reterritorializá-lo como força de trabalho barata ou consumidor precário, funcionalizando sua existência na grande engrenagem capitalística.

Em resposta, o EZLN não se constituiu como um exército estratificado e vertical, como o é do Estado. Ele se teceu como uma linha molecular de resistência. Sua articulação não era a de uma pirâmide de comando, mas a de uma rede rizomática de comunidades autônomas, os futuros *Caracoles* e as *Juntas de Buen Gobierno*, onde o poder é exercido de forma rotativa e sempre submetido à comunidade, cujo ditame é

¹⁰⁷ A partir de um diálogo direto com a teoria foucaultiana, Deleuze e Guattari também indicarão um avanço nas técnicas de controle na sociedade, não mais disciplinar ou institucionalizados somente, como no caso das escolas e prisões, mas também no corpo cultural, moral e inconsciente dos sujeitos, onde permanecem microfascismos não captáveis facilmente, mas reprodutíveis a níveis catastróficos. DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

"mandar obedecendo". Foi nessa trama micropolítica que novos fluxos de desejo puderam circular, corroendo a lógica molar por dentro.

Dessa tensão, uma linha de fuga irrompeu. Não uma fuga para fora do território, mas uma fuga para dentro, criando um plano de consistência. Novos corpos emergiram nesse processo, novos devires coletivos: devires-indígenas que se recusavam à subordinação normativa de suas crenças, devires-camponeses que reinventavam a agroecologia, e, fundamentalmente, devires-mulheres, com a proclamação da "Lei Revolucionária das Mulheres" que subvertia o patriarcado dentro do próprio movimento. Assim, articulou-se uma nova subjetividade coletiva, não para formar um indivíduo-zapatista idêntico a si mesmo e aos outros, mas para liberar a potência das singularidades zapatistas em combate.

Como já dito, a subjetividade não é uma essência, e nem deve ser considerada aqui relativa ao indivíduo/sujeito propriamente dito. Tratada aqui como modos do viver, articulando desejo e poder. Não se formou um indivíduo zapatista, ou uma identidade propriamente essencial que os defina enquanto tal, pelo contrário, produziu-se singularidades zapatistas, que em suas dobras floresceram novas práticas políticas.

Dito isso, faça-se saber que a escolha epistemológica da narrativa histórica se revela uma decisão política. Imaginemos, por um momento, a experiência zapatista narrada e submetida à lógica individual da narrativa histórica, na busca pelos sujeitos identitários e coesos. Talvez um primeiro passo para entender seu movimento fosse em direção à análise da figura do Subcomandante Marcos¹⁰⁸.

Na tentativa de explorar sua representação, tal narrativa poderia tender para a redução dos múltiplos processos convergentes em uma figura onde todos se reconheceriam. Ser-zapatista sob o rosto do Subcomandante Marcos. Pela singularidade, essa lógica se inverte. Sua existência não presume a unidade, mas a transversalidade de desejos contingentes. Sua balaclava não é uma máscara que oculta, é um contra-rosto que produz. Uma figura sem boca, que não se deixa silenciar. Expressão última de uma fome singular, a mesma fome que devorou Jango, que agora se manifesta, mas de outra forma:

¹⁰⁸ Subcomandante Insurgente Marcos foi, por duas décadas, o principal porta-voz e articulador midiático do EZLN. Supostamente identificado como o professor universitário Rafael Guillén Vicente, sua persona pública foi um dispositivo político deliberado. A balaclava e o cachimbo não serviam para ocultar uma identidade, mas para anular o rosto individual e transformá-lo numa superfície coletiva onde qualquer um poderia se projetar, daí o lema "Somos todos Marcos".

não como deglutição, mas como erupção. É a fome da própria *chair* coletiva, uma fome por existência que, por não ter uma boca para ser alimentada, aprende a gritar por todos os poros da terra. O rosto encoberto é a prova de que a revolução mais profunda é anônima, um urro que emerge do coletivo antes de ser capturado e nomeado pelo indivíduo

Segundo o cientista social Simon Tormey:

O que o experimento zapatista “representa” é, no entanto, um tipo de política que é resolutamente “imanente” no sentido usado por Deleuze. Eles estão tentando fazer da autonomia uma experiência vivida, em oposição a uma ideia transcendente, virtual ou cosmética de auto-empoderamento ou de empoderamento coletivo. Não há mitos fundadores, normas, valores e interesses existentes que precisam ser invocados para fazer a comunidade “funcionar”. Para invocar Wittgenstein, outro filósofo da “imanência”, “nada está escondido”, tudo está “aberto à vista”. Aqui está uma política que, ao rejeitar a representação, busca colocar o singular em oposição a grupos “especiais” no centro da vida comunitária e coletiva.¹⁰⁹ (tradução nossa)

O mais surpreendente disso não é o fato de que a cartografia deleuzo-guattariana não é somente hermenêutica, mas encontra-se nas práticas de resistência contemporâneas, nas insurgências da classe, do gênero, da sexualidade e também do cognitivismo. A experiência zapatista ainda hoje é um caso vivo que repercute em diversas teorias, sendo uma prática ético-política de proporções gigantescas, principalmente para o estudo e entendimento da subjetividade segundo Deleuze e Guattari.

Sendo um historiador, continuo a defender que tais propostas esquizoanalíticas muito tem a nos dizer, não somente enquanto uma metodologia possível, ou mero arcabouço teórico a ser polvilhado em projetos de pesquisa. A emergência da subjetividade enquanto questão prima para o entendimento do social pode ser uma das várias linhas de frente no combate dos dispositivos capitalísticos, inclusive dentro de nossa própria instituição acadêmica, que vez ou outra, mais do que gostaria de admitir, tem dificuldades em lutar contra os microfascismos coetâneos.

O singular-histórico, portanto, não é apenas um conceito, mas uma prática que relaciona os usos do passado a uma disposição ética para com a vida. Essa prática não é

¹⁰⁹ TORMEY, Simon. ‘Not in my name’: Deleuze, Zapatismo and the critique of representation. *Parliamentary Affairs*, v. 59, n. 1, 2006. Pg. 16.

mera abstração, e nem repousa nas extratósferas teóricas. Um exemplo contundente é a comunicação direta do EZLN com outros setores da sociedade, como a carta enviada ao Conselho Estudantil Universitário em 1994 (Figura 2). Ao se dirigir aos estudantes, o movimento não busca apenas apoio tático, ele tece uma nova linha de aliança, um agenciamento molecular que atravessa diferentes territórios sociais, para além do próprio território zapatista. Ele não diz "seja como nós", mas "lutemos juntos a partir de nossas singularidades". É a cartografia deleuzo-guattariana em ato. Uma narrativa histórica possível que, ao rejeitar a representação, produz novas subjetividades coletivas, não para tomar o poder, mas para criar outros mundos possíveis, aqui e agora.

Figura 2 - Carta do movimento zapatista aos estudantes do México em 1994

[AL CEU, 12 de febrero]

Al Consejo Estudiantil Universitario 6 de febrero de 1994
Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F.

Compañeros y compañeras:

Recibimos su carta del 29 de enero de 1994, a cuyo calce aparece la firma de "Argel Gómez C." Agradecemos su pensamiento que nos dirigen.

Nosotros somos mayoritariamente indígenas, mayoritariamente analfabetas y mayoritariamente discriminados. No tuvimos oportunidad alguna de terminar siquiera la primaria. Hubiéramos querido no sólo terminar la primaria y la secundaria sino llegar hasta la universidad.

Con gusto recibimos el saludo y apoyo de ustedes, hombres y mujeres, que luchan en otras tierras y por caminos diversos para lograr las mismas libertades, democracia y justicia que ansiamos todos. Sabemos que en tiempos distintos la valiente voz de los estudiantes mexicanos ha puesto a temblar al mal gobierno y en verdad que, si unieran su voz a la nuestra y a la de los desposeídos todos, nada quedaría en pie de esa gigantesca mentira que nos hacen tragar todos los días, las noches todas, en muerte y en vida, siempre. Por eso nosotros queremos dirigirnos a ustedes, hombres y mujeres estudiantes de México, para pedirles algo respetuosamente:

Si fuera posible que ustedes se organizaran y, cuando las cosas se hayan calmado un poco, vinieran a nuestras montañas a visitarnos y a platicar con nosotros y a ayudarnos con lo que ustedes saben de la técnica y las letras y todo eso que viene en los libros que a nosotros no vienen. No queremos que vengan a "grillarnos" o a "jalarnos" a una u otra corriente política. Creo que en eso más bien ustedes aprenderían de nosotros lo que es, en verdad, una organización democrática y participativa. Pero ustedes pueden ayudarnos a cortar café, a preparar la milpa, a los trabajos comunitarios de nuestros pueblos. Ustedes pueden ayudarnos a aprender a leer y escribir, a mejorar nuestra salud y alimentación, a usar técnicas para sacarle más frutos a la tierra. Pueden venir y enseñarnos y aprender, pueden venir aunque sea unos pocos días para que conozcan esta parte de México que ya existía antes del primero de enero y sin embargo...

Si es que aceptan esta invitación entonces se necesita que manden unos delegados para que, a través del intermediario, nos pongamos de acuerdo en los detalles porque se necesita organizar bien todo para que no entren espías del mal gobierno. Si es que no pueden, hermanos estudiantes, pues no importa, pero sigan luchando ahí en sus tierras para que haya justicia para los mexicanos.

FONTE: EZLN. *Documentos y comunicados*. "Al Consejo Estudiantil Universitario". Tomo 1. México: ERA, 1994. Pg. 129.¹¹⁰

¹¹⁰ Lê-se do espanhol:

"6 de fevereiro de 1994

Ao Conselho Estudantil Universitário,

Universidade Nacional Autónoma do México, Cidade do México.

Camaradas:

Recebemos sua carta de 29 de janeiro de 1994, no final da qual consta o seguinte: assinatura de "Argel Gómez C." Agradecemos seus pensamentos.

Somos, em sua maioria, indígenas, analfabetos e, em sua maioria, discriminados. Não tínhamos nem chance de terminar o ensino fundamental. Gostaríamos de não apenas terminar o ensino fundamental e médio, mas também ir para a universidade.

Temos o prazer de receber as saudações e o apoio de vocês, homens e mulheres, que lutam em outras terras e por diversos caminhos para alcançar as mesmas liberdades, democracia e justiça que todos almejamos. Sabemos que em diferentes épocas a voz valente dos estudantes mexicanos abalou o mau governo e, verdadeiramente, se unissem suas vozes às nossas e às de todos os despossuídos, nada ficaria de pé dessa gigantesca mentira que nos obrigam a engolir todos os dias, todas as noites, na morte e na vida, sempre. É por isso que queremos nos dirigir a vocês, estudantes e estudantes do México, para respeitosamente lhes pedir uma coisa:

Se fosse possível que vocês se organizassem e, quando as coisas se acalmassem um pouco, viessem às nossas montanhas para nos visitar e conversar conosco e nos ajudar com o que vocês sabem sobre técnica e literatura e todas essas coisas que vêm nos livros que não chegam até nós. Não queremos que eles venham nos “enclausurar” ou nos “afiliar” a uma ou outra corrente política. Acredito que vocês prefeririam aprender conosco o que realmente é uma organização democrática e participativa. Mas você pode nos ajudar a colher café, preparar a malpa e realizar trabalho comunitário em nossas aldeias. Você pode nos ajudar a aprender a ler e escrever, melhorar nossa saúde e nutrição e usar técnicas para aproveitar melhor a terra. Você pode vir nos ensinar e aprender, pode vir até mesmo por alguns dias para conhecer essa parte do México que já existia antes de 1º de janeiro e ainda assim...

Se você aceitar esse convite, então precisa enviar alguns delegados para que, por meio de um intermediário, possamos acertar os detalhes, porque tudo precisa estar bem-organizado para que espiões do mau governo não entrem. Se não puderem, colegas estudantes, então não importa, mas continuem lutando em suas terras para que haja justiça para os mexicanos.” (Tradução nossa). EZLN. *Documentos y comunicados*. “Al Consejo Estudiantil Universitario”. Tomo 1. México: ERA, 1994. Pg. 129

PLATÔ 7

Inflexões éticas dos processos da diagnose subjetiva

Paulo tinha fama de mentiroso.

*Um dia chegou em casa dizendo que vira no campo dois dragões da independência
cuspindo fogo e lendo fotonovelas.*

*A mãe botou-o de castigo, mas na semana seguinte ele veio contando que caíra no pátio
da escola um pedaço de lua, todo cheio de buraquinhos, feito queijo, e ele provou e
tinha gosto de queijo.*

*Desta vez Paulo não só ficou sem sobremesa como foi proibido de jogar futebol durante
quinze dias.*

*Quando o menino voltou falando que todas as borboletas da Terra passaram pela
chácara de Siá Elpídia e queriam formar um tapete voador para transportá-lo ao
sétimo céu, a mãe decidiu levá-lo ao médico.*

Após o exame, o Dr. Epaminondas abanou a cabeça:

- Não há nada a fazer, Dona Coló. Este menino é mesmo um caso de poesia.¹¹¹

(Carlos Drummond de Andrade)

¹¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. A incapacidade de ser verdadeiro. In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.

No Brasil a política dos Comitês de Ética se institucionalizou muito bem nos últimos anos. Se tal política encontrara solidez nos campos biológicos há tempos, nas humanidades se mostrou uma questão quase recente, pelo menos em vias de sua efetivação à nível nacional. Ela se preocupou, e com toda razão, em denotar as especificidades que essa área do conhecimento exige, sendo distinta por exemplo dos experimentos humanos na área da saúde.

A ética, nessa medida, estaria preocupada, felizmente, com a preservação informacional, física, psíquica e social de seus participantes em diagnóstico. Todavia, sua chegada também trouxe controversas gritantes. Sua consolidação carregou uma herança problemática, acusada por alguns autores como reducionista e quantitativa, na qual o sentido bioético das ciências da saúde prevaleceu sobre as formulações e dilemas éticos do próprio pensamento nas humanidades em geral.¹¹²

Haveria um conceito de ética comum a todos os campos do conhecimento humano? A História da Filosofia já apresentou sua negativa à essa questão, e ressalta-se aqui sua multiplicidade. Todavia, imaginemos que sim, que possa haver uma ética universal. Como torná-la régua avaliativa sem subtrair as singularidades epistemológicas dos múltiplos campos que a compõe? Pode-se avaliar a ética em uma pesquisa de um antropólogo como se avaliaria na de um historiador? Ainda que se considere subcomitês de éticas para cada disciplina, quais as considerações de uma comissão presidida por Carlo Ginzburg para a análise de um projeto de Hayden White?

Claro, tais comissões têm métodos rígidos que buscam a toda forma restringir suas análises a questões menos pessoais, todavia, os historiadores sabem bem que mesmo o método mais sistemático não torna abjeto a parcialidade de seus feitores. Mas como regularíamos os empasses éticos sem as comissões? Ronie Silveira e Simone Hüning nos dão um caminho possível:

Mas, então, como fica a ética em pesquisa sem um comitê? A ética fica entregue a quem sempre decidiu sobre ela: às próprias comunidades científicas que fazem as pesquisas, às pessoas que são participantes nas investigações, a

¹¹² As comissões de ética nas áreas das ciências humanas já contam em suas bancadas com participantes de sua própria área, não podendo ser diferente. Todavia, a luta pela mudança de seus regimentos avaliativos ainda está em pauta, fazendo com que parte dos pesquisadores em ciências humanas evitem submeter seus trabalhos, parte por considerarem que uma avaliação ao nível quantitativo não diria respeito a abordagens qualitativas. Não me foi raro conhecer colegas que desistiram do processo da avaliação do referido comitê por serem obrigados a alterar resoluções metodológicas e hermenêuticas de suas proposições, ou pior, serem obrigados a formular um novo projeto de pesquisa, a fim de ser aceito dentro dos moldes da “ética requerida. GUÉRIOS, Ettiène. A Plataforma Brasil e os Comitês de Ética em Pesquisa na área de Humanidades. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 9, n. 22, 2021, pp. 565-581

quem estiver envolvido com ela e a quem se sentir responsável. Essas pessoas sabem, melhor do que ninguém, o que é ético em cada ocasião específica e em função de que objetivos os procedimentos são legítimos ou não, ainda que seus posicionamentos não sejam unânimes, posto que não há uma ética universal. Isso significa maior envolvimento e comprometimento com a ética, não apenas com relação a nossa produção individual, mas com a comunidade científica à qual pertencemos.¹¹³

As disposições de proteção contra danos possíveis aos participantes das pesquisas são imprescindíveis, visto que as experimentações científicas, com ênfase na primeira metade do século XX, revelaram um grande potencial destrutivo àqueles que estiveram objetificados nos processos mencionados. O que se coloca em jogo não é a necessidade ou não dessa proteção, mas sim, que o problema ético das pesquisas dentro e fora das ciências humanas é anterior ao próprio formular de um projeto ou de sua efetivação experimental. Destaco dois pontos para afirmar isso:

- 1) A função das Comissões de Ética, segundo Silveira e Hüning, é proteger o pesquisador, ainda mais que o próprio participante:

A retórica da ética na pesquisa pode produzir o efeito de autorizar e legitimar perante a sociedade pesquisas ou experiências controversas, amenizando ou acalmando posicionamentos contrários. Por sua vez, instrumentos como o consentimento informado funcionam muitas vezes não como uma garantia de esclarecimentos por parte dos participantes da pesquisa, mas como ferramentas de proteção para o pesquisador.¹¹⁴

Isso, pois, tendo seu projeto respaldado pelo comitê, o pesquisador se isenta de qualquer adversidade que o pudesse inferir. Deve-se seguir, junto à sua análise, declarações dos participantes que consentem com os riscos envolvidos. Mas de fato, mesmo aderindo às questões legais, explicitando os possíveis perigos que a pesquisa decorrente pode acarretar aos sujeitos em estudo, esses não podem contemplar com totalidade as intenções e nem as narrativas que se darão a partir deles na pesquisa.

Isso não se dá por superioridade do pesquisador ao pesquisado, mas sim, pelo fato de que há um discurso envolvido, um discurso científico do qual aquele que partilha os meandres acadêmicos do poder parte, tornando o sujeito em análise parcialmente consentido das reais proporções aferidas no projeto como um todo. Há uma ética anterior, que não se refere necessariamente aos sujeitos envolvidos, mas à partilha discursiva aceita anteriormente pelos pares acadêmicos.

¹¹³ SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da; HÜNING, Simone Maria. A tutela moral dos comitês de ética. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, p. 388-395, 2010. Pg. 393.

¹¹⁴ *Idem*, 2010. Pg. 393.

- 2) Consequentemente, é preciso retomarmos à Resolução Nº 510, DE 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), onde se determinou os fazeres dos Comitês de Ética em ciências humanas. Destaca-se o artigo 25 da referida resolução:

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§1o. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2o. **A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes.**¹¹⁵ (Grifo nosso)

Como destacado acima, há uma relação estabelecida entre método e ética, pontos esses que dão mote às análises do Comitê referido. Todavia, é negligenciado características fundamentais que são componentes das pesquisas nas humanidades, dentre elas destaca-se a teoria e a epistemologia. A retórica do método nas Ciências é uma das grandes heranças médico-biológicas à nossa área do saber, visto que, segundo a própria resolução que sustenta a entidade regulatória máxima da ética em pesquisa no campo, os dilemas éticos podem ser cerceados tão somente a partir das questões metódicas.

Muito mais que a preservação da subjetividade dos participantes, o que se coloca em jogo nessa proposta de regulação é a forma sublunar com que a relação entre a subjetividade do pesquisador e suas *virtudes epistêmicas*¹¹⁶

¹¹⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. *Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

¹¹⁶ A partir das reflexões do historiador Herman Paul, o conceito de *Virtude Epistêmica* se refere à necessidade de se questionar os processos de pesquisa tanto quanto seus próprios produtos, considerando que em meio àqueles decorrem conflitos morais e até mesmo alinhamentos epistemológicos que configuram uma performance normalista do pesquisador, que são reconhecidos por seus pares, ao passo que constitui o mesmo como uma *persona acadêmica*, que busca a aceitação e credibilidade segundo um discurso comum. PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History & Theory*, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011. Ainda sobre o conceito de *persona acadêmica*, vale reforçar uma definição mais atenta, cito Pedro Telles em um de seus artigos dedicados à historiografia de Herman Paul: “As diferentes combinações de habilidades e virtudes epistêmicas compõem modelos ou arquétipos de trabalho dos historiadores, recebendo o nome de *personas acadêmicas*. O conceito foi primeiramente elaborado pelo grupo liderado pela historiadora da ciência Lorraine Daston para abordar a construção de si dos sujeitos pesquisadores nas ciências, introduzindo uma dimensão relacionada à intersubjetividade

aparecem frente aos dilemas éticos envolvidos nas pesquisas em si. Em outras palavras, não considera a relação ética no processo da pesquisa, mas das consequências de seus fins, respaldados pela institucionalização e normalização pragmática de seu comitê.

Para tanto, afirma-se aqui que o dilema ético prescrito pela institucionalização dos comitês nas humanidades não se resume à uma política disciplinar que separam formas de pesquisar “certas” e “erradas”, pelo contrário, o que se estabelece é um dispositivo que perpetua o discurso ético de um tipo de subjetividade interessada, em vias de abstrair das disciplinas humanas sua capacidade de discernir e tornar plural os debates éticos precedentes dentro dos próprios campos do saber. Aos historiadores que constroem narrativas e discursos sobre sujeitos ímpares, só resta para ser aceito em meio a seus pares uma boa metodologia paliativa, ainda que careça de assumir uma postura ética frente às demandas subjetivas de sua própria formação epistemológica.

A partir dessa reflexão inicial, o seguinte platô explora a relação ético-epistemológica de algumas vertentes diagnósticas nas ciências humanas, a fim de entender que outras éticas possíveis podem também ser palco para se pensar outras subjetividades pesquisadoras, para além da quista e valorizada pelos Comitês de Ética em Ciências Humanas no Brasil. Começemos pela própria historiografia.

Hoje se fala muito em um *giro ético*¹¹⁷, ou *giro-ético-político*, remetendo à essa relevância dos sentidos éticos apresentados pela diagnóstica da história e dos historiadores, seja atrelado responsabilidade desses para com as narrativas do passado, para com seus usos, ou para com seus agenciamentos em meio ao presente. Considera-se aqui que a ética e a política sempre impregnaram, para não dizer que foram indiscerníveis, às demandas sociais, aos discursos e aos processos diagnósticos não só nas humanidades, mas nas ciências como um todo.

Para os historiadores, a questão ética se apresenta em distintas conceituações, que remontam à suas próprias teorias e epistemologias. Por exemplo, para Jörn Rüsen, a ética do historiador, entre outras coisas, está ligada às suas responsabilidades, dividindo-as em três níveis: 1) Responsabilidade para com a orientação temporal do presente; 2)

que compõe importante faceta da realização das ciências”. SILVEIRA, Pedro Telles da. História, ação e ética – Comentário a respeito de Herman Paul. História e Cultura, Franca, v.6, n.3, 2017. Pg. 116.

¹¹⁷ DE MELLO RANGEL, Marcelo. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de lança*, v. 13, p. 27-46, 2019.

Representações do passado e suas mudanças; 3) Buscar a justiça para com as heranças e faltas do passado.¹¹⁸ Outro entendimento possível é apresentado por André Fabiano Voigt, em sua leitura de Jacques Rancière. Para o autor, o entendimento do giro ético tem a ver principalmente com o político, uma questão de conceituação da democracia inicialmente, envolvendo questões também como a retórica, a dialética e a moralidade¹¹⁹. Resta, talvez, questionar, em que medida alguns conceitos de ética entre os historiadores não são, de fato, postulados distorcidos e confundidos com conceitos morais.

¹¹⁸ RÜSEN, Jörn. Responsibility and Irresponsibility in Historical Studies. In: *The Ethics of History*, edited by CARR, David; FLYNN, Thomas; MAKKEEL, Rudolf. Northwestern University Press, Evanston: Illinois, 2004. Pg. 197.

¹¹⁹ VOIGT, André Fabiano. Há um "giro ético-político" na história? *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia* (ISSN 2179-6386), v. 6, n. 1, p. 109-120, 2015.

7-I

A beata, o médico e o enfermo:

A potência ética do diagnóstico foucaultiano

Lembro-me do primeiro contato sincero que tive com a obra de Foucault. Foi no final de 2019, durante minha graduação, no prólogo de minhas jornadas na pandemia de COVID-19. Já havia tido contato com sua obra, sempre de forma polvilhada em minha formação, um *As palavras e as coisas*¹²⁰ aqui, um *Vigiar e Punir*¹²¹ acolá, e quando muito, uma *Arqueologia do saber*¹²² atravessada de outras mil temáticas. Mas não podia afirmar que entendia de fato a profundidade de suas obras, ou do próprio autor.

O nome de Michel Foucault assustava alunos e professores, pela perversão preconceituosa de alguns quanto suas ideias mal compreendidas, ou pela extensão e complexidade exigida, não muito convencional à nossa formação base historiadora¹²³. Tudo que eu sabia de Foucault até o final de 2019 eram informações soltas, teorias penduradas nos cabides de meu arcabouço, entre tantas outras que lá já residiam. Acredito que só começamos a entender algo quando somos afetados, ou pelo menos querer entender. Não que se trate de um mero processo de esclarecimento pleno do que o autor pretende dizer, mas fundamentalmente que algo mudou. No final de 2019 fui afetado.

Assumo com muito orgulho que não teria chegado à Deleuze e Guattari sem o intermédio de Foucault, não propriamente pelo menos. Não pretendo me alongar na minha própria história do pensamento, mas farei jus às contribuições desse pensador de uma forma prática, trazendo minha experiência a fim de entender sua relevância, para além de seus textos.

Para nós historiadores, especificamente os influenciados pelas obras foucaultianas, a última fase¹²⁴ de seu pensamento talvez seja a mais complicada de ser trazida à nossa prática profissional. Sabemos que a referida fase não chegou a ser concluída, visto o deterioramento da saúde do autor e sua morte. Para muitos, essa fase é a mais difícil, por exigir uma sensibilidade mais filosófica e subjetiva que histórica, ainda que a quantia de fontes e métodos empregados são propriamente parte da rotina dos historiadores. Em

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹²¹ _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

¹²² _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

¹²³ Hoje vejo que é uma visão equivocada, uma vez que já é bem mais aceito e usado em salas de aula como componente base para muitos planos de ensino. Todavia, partindo do que eu experienciei em minha formação, muito preconceito e rejeição ainda era uma realidade explícita, dentro e fora das salas de aula.

¹²⁴ Em *Foucault (1986)*, livro-homenagem de Gilles Deleuze ao falecido amigo, é suscitada uma tripartição da história do pensamento foucaultiano: Arqueológica, Genealógica e Ética. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

minha opinião, além de ser a mais emblemática, visto os próprios processos que o filósofo estava passando durante sua escrita, essa fase é a mais rica quando pensamos na questão da subjetividade, da diagnose e da ética.

Em uma produção anterior a essa fase, em *As palavras e as coisas*¹²⁵ de 1966, Foucault abre seu livro com a pintura de *Las meninas* (1656) de Velásquez. Uma forma nada ortodoxa para o início de um livro denso e complexo como esse. Tal introdução imagética traz consigo uma decisão certa do autor, em primeiro lugar por ter a sensibilidade necessária para desvelar suas questões a partir da pintura, e em segundo lugar, pelo bom gosto. Qualidade talvez não muito importante para fins científicos, mas tão proveitosa quanto para aquele que vos escreve aqui. Nada melhor que seguir o mesmo movimento para adentrarmos aos debates foucaultianos a seguir. Escolho, entretanto, a pintura *Ciência e Caridade* de Pablo Picasso, torcendo para que os leitores também apreciem de suas qualidades, assim como eu as faço.

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Figura 3: *Quadro Ciência e Caridade de Pablo Picasso*



Fonte: PICASSO, Pablo. *Ciência e caridade*. Óleo sobre tela, 197x249 cm. Museu Picasso, Barcelona. 1897.

Há um momento na vida de Picasso em que a imagem da dor não era ainda cubista, não fragmentada, não estranhada. Pintado aos quinze anos de idade do autor, *Ciência e Caridade* se inscreve nesse instante. O quadro não grita, mas tudo nele pulsa certa tensão mórbida. À direita, a beata, a caridade. À esquerda, o médico, a ciência. Entre eles, o corpo doente, o enfermo. Um corpo que não fala, mas que justifica a cena. Não há equilíbrio aqui, mas uma hierarquia de funções. Enquanto o médico sustenta o olhar do método e a beata encarna o gesto do afeto, o enfermo está à mercê, não como sujeito, mas como condição da cena. A justificativa da ciência e da caridade é a patologia em leito.

Essa imagem, longe de ser só uma alegoria, nos entrega uma chave para pensar as operações que sustentam muitos dos discursos modernos: o saber, o cuidado e o corpo como campo de inscrição ética. A medicina, ali representada pela mão firme do médico, marca o território da expertise, do discurso autorizado, daquilo que se pode provar. Já a beata, com sua presença quase ausente de técnica, representa o campo do sentir, da devoção, do cuidado sem método sistemático. E entre essas duas figuras, há o corpo que se torna objeto de análise, ou melhor, que só se torna visível porque está em condição de falência, em rumos de desaparecer. O corpo doente é aquilo que mobiliza tanto a ciência quanto a caridade, mas não fala por si. Ele é narrado. É diagnosticado. É atendido. Mas não se escreve, se inscreve.

Na história, e mais ainda na escrita da história, algo semelhante ocorre com os sujeitos que se tornam objeto de análise. São os corpos derrotados, as experiências marginalizadas, os discursos de passados interrompidos que geralmente acionam o olhar do historiador. Como o médico, ele busca compreender as relações possíveis, estabelecer vínculos, propor diagnósticos temporais, e por fim historicizar. Como a beata, por vezes, se compadece, deseja dar palco, reconhecer o sofrimento, e num ato complacente, tenta, sem ousar admitir, sanar suas dores. E como o enfermo, muitas vezes o passado prostrase nos vestígios do que foi um dia, em silêncio, ainda presente. Uma tríade, um quadro.

A figura do médico nos lembra que todo ato de narrar, seja uma doença, um fato, um processo, implica uma posição de poder, um discurso. Diagnosticar é traçar fronteiras, definir normalidades, prescrever condutas, quantificar dores. Não obstante, a figura da beata nos alerta que o gesto, por vezes altruísta, também pode ser disciplinador, quando o cuidado se transforma em tutela, e o reconhecimento em administração restritiva da diferença de ser e sentir. E por fim, a figura do enfermo, corpo aparentemente calado, que

nos grita o movimento pleno de sua performance para com as outras. Discurso interdito, que muito tem a dizer.

E aqui, o pensamento de Michel Foucault se impõe, não como uma resposta pronta, mas como uma provocação. Quando Foucault propõe que olhemos para os discursos, os dispositivos e as práticas de subjetivação, ele está nos pedindo para desmontar a cena. Para não ver apenas a doença, o cuidado e a ciência, mas os regimes que tornam essas figuras possíveis, legítimas, eficazes, reconhecíveis. A técnica fria do médico, o gesto caloroso da beata, a condição febril do enfermo. Tudo isso está atravessado por estruturas de poder, por técnicas de saber e por éticas de governo que precisam ser interrogadas. É a partir dessas provocações que a reflexão seguirá: é possível diagnosticar sem dominar o diagnosticado?

A pergunta é, em si, uma armadilha. A própria palavra “diagnóstico” pertence ao léxico do poder-saber que Foucault tão bem dissecou em várias de suas obras. Trata-se do vocabulário do médico, do juiz, daquele que classifica para governar. Deveríamos, então, abandoná-la? Talvez a tarefa mais foucaultiana não seja a recusa do termo, mas sua subversão desde dentro. Trata-se de disputar seu sentido: arrancar o diagnóstico da função de sentenciar uma patologia e transformá-lo em um gesto de mapear um campo de forças, de traçar as linhas de fuga que coexistem com as linhas de poder. Um diagnóstico que não busca a doença, mas a pulsação da vida que resiste a ser enquadrada como doente.

É a partir dessa questão-armadilha que emerge a exigência de repensar os dispositivos de diagnóstico e os usos do passado a partir da questão ética daquele que os produzem. Não mais como recursos para legitimar identidades fixas ou autorizar intervenções normativas nos pacientes, mas como ferramentas ético-políticas capazes de abrir o campo das experiências a novos modos de subjetivação.

Inspirados em Foucault, é possível vislumbrar práticas que não se limitam à crítica da normalização, mas que se movem também na direção de criar, de fazer nascer espaços de cuidado, de escuta, de invenção de si. Essa dimensão, também metodológica, é transversal ao plano político-epistemológico no qual é concebida, sendo também uma técnica de subjetivação combatente aos imperativos da produção de saberes no próprio campo. Pode-se tomar como exemplo prático dessa ferramenta criativa a proposta genealógica do autor:

Foucault destaca, ainda, uma dimensão política da genealogia, relacionada à sua mobilização como método. Se, em termos sincrônicos, ela é “meticulosa e pacientemente documentária”, implicando o levantamento de uma série de fontes e registros; diacronicamente, a recuperação histórica das lutas de forças constituiu-se, sobretudo nos anos 1950 e 1960, numa estratégia para enfrentamento de hegemonias epistêmicas e institucionais dos campos médico, judiciário e acadêmico no contexto francês.¹²⁶

A genealogia¹²⁷, nesse contexto, não é apenas um método de análise: é uma ética em escavação, ética-escavante. Desenterrar os discursos que sustentam o diagnóstico é reconhecer sua historicidade, sua contingência, sua origem situada nas tramas do poder, assim como conceber uma crítica à regulação epistemológica dos saberes da qual partilha entre seus pares.

Ao mobilizar a genealogia do saber e do sujeito, não se busca aqui apenas mostrar que o diagnóstico tem uma história, busca-se expor como ele se tornou um discurso da verdade, como se inscreveu nos corpos, como organizou os modos de sentir e dizer sobre o próprio sofrimento. Analisar arquivos médicos, laudos periciais, fichas criminais, prontuários clínicos e, ao mesmo tempo, escutar as narrativas pessoais e fragmentadas daqueles que viveram sob esses discursos, é permitir o encontro entre o arquivo e a carne, entre a norma e o desvio, entre o dispositivo e a resistência, entre a identidade e a diferença¹²⁸.

Foucault, nos seus últimos escritos, nos oferece a ideia do *cuidado de si*, não como um retorno ao indivíduo autônomo ou axiomático, mas como uma prática ética de relação consigo e com o mundo, privilegiando o caminho dessa mudança, e não um produto acabado. Promover espaços em que sujeitos possam se narrar fora das categorias diagnósticas dominantes é, hoje, uma urgência para os estudos das subjetividades. É a partir disso que a escrita da história deixa de responder aos ditames metódicos que fundam as narrativas do realismo histórico, e se torna uma ferramenta de afetação, uma maneira de tocar o outro e de ser tocado, ainda que por si mesmo.

Essas narrativas, no entanto, só existem se forem sustentadas por dispositivos que se abram à multiplicidade. O diagnóstico tradicional opera no binário: saudável ou doente,

¹²⁶ Recomenda-se aqui, para os interessados na relação entre as práticas genealógicas foucaultiana e o estudo de caso dos Comitês de Ética no Brasil, o seguinte texto: CASTRO, Rosana. Ensaio clínico, movimentos sociais e bioativismo: notas para uma (outra) genealogia do sistema brasileiro de ética em pesquisa. *Saúde e sociedade*, v. 31, p. e220055pt, 2022. Pg.3.

¹²⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 11ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2024

¹²⁸ Vale lembrar que essa perspectiva dualista é recusada por Foucault, uma vez que sua abordagem considera um construtivismo analítico. Tudo é corpo, e o corpo é um encontro.

normal ou anômalo, verdadeiro ou falso. A ética exige outra gramática. Outro pontualismo¹²⁹. Não se trata de negar a dor ou a realidade da doença¹³⁰, mas de recusar sua prisão em categorias fixas e exclusivas.

O diagrama¹³¹ de redes e agenciamentos históricos permite ver o passado não como uma linha de causas e efeitos, mas como um campo de forças, de disputas, de reapropriações. Pensemos hipoteticamente na construção da narrativa histórica encenada num hospital psiquiátrico. O historiador-médico-indiciário coleciona os laudos, busca elementos circundantes extra-hospitalares que corroborem com sua narrativa, traça a curva da patologização da loucura segundo os padrões da época¹³². É um trabalho árduo e necessário. Historicizar sempre o é. Mas o historiador-infante faz algo a mais: ele posiciona, ao lado do laudo que atesta a histeria de uma interna, o poema que ela rabiscou na margem de um livro, falando de saudade de sua casa. Ele não faz isso para desmentir o diagnóstico, mas para expor a coexistência de dois regimes de verdade: o da ciência que classifica e o da vida que pulsa em desvio. A poesia não anula o laudo, mas o contamina, mostrando que naquele corpo diagnosticado como doente havia também um sujeito de desejo e linguagem.

É nesse encontro improvável, nesse tensionamento, que a escrita da história deixa de ser um tribunal para se tornar um campo de encontro, e não de julgamento ou redenção. Uma ética do reencontro se faz possível, em diferença do que se diz sobre o que chega até nós desse passado, e de como se narra. E talvez seja esse, afinal, um dos possíveis diagnósticos éticos para os historiadores: aquele que abre o tempo para o devir, não buscando reconciliar o passado com o presente, mas ampliando as possibilidades de exploração dos desejos e formas do viver imanentes pela própria narração histórica¹³³.

¹²⁹ Até mesmo a pontuação da narrativa é afetada pelas dinâmicas epistemológicas na qual a pesquisa se insere. Não se observa muito o uso das exclamações, reticências e travessões na escrita científica.

¹³⁰ Ver platô 6 desse trabalho.

¹³¹ O conceito de diagrama é explorado por Gilles Deleuze, em diálogo com as propostas foucaultianas, como uma configuração de tensões múltiplas e relacionais. Domenico Uhng Hur explica o conceito deleuziano da seguinte maneira: “*É um mapa, uma cartografia, das relações de poder, sempre instável e em variação. Caracteriza-se por uma configuração de esquemas de forças, que são extremamente variáveis e mutantes. Neste mapa as forças podem se compor de distintos modos, configurando-se assim diferentes diagramas.*” HUR, Domenico Uhng. Deleuze e a constituição do diagrama de controle. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, p. 173-179, 2018. Pg. 174.

¹³² Não poderia deixar de citar o audacioso, e diga de passagem presunçoso, empenho de Carlo Ginzburg de revisitar o caso do Homem dos lobos de Freud, a fim de narrá-lo a partir de sua operação indiciária. GINZBURG, Carlo. Freud, o homem dos lobos e os lobisomens. In: *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1990.

¹³³ MININEL, Guilherme. Platô 1: Do rizoma temporal. In: *Nômade ou historiador? Um protótipo de máquina de guerra deleuziana na reflexão sobre a multiplicidade temporal dos processos esquizofrênicos*

Retomemos ao quadro de Picasso. O médico no quadro de Picasso segura o braço do enfermo sem dirigir a esse seu olhar. Ele observa atentamente, entretanto, um relógio que segura em sua outra mão. Pela rítmica do tempo, e pelo seu conhecimento técnico, confere em diagnose a pulsação do coração repousante. A beata, sem tocar no corpo moribundo, fixa o olhar compadecido, podendo não mais do que oferecer às dores do paciente uma bebida para afagar seu sofrimento. Segura em seu outro braço, uma criança, que junto a ela observa atentamente, incapaz de intervir ou ajudar. Um leva consigo o tempo, a outra, uma vida.

O infante em cena, persona sublunar até o momento dessa análise, apesar de não interagir diretamente com o enfermo, estabelece uma relação imprescindível para com os demais. Enquanto o médico e a beata performam, respectivamente, a razão técnica e o discurso do cuidado, a criança simboliza a potência da diferença pura, uma vida que ainda não foi totalmente subscrita pelos regimes de saber e poder que estruturam o olhar sobre o corpo doente. Ela não intervém, não domina, não julga, não diagnostica; ela simplesmente é, testemunha e portadora de uma vitalidade que escapa às vistas das categorias da ciência e da caridade. Reconhece-se, pois, que, entre o saber e o sentir, entre o diagnóstico e a afeto, há uma vida que pulsa, que resiste e que nos desafia a acolher o novo, o diferente, o inesperado.

A pintura não representa nada, ela se coloca como um campo de disputa. Entre nós que a observamos, e suas personas pinceladas que colidem entre si. É nesse intermédio que a ética do cuidar de si se inscreve. Não como resposta definitiva, mas como prática constante de reinvenção, onde a história deixa de ser tribunal e se torna experimentação, tanto para o historiador, como também para o não-historiador, separados meramente por seu próprio título. Porque, ao fim, talvez o que a imagem de Picasso silenciosamente nos atente para isso, não a busca pela verdade, mas pelo possível.

Para o historiador, conceitualmente interpelado na presente narrativa como aquele que se dispõe a diagnosticar historicidades, talvez faça sentido tal reflexão para seu próprio fazer. Potência historiadora, não identitária. Afinal, não lhe falta potencial para ser historiador-médico, historiador-beata, historiador-enfermo, e talvez ainda, historiador-infante, nômade do ainda-não-historicizável.

7 – II

Do reconhecimento à diferença das subjetividades micropolíticas

Outra grande questão concernente às preocupações éticas atuais se encontra respaldada pelas reflexões acerca da Consciência Histórica e do conceito de historicidade. Como já dito anteriormente, junto às grandes ondas do pensamento que desembocaram nos processos acima mencionados estão os debates ético-políticos. Para esmiuçar tal relação, escolho por iniciar essa empreitada pelo “exterior”¹³⁴ de nosso campo histórico, um campo vizinho, e que muito tem a nos dizer, seja pela crítica, ou pelas tensões diagnósticas de nosso plano social no contemporâneo.

É com a Teoria Crítica que muitos de nós, historiadores de formação, dialogam e frequentemente reivindicam suas operações considerando-a como pedra basilar e política. Falar sobre a Teoria Crítica é um trabalho interminável, visto sua multiplicidade e as distintas proporções que se desenvolveram desde seu princípio. Dito isso, é preciso um ponto de partida sólido e contemporâneo, que contribua para nosso caminho de pedras amarelas. Por decisão unânime comigo mesmo, decido eleger o sociólogo alemão Axel Honneth para introduzir os dois eixos a serem trabalhados aqui: *Ética e Diagnose*.

Honneth, um dos mais proeminentes representantes da terceira fase da Teoria Crítica, desenvolveu sua proposta teórico-social do Reconhecimento motivado pela superação de certos déficits identificados nas abordagens críticas anteriores. Sua relevância gerou reações diversas dentro de sua escola de pensamento, principalmente por conta de suas críticas que, em um primeiro momento, o afastaram das pretensões de seus antecessores, reconfigurando alguns pilares teóricos da linha. Uma de suas motivações centrais ao desenvolver tal teoria foi a superação de certos déficits identificados na Teoria Crítica até aquele momento.

Para o autor, a escola crítica apresentava muitas carências em suas teorias sociais pelo fato de utilizarem um arcabouço teórico-conceitual externo à própria realidade social

¹³⁴ Exterior é usado aqui somente de forma ilustrativa, pois os campos dos saberes humanos não apresentam fronteiras sólidas nesse sentido. A História em si não raramente se empenha em pegar emprestado conceitos e teorias doutras áreas, a fim de enriquecer sua própria formação.

estudada, e para tanto, formulou sua própria diagnóstica com fundo *imane*nte¹³⁵, partindo do próprio plano social segundo uma perspectiva *intersubjetiva*¹³⁶.

É notável a gama de autores que influenciaram diretamente Honneth, indo desde Georg Hegel, passando por Sigmund Freud, Michel Foucault. Para além desses, boa parte de suas propostas hermenêuticas também se deram pela leitura crítica da teoria social em Habermas, ainda que se afastando dela consideravelmente. Essas influências são bem notadas pelo seu entendimento e enfrentamento das *patologias sociais*¹³⁷ a partir do estudo da sociedade de direito, do poder e de seus sujeitos.

Tão importante quanto as patologias, é colocado sob os holofotes de suas pretensões diagnósticas a categoria analítica da *autorrealização/autorrelação*. Muito próximo à um entendimento sobre processos de subjetivação, a autorrealização é parte do processo emancipatório humano, notadamente expresso pelas lutas sociais a caminho de seu reconhecimento. O sociólogo se dedicará a esmiuçar esse conceito, definindo suas formas pelo estudo da intersubjetividade dos indivíduos, buscando entender dentro disso, por exemplo, as práticas sociais que envolviam o amor, a família e as reivindicações identitárias, tudo em prol do diagnóstico das patologias impostas pela sistemática capitalista.

A *autorrelação* em Honneth tem relação com sua leitura acerca das formações subjetivas na psicanálise, em especial defendidas por Winnicott¹³⁸. Honneth eleva essa dinâmica primária ao estatuto de uma categoria sociológica. Em sua teoria do reconhecimento, a troca intersubjetiva é precisamente esse processo de espelhamento

¹³⁵ Segundo a filósofa brasileira Nathalie Bressiani: “Vinculando-se à tradição de pensamento da teoria crítica, inaugurada por Horkheimer, Honneth assume que a crítica tem de ser imanente, isto é, depende da identificação de uma tendência estrutural à emancipação na própria sociedade criticada.”. BRESSIANI, Nathalie. Luta por reconhecimento e diagnóstico de patologias sociais: Dois momentos da teoria crítica de Axel Honneth. São Paulo: Saraiva, 2013. Pg. 258.

¹³⁶ THOMPSON, Michael. Axel Honneth and critical theory. In: BONEFELD, Werner; BEST, Beverley; O’KANE, Chris. *The Sage Handbook of Frankfurt School Critical Theory*, SAGE Publications, 2018. Pg. 564-580.

¹³⁷ Nas palavras do autor, uma patologia social pode ser definida como: “O termo “patologia” se comporta de maneira complementar ao termo “diagnóstico”. Enquanto a princípio a ciência das doenças era chamada assim, hoje ela se refere acima de tudo aos estados anormais em si. Portanto, uma patologia apresenta exatamente aquele desenvolvimento orgânico deficiente que deve ser esclarecido ou determinado por meio do diagnóstico.” HONNETH, Axel. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Trotta, 2011. Pg.114.

¹³⁸ Para Winnicott, a jornada de um indivíduo rumo a um “eu” integrado e autêntico começa no espelho do olhar materno: é ao ser visto, reconhecido e sustentado pelo outro primordial que o bebê pode começar a se sentir real. Essa dinâmica, onde o rosto do cuidador reflete o próprio ser do bebê, é a condição para que um *self* verdadeiro possa florescer. Sem esse espelho, o que resta é a submissão a um falso *self*, uma carcaça adaptativa que apenas responde às demandas externas.

expandido para a vida social. A autorrelação, enquanto uma capacidade de se ver como um ser livre e de valor, não é um dado, mas uma conquista consolidada ou negada nos encontros cotidianos. É nesses embates, repletos de olhares que afirmam ou desrespeitam, que, segundo o autor, a nossa liberdade identitária é forjada.

E é aqui que se revela um dos gestos mais audaciosos de sua teoria, considerado por seus pares da mesma escola, o mais problemático¹³⁹: ao fundar sua análise na intersubjetividade, Honneth defende que os processos de formação do si são ambivalentes ao plano social maior, ou seja, eles não estão meramente subscritos a ele, nem são de menor valor. Com tal operação analítica, ele busca explorar as questões da subjetividade que boa parte da escola crítica havia deixado de lado, relegando-a a outros territórios teóricos, como os do pós-estruturalismo, ainda que, como veremos, a proposta de Honneth se afaste radicalmente destes também.

Nesse ponto não podemos entender a relação entre ética e diagnose em Axel Honneth sem entender a subjetividade como socio-formativa-formadora e emancipatória. Talvez pudéssemos considerar que há nesse diálogo também espaços propensos a uma leitura cruzada para com os escritos de Freud acerca da realidade social, da problematização na formação de seus sujeitos¹⁴⁰ e do bem-estar. Apesar dessa aproximação possível, é necessário ressaltar que o sociólogo se afasta de Freud por várias questões. Dentre elas, Honneth nega qualquer essencialidade pré-social, que uma vez assumida sua perspectiva imanente, recusa as limitações das dinâmicas intrapsíquicas ou metafísicas dos indivíduos, como no caso das pulsões¹⁴¹.

Mesmo com diferenças epistemológicas gritantes, é inegável sua releitura das estruturas psicossociais (Id/Ego/Superego), voltadas no caso do reconhecimento à uma relação para consigo, ou melhor, ao se conhecer novamente, processo de historicização de si que torna binária a práxis indivíduo/coletivo. Seria ainda possível dizer o seguinte, conforme afirma o pesquisador João de Abreu: “*As relações de reconhecimento são*

¹³⁹ O caso mais emblemático dos críticos da teoria do reconhecimento é o da filósofa crítica e comentadora dos trabalhos de Honneth, Nancy Fraser. Ler mais em: JACINTHO, Jussara Maria Moreno et al. Contribuições do debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth para a justiça entre gêneros. *Interfaces Científicas-Direito*, v. 8, n. 2, p. 28-45, 2020.

¹⁴⁰ Por exemplo: FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Texto original publicado em 1930).

¹⁴¹ Axel Honneth tem um especial interesse pela teoria psicanalítica de Donald Winnicott, que muito influenciou e baseou sua teoria intersubjetiva. Ler sobre em: PACHECO, Mariana Pimentel Fisher. Honneth e a pulsão: sobre as razões e as consequências para a crítica social da rejeição honnethiana à pulsão de morte freudiana. *Psicologia usp*, v. 27, n. 1, p. 78-85, 2016.

*formadoras da própria identidade, isto é, constituem a chave de leitura dos processos de subjetivação individual e coletiva.”*¹⁴²

Esse processo diagnóstico é circunscrito pela centralidade do sujeito, ou melhor dizendo, pelas suas dinâmicas sociais autorreferentes e pelas relações de forças na qual ele é submetido. É nesse ponto que retomamos à noção de patologias sociais para Honneth. Seu fim é o de identificar os elementos que dificultam e cerceiam os processos de autorrealização e emancipação dessas subjetividades. O *reconhecimento* e o *não-reconhecimento* partilham os meandros de sua diagnose, e ao buscar entender tal dinâmica dentro de uma sociedade democrática, o faz a partir de uma teoria ética:

A autorrealização, como condição da vida ética, significa o suprimento generalizado de oportunidades de satisfação individual que cada sujeito deveria ser capaz de experimentar como uma realização prática de sua liberdade. Mas a autorrealização depende do reconhecimento, porque só somos capazes de nos experimentar como seres livres quando confrontados com outros humanos opostos. Não há autorrealização sem intersubjetividade.¹⁴³

Segundo a comentadora brasileira de Honneth, Nathalie Bressiani, é possível dividir o pensamento honnethiano em duas fases. Uma inicial, apresentada até o momento, e uma segunda após a reformulação de sua teoria advinda das críticas de Nancy Fraser e outros. Essa primeira fase, na qual dou mais atenção por suas ideias adversas e potencialmente contundentes aos fins desse trabalho, poderia ser entendida como uma teoria da ética intersubjetiva, preocupada com as formações das subjetividades em meio às dinâmicas capitalísticas. Embora rica em seu potencial diagnóstico das patologias do não-reconhecimento, mesmo aqui, a intersubjetividade honnethiana, ao buscar a autorrealização através de modelos normativos de interação, já sinaliza os limites de uma ética que se organiza primariamente em torno da integração social e do consenso, o que será aprofundado em sua fase posterior.

Em uma segunda fase, que Bressiani data a partir de um texto de 2011 de Honneth¹⁴⁴, o autor volta sua teoria do reconhecimento à princípios moralizantes da emancipação social. Nessa fase o autor tira a centralidade da intersubjetividade e

¹⁴² DE ABREU, João Maurício Martins. Reconhecimento e diferença na teoria ética de Axel Honneth: uma questão em forma de ensaio. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, v. 35, n. 1, 2019. Pg. 405.

¹⁴³ *Idem*, 2019. Pg.406.

¹⁴⁴ HONNETH, Axel. *Das Recht der Freiheit. Grundriss einer demokratischen Sittlichkeit*. 3ª edição. Berlin: Suhrkamp, 2017 (Originalmente publicada em 2011).

direciona seus esforços às demandas coletivas direcionadas a um fim comum, a emancipação nas esferas legais da normatização dos sujeitos. Essa perspectiva indica que, se antes o autor se afastava das teorias da racionalidade (esclarecimento) universalizante¹⁴⁵, agora assumiria tal perspectiva a fim de defender um projeto de subjetivação com base institucionalista, assim como alguns de seus antecessores da escola crítica galgaram realizar¹⁴⁶.

Por outro lado, uma das carências criticadas em sua “primeira fase” era justamente o reducionismo das dinâmicas sociais aos mecanismos do reconhecimento, onde as patologias sociais poderiam ser mapeadas pelas falhas da autorrealização. Nessa mudança, os processos do reconhecimento que eram respaldados pela intersubjetividade agora se dão a partir da luta pela reconciliação entre instituição democrática e os coletivos, tendo esses seus direitos a identidade social garantidos frente aos impositivos capitalísticos da exclusão.

Ao sacrificar a centralidade dos fundamentos intersubjetivos em direção à institucionalidade legal do reconhecimento, qual ética resta para se pensar a formação das subjetividades? Uma verdadeira emancipação social, se assim podemos chamar e crer, poderia se consolidar a partir de nossa emergente identidade juridicamente reconhecida? Não é por acaso que pensadores como Paul Preciado foram precisos em responder essa questão, demonstrando como a demanda por reconhecimento normativo, ao invés de libertar, muitas vezes reifica e captura a experiência subjetiva em novas formas de

¹⁴⁵ Honneth utiliza-se do modelo político europeu liberal-democrático, que não precisamos dizer o quanto euro centrado se faz, para respaldar a diagnóstica defendida, a fim de explicitar as aspirações partilhadas de uma humanidade essencial comum a todos (universalista). Essa nova característica dos trabalhos do sociólogo também foi indicada pelo filósofo finlandês Heikki Ikäheimo, que mostra uma controvérsia nesse sentido: “*O pensamento de Honneth parece ser desenhado em duas direções opostas aqui: uma historicista, enfatizando que os princípios de reconhecimento nos quais a legitimidade da sociedade burguesa-capitalista repousa são específicos daquela sociedade, e a outra universalista, sugerindo que a necessidade de reconhecimento é universalmente humana e quanto à sua “forma” independente de tempo, lugar e contexto cultural.*” (Tradução nossa). IKÄHEIMO, Heikki. The Recognition Paradigm between Universalism and Historicism. In: *Recognition and the Human Life-Form*. Londres: Routledge, 2022. Pg. 168.

¹⁴⁶ E isso segundo as próprias palavras de Honneth, que ao referir-se à tradição crítica diz: “*A crítica da sociedade pode ser baseada em ideais dentro da ordem social dada que, ao mesmo tempo, pode ser justificadamente mostrado como a expressão do progresso no processo de racionalização social. Nessa medida, o modelo crítico da Escola de Frankfurt pressupõe senão precisamente uma filosofia da história, pelo menos um conceito de desenvolvimento dirigido da racionalidade humana. Sem um programa teórico exigente deste tipo, dificilmente me parece possível falar de uma identidade específica da Teoria Crítica que se possa de algum modo distinguir das outras abordagens da crítica social.*” (tradução nossa). HONNETH, Axel. *Crítica del Poder: fases em La reflexión de una Teoría Crítica de La sociedad*. Madrid: Editora Machado Libros, 2009. Pg. 51.

controle, limitando o devir dos corpos a categorias identitárias pré-definidas. Sua resposta não foi, e não poderia ser, de forma tão concordante¹⁴⁷.

Haveria outro caminho possível? Um caminho onde um diagnóstico ético das subjetividades possa contemplar criticamente também uma conjectura maior de seus próprios termos, sem o intermédio institucionalista? Honneth, em sua busca por um horizonte emancipatório, aponta para um realinhamento dos tecidos sociais em direção ao reconhecimento pelos dispositivos estatais. No entanto, o que aconteceria se, ao invés de meramente costurar esses tecidos subjetivos sob a mesma linha de emenda, buscássemos compreender a própria trama que os constitui, e as forças invisíveis que os tensionam, desafiam e por vezes os desfazem? É precisamente nessa outra lógica da ética têxtil que as reflexões de Suely Rolnik¹⁴⁸ nos convidam a mergulhar. Ela nos propõe não um remendo, mas uma reavaliação radical da matéria-prima e do próprio processo de fabricação da subjetividade, indicando que, por vezes, é preciso mais do que costurar: é preciso desmanchar para reinventar.

Há um mal-entendido persistente em torno das noções de cidadania e ética quando empregadas como garantias automáticas de uma existência democrática. Para Suely Rolnik¹⁴⁹, esse mal-entendido nasce do fato de que ambas as categorias analíticas, cidadania e ética, têm sido reduzidas a sua face normativa, onde o respeito ao outro se realiza apenas sob a forma do cumprimento de deveres e direitos definidos juridicamente. Nesse modelo, o “outro” é reconhecido como semelhante, um sujeito de direitos, mas não necessariamente como alteridade real, como diferença que desestabiliza, como força criadora. É essa dissociação que Rolnik problematiza, propondo uma rearticulação entre subjetividade, ética e democracia que não se encerre na superfície do *visível*, mas mergulhe na dimensão *invisível* da existência: o plano dos afetos, do inconsciente, da produção de diferença.

Segundo a autora, o visível é o domínio das formas estabilizadas da existência. Aquilo que já foi capturado por uma linguagem, reconhecido por normas, situado em discursos que organizam a vida social segundo moldes fixos. É o plano onde a

¹⁴⁷ Ver platô 6 desse trabalho.

¹⁴⁸ A professora Suely Rolnik foi uma das responsáveis pela difusão e aprofundamento dos debates deleuzo-guattarianos no Brasil desde a década de 1970. Para além de sua formação psicanalítica, a autora produziu inúmeros textos que buscaram atualizar algumas das ideias de seus autores de referência, a fim de propor uma nova prática sociopolítica para as produções de subjetividade no contemporâneo.

¹⁴⁹ ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina (Org.), *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta. 1995.

subjetividade é enquadrada, onde os sujeitos são identificados por categorias prontas, onde o reconhecimento opera com base em parâmetros que definem quem pode ou não ser legitimado como cidadão, como ser ético, como vida válida. O visível é, portanto, o território da repetição e da segurança: é nele que a democracia se cristaliza em protocolos e a ética se reduz à moral do comportamento adequado. Ele tem sua função, mas é também o lugar onde a vida corre o risco de ser domesticada pela forma.

Já o invisível é aquilo que insiste apesar da forma. Um plano das forças em estado bruto, das intensidades que atravessam os corpos antes mesmo de serem traduzidas em sentido. É o domínio do desejo enquanto potência de criação, do inconsciente como espaço de emergência do novo, da alteridade real que não se acomoda nos códigos da cultura. Para Rolnik, é no invisível que se dá o verdadeiro trabalho ético: não reconhecer o outro como já sabido, mas suportar ser afetado por aquilo que nele escapa ao reconhecimento¹⁵⁰. É nessa escuta do que ainda não tem nome, não apresenta CPF, nem declara imposto de renda, do que pulsa como diferença viva, que se inaugura uma outra política da subjetividade. Não mais a política da identidade, mas a política do devir. E, com ela, a possibilidade de reinventar o que entendemos por cidadania e democracia, uma vez que, mesmo sendo necessárias, não são suficientes para combater as dinâmicas micropolíticas do assujeitamento e cerceamento das produções subjetivas.

O desafio reside, contudo, precisamente em como manter a potência criadora desse invisível sem sucumbir ao caos indiferenciado, ou como sustentar a fabricação de novas subjetividades combatentes em meio a uma sociedade ainda regida por lógicas do visível. Como articular a urgência do devir com a necessidade de construção de coletividades e resistências que, por vezes, demandam alguma forma de estabilização provisória?

A democracia não se sustenta apenas sobre a moral da cidadania. É preciso ir além da normatividade do “homem da moral”, aquele que opera dentro das regras sociais estabelecidas, e ativar o “homem da ética”¹⁵¹, o vetor da subjetividade que evoca as

¹⁵⁰ Aqui há um grande ponto de tensão para com a teoria de Honneth, pois para esse, o não-reconhecimento constitui a base da injustiça.

¹⁵¹ A diferença entre o homem da moral e o homem da ética, nos escritos de Rolnik, está na forma como cada um lida com a norma e com a transformação da vida. O homem da moral é aquele que age segundo regras fixas, procura ajustar sua conduta ao que é esperado socialmente e evita o que ameaça a ordem estabelecida. Ele se orienta por modelos prontos de comportamento e mantém a estabilidade das estruturas existentes. Já o homem da ética não se limita ao cumprimento de regras: ele está atento às situações que exigem novas respostas, que não cabem nos padrões instituídos. Em vez de repetir condutas aceitas, ele se responsabiliza por criar modos de agir diante de experiências que desafiam as formas conhecidas de pensar

diferenças emergentes do caos, das forças que nos atravessam e nos exigem reinvenção. A cidadania, enquanto regime jurídico, reconhece o outro como identidade; a ética, enquanto processo de subjetivação, reconhece o outro como devir.

É aqui que a crítica de Rolnik se aproxima e, ao mesmo tempo, diverge da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Para esse, a luta por reconhecimento é o motor das transformações sociais, e o não reconhecimento, ou o desrespeito, é a fonte da injustiça. Sua teoria organiza o reconhecimento em três esferas: o amor (na esfera íntima), o direito (na esfera jurídica) e a estima social (na esfera da contribuição e valor do indivíduo na coletividade)¹⁵². O problema, pegando de base o entendimento de Rolnik, é que essa abordagem, ainda que sensível à complexidade das relações sociais, continua presa à dimensão visível do sujeito: ela busca integrar o outro ao campo do reconhecível, mas não lida com a alteridade como força que desestabiliza o reconhecimento.

O reconhecimento, quando operado apenas no registro identitário, tende a normatizar, mesmo que sobre o discurso de ampliação dos direitos individuais. Ele responde ao que pode ser nomeado, representado, situado no campo do já sabido. Mas e o que escapa? E o que emerge do corpo, do desejo, do inconsciente? Para a psicanalista, o outro não é apenas aquele que possui direitos a serem respeitados¹⁵³. O verdadeiro desafio ético não está apenas em respeitar o outro enquanto igual, mas em suportar a alteridade enquanto caos: o campo de forças invisível onde se produzem as mutações subjetivas e políticas.

Rolnik propõe uma ecologia da subjetividade, ou ainda, um pensamento que não separa o sujeito da trama de afetos, fluxos e devires que o compõem. Nesse modelo, a subjetividade não é uma identidade, mas uma composição instável de forças em trânsito. A democracia, então, só pode ser reinventada se for atravessada por esse reconhecimento mais profundo: não mais o reconhecimento do sujeito enquanto figura estável, mas enquanto potência em transformação. A ética não é o código que regula a convivência,

e viver. Sua ética não é obedecer à norma, mas transformá-la quando ela já não responde à complexidade da vida.

¹⁵² HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

¹⁵³ Em uma entrevista, a autora explica que boa parte do entendimento axiomático da democracia no contemporâneo é pautada na democracia liberal, sendo partilhada inclusive por uma parte expressiva da esquerda brasileira. Recomendo assistir a entrevista completa onde Rolnik apresenta mais de suas ideias e defesas acerca do papel democrático das subjetividades: *Suely Rolnik: Entrevista Completa - Narciso no Espelho do Século XXI*. Canal Narciso 21, publicado em 27 de maio de 2017 na plataforma Youtube. Vídeo. Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=GjsRiQB_5DY

mas o esforço contínuo de criação de si em meio ao turbilhão dos outros corpos, não-só-humanos, incluindo dinâmicas do chamado Capitaloceno¹⁵⁴.

Essa é a diferença decisiva entre uma política do reconhecimento e uma política do devir. A primeira tende à estabilização; a segunda, à invenção. A primeira busca assegurar direitos à liberdade e autorrealização; a segunda, abrir planos de ação e produção de novas subjetividades combatentes. Ambas são, de fato, necessárias e complementares em distintos níveis da intervenção política e ética. Contudo, Rolnik alerta para o risco de reduzirmos o progressismo ao reconhecimento jurídico, ao consenso normativo, à “tomada de consciência”. É preciso também uma “tomada do inconsciente”. Ativar a potência criadora que nos permite atravessar o terror da mudança, acolher o estranhamento e fabricar sentidos onde antes havia apenas ameaça¹⁵⁵.

A democracia como campo de produção de diferenças, como espaço onde a cidadania não é o fim, mas o ponto de partida para o exercício ético de uma vida que se quer obra de arte. Uma vida onde o outro não é assimilado, mas acolhido em sua capacidade de nos fazer tremer, de ampliar nossos afetos.

Nesse percurso, Rolnik não propõe a negação da cidadania, mas sua descentralização. Trata-se de não tornar absoluto o reconhecimento legal como forma única de justiça, mas de compô-lo com um trabalho micropolítico de reinvenção subjetiva. A cidadania, enquanto regime do visível, é condição necessária, mas não suficiente, para uma vida afirmada em sua potência criadora. O desafio é articular o vetor da moral com o da ética, sem que um sufoque o outro. A reinvenção da democracia, portanto, passa por ativar uma ecologia da subjetividade capaz de acolher o outro não apenas em sua identidade, mas em sua diferença radical, como aquilo que nos obriga a nos tornar também outros. É nesse ponto de torção entre reconhecimento e devir que pulsa, em sua escrita, uma nova gramática do viver.

¹⁵⁴ Essa proposta teoriza que as relações humanas não são o bastante para explicar as dinâmicas contemporâneas, trazendo para a análise uma gama rizomática que considera os dispositivos do Capitalismo global juntamente aos sujeitos não-humanos, como o plano ecológico, por exemplo. A partir de uma releitura do Antropoceno, Jason Moore desloca os holofotes das mudanças ambientais do conceito abstrato de humanidade para o Capitalismo, que sistematiza os meios de controle e mudança humana e ambiental, buscando dessa forma se afastar da dualidade moderna Homem/Natureza. MOORE, Jason. *The Capitalocene. Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis. The Journal of Peasant Studies*. Vol. 44. 2014.

¹⁵⁵ ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina (Org.), *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta. 1995. Pg. 12-13.

É possível dizer que Suely Rolnik e Axel Honneth se ocupam de um mesmo campo, o da justiça social nas relações entre sujeitos, mas o fazem a partir de cartografias bastante distintas, como já demonstrado. A alteridade, nesse sentido, não é apenas o diferente já dado (outro gênero, outra etnia, outra cultura), mas a força que nos atravessa e nos obriga a abandonar a forma atual do eu para que algo novo possa surgir. É essa alteridade invisível, incapturável, que a ética precisa acolher. Assim, diferentemente de Honneth, que busca reformar a cidadania para que mais sujeitos sejam incluídos, Rolnik propõe desestabilizar os próprios critérios do reconhecimento, de modo que a subjetividade possa se abrir à criação de modos de existência ainda não instituídos.

Os regimes democráticos liberais, que sustentam as diretrizes de nosso Estado moderno, afluem também ao nível epistemológico da defesa da cidadania. Sua agência configura a condição de sobrevivência dos microfascismos, subjetividades beligerantes que transitam dentro do próprio sistema civil, dificilmente combatida por maquinarias maiores, como no caso da jurídica. É esse plano micropolítico que está em jogo a partir dos debates deleuzo-guattarianos da psicanalista.

O reconhecimento jurídico dos sujeitos menores não garante a esse uma vida ética, mas sim, sua justaposição em um plano de ação representativo falho, que insiste em represar outras formas de subjetivação. Afinal, o próprio sistema em que tais direitos são garantidos responde diretamente à dinâmica macropolítica da economia globalizada neoliberal, e não consegue, pois, exercer uma prática democrática sem antes mutilar os afluentes da diferença, pelo menos não antes de acrescê-la à lógica mercadológica e objetificante. Ao analisar o estudo de caso das democracias na América Latina, e em especial o Brasil pós-golpe de 2016, a autora mapeia permanência da política global neoliberal do nível macro ao microsubjetivo, mostrando o devastador avanço desse tipo de política oferece, e que a luta por reconhecimento civil, como sustenta Honneth, não garante nem a liberdade individual, e nem sua autorrealização:

..., o capitalismo financeirizado necessita de subjetividades flexíveis e “criativas” que se amoldem, tanto na produção quanto no consumo, aos novos cenários que o mercado não para de introduzir. Em outras palavras, em sua nova dobra o regime necessita produzir subjetividades que tenham suficiente maleabilidade para circular por vários lugares e funções, acompanhando a velocidade dos deslocamentos contínuos e infinitesimais de capital e informação.

Esta é mais uma das razões pelas quais não interessa a nova versão do capitalismo o uso da força militar em seus golpes de Estado; é com a força do desejo, e portanto micropoliticamente, que os realiza. Isto se faz por meio da corrupção do desejo, enquanto seus capatazes fazem o serviço bruto na esfera

macropolítica. É por essa mesma razão que é também micropoliticamente que não interessa ao capitalismo financeirizado manter conservadores no poder após os golpes de Estado, e muito menos regimes ditatoriais e nacionalistas.¹⁵⁶

A partir dessa perspectiva, a crítica de Rolnik à cidadania não é um abandono de suas conquistas, mas uma recusa em tomá-la como fim último, visto que essa dinâmica é plenamente mercadológica, compactuando com as dinâmicas neoliberais globalizantes. A cidadania garante visibilidade, mas pode também funcionar como clausura, limitando o reconhecimento às formas previamente aceitas. Se Honneth procura ampliar os direitos dos que ficaram à margem, costurando-os no tecido social-democrático, a autora busca entender o que escapa à própria diagramação desses mesmos direitos. Ao apostar na ética como rasgadura do tecido cidadão, seu objetivo é de tornar os espaços estripados fendas passíveis de florescer subjetividades invisíveis. Essa perspectiva oferece, também, um outro entendimento do conceito de Liberdade, bem distinto do sociólogo crítico:

A conquista da liberdade, tal como a concebe um modo de subjetivação em que se ativou o vetor homem da ética, não se passa apenas no plano dos ideais, mas num verdadeiro processo de mutação da subjetividade, em que abandonamos nossa carcaça de unidade individuada e isolável, tão ilusória e mesmo assim tão poderosa em seus efeitos devastadores. Conquistar a liberdade é conquistar a capacidade de selecionar e de tomar decisões a favor das diferenças, decisões que são disparadoras de processualidade. Mas isso só é possível se nos livramos da tutela do terror, para que o pensamento não fique mais a serviço exclusivo da consciência e possa desenvolver seu trabalho na perambulação entre o invisível e o visível.¹⁵⁷

¹⁵⁶ ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições; 2018. Pg. 165.

¹⁵⁷ _____. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina (Org.), *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta. 1995. Pg. 16.

7 – III

**Historiologia sísmica:
Ética insubmissa de historiadores**

Há tremores que não são registrados pelos sismógrafos convencionais. Abalos miúdos, ínfimos, que escapam às metódicas *richters*, mas que estremecem na pele e no corpo. Aliás, acabo de derrubar café quente em minha mão, este pequeno sismo doméstico, irrompendo sem convite, talvez seja a melhor porta de entrada para o que tento articular aqui. A dor inscreve seu abalo no ato mesmo de pensar e escrever. Ao tremor que me referi antes do trágico evento, afirmo que se trata de um tremor subjetivo, e se propaga pelo plano micropolítico da ética. Antes de melhor explicá-lo, uma pequena divagação inicial.

Aby Warburg¹⁵⁸ foi uma figura que marcou uma divisão de águas na história da arte, mas não só. Fez tremer a historiografia como um todo, ainda que sua relevância tenha sido somente desvelada mais tarde de sua morte por autores como Georges Didi-Huberman. Sua prática como historiador destoou pela criação de uma lógica histórica das imagens, que não mais buscava responder à mera representação de uma época ou estética de seus autores. Evocou o pecado dos historiadores, a anacronia, como uma virtude epistêmica para narrar o passado, mostrando sua sobrevida no presente de forma fantasmagórica. Uma história pelas imagens, não das imagens¹⁵⁹. Dessa proposta, também pode-se extrair uma proposta de historicização imagética, que seu comentador Didi-Huberman destaca metaforicamente como uma rasgadura¹⁶⁰.

Disso faz-se ver que a lacuna entreaberta, rasgada, não é narrada pelo afastamento temporal do que é analisado, mas pela aproximação de sua diferença positiva¹⁶¹. É essa aproximação que expõe a falta, o sintoma, e dessa ruptura se produz algo novo, plural. Sob a óptica sintomática, Didi-Huberman afirma: “*o sintoma impede (...) toda “síntese simbólica” e toda “interpretação totalizante”. Como o trabalho do sonho e como o*

¹⁵⁸ Aby Warburg (1866 – 1929) foi um historiador da arte alemão que se distinguiu dos estudos imagéticos convencionais no campo da história cultural europeia. Sua relevância hoje é imprescindível, visto que suas proposições articulam e ressoam em parte considerável na historiografia contemporânea para além da historiografia da arte. Em 1919 o pesquisador se internou em um hospital psiquiátrico para tratar seu quadro depressivo e esquizofrênico, mesmo hospital que anos antes atendera Friedrich Nietzsche. Após sua alta em 1924, o historiador alemão voltou a se dedicar à seu projeto maior, chamado *Atlas Mnemosine*, inacabado por conta de sua morte em 1929. BINSWANGER, Ludwig; WARBURG, Aby. *La guarigione infinita: Storia clinica di Aby Warburg*. Neri Pozza Editore, 2021.

¹⁵⁹ DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 (a)

¹⁶⁰ _____. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013 (b).

¹⁶¹ A diferença positiva é aquela que não subtrai seus elementos a fim de destacar a distância concreta de seu resultado, mas sim, destaca a diferença pela contradição da própria diferenciação ontológica daqueles. Em outras palavras, não busca a síntese, mas o potencial dentro da própria operação.

trabalho do resto, o sintoma só se dá através da rasgadura e da desfiguração parciais a que ele submete o meio no qual advém.”¹⁶²

As imagens, nesse campo vibrátil, também se tornam placas tectônicas de sentido e afeto. Ao invés de representações fixas, elas se oferecem como zonas de contato entre temporalidades disjuntivas. Para Didi-Huberman, lendo Aby Warburg com intensidade singular, toda imagem é uma permanência de vida: ela retorna ao presente como um corpo carregado de uma ontologia anacrônica por excelência. Sobrevive pelas rasgaduras, ao passo que também as produzem.

Diante dessas imagens, o historiador não deixa também de ser rasgado. Ele precisa abandonar a posição de intérprete hermenêutico para tornar-se sismólogo afetivo. Mas mais do que detectar tremores, esse historiador pode também ser produtor deles. Seu gesto, ao invés de organizar o caos, fabrica e é fabricado por terremotos de sentidos, de discursos e de (des)orientações.

Como transpor essa potência vibrátil da imagem, essa ontologia do visível, para o terreno da palavra escrita, o meio reinante da historiografia acadêmica? A questão não é forçar uma identidade entre ver e escrever, mas investigar uma analogia de efeitos. Se a imagem rasga o olhar ao fazer temporalidades distintas colidirem, a escrita pode rasgar a sintaxe, a narrativa e a própria concepção de fonte para produzir um efeito de desorientação e afecção similar. O desafio é fazer da linguagem não um veículo transparente para o conteúdo, mas uma matéria densa, um corpo que também pode tremer.

E para além das imagens? Quais os tremores nas historiografias convencionalmente não-imagéticas? Digo, para além das imagens pode-se cartografar e produzir tremores e rasgaduras? Sim. Das imagens às palavras expressas, esses tremores podem potencialmente fazer tremê-las ambas, ainda que de formas distintas. Sim, imagem e palavra operam no plano da linguagem, mas seu afeto e fim é distinto, assim como seu público. A forma mais ampla de se produzir história pelos historiadores é pela escrita. E não qualquer escrita, mas a de cunho científico. Afinal os órgãos de fomento requerem com grande valor artigos, e não pinturas, poesias ou encenações. Rasguemos as palavras.

¹⁶² DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013. (b) Pg. 208.

Antes de explorar a historiologia das palavras, uma analogia à teatrologia de Antonin Artaud¹⁶³ se faz necessária. Ao ensaiar a palavra e o gesto na cena teatral, diz:

Não se trata de suprimir a palavra do teatro, mas de fazê-la mudar sua destinação, e sobretudo de reduzir seu lugar, de considerá-la como algo que não um meio de conduzir caracteres humanos a seus fins exteriores, uma vez que, no teatro, a questão é sempre o modo pelo qual os sentimentos e as paixões se opõem uns aos outros e de homem para homem, na vida.¹⁶⁴

Dessa forma, em analogia, uma historiologia sísmica das palavras também não suprime a importância de outras formas de o historiador operar sua narrativa. Todavia, o que se coloca em jogo é a abertura desse a seu potencial artístico, consonante e consolidável pelo viés das fontes e seus métodos. Ao redigir um artigo, também se produz uma vida, uma arte anacrônica, escreve-se em entre-tempos. Seu agenciamento é também afetivo, vibrátil, criador e ético de si. Essa ética sísmica não preza a renúncia ao rigor, mas um outro modo de concebê-lo, abrindo-se à falha e à diferença. Se como lembra Didi-Huberman ver é sempre um pouco rasgar, escrever também poderia sê-lo.

A historiologia, entendida aqui como lógica do narrar da história, nesse sentido, torna-se uma cartografia ética e política. A ética que aqui se esboça, entretanto, não remete a um código de conduta moral, a uma normatividade externa à prática da escrita, ainda que também a seja. Trata-se de uma ética micropolítica, imanente ao próprio ato de narrar, implicada nos afetos e nos devires que atravessam o corpo do historiador e dos mundos que ele evoca, e que é evocado. Como incitam Deleuze e Guattari, não se trata de representar realidades, mas de produzir agenciamentos¹⁶⁵.

A história, então, afeta, contamina, transforma e cria. E, nesse processo, o historiador também se refaz. A escrita da história, sendo tomada como *técnica de si*, à la foucaultiana, não é mais um simples exercício discursivo, mas uma prática subjetivante, um campo de experimentação de formas de viver. Ao produzir narrativas e usos do passado, seu gesto não apenas o escava, mas o desloca sentidos e formas de afeto. Ele abre brechas nas certezas do presente ao permitir que o passado retorne não como confirmação, mas como desorientação.

Ao narrar a história, seja por imagens ou palavras, o historiador pode o fazer pelas rasgaduras, na busca de *linhas de fuga* em direção a outros territórios, com outros modos

¹⁶³ Teatrólogo francês (1896 – 1948) influente nos escritos de Gilles Deleuze.

¹⁶⁴ ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. Tradução de Teixeira Coelho; 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1999. Pg. 80.

¹⁶⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Editora 34, 2010.

de ver, de sentir, de existir emergentes, de si e dos outros. Há quem se compadeça de uma história trágica. Há quem nunca mais será o mesmo depois dela.

Não obstante, felizmente, a historiografia vem sendo abalada de dentro para fora pelos sujeitos que a compõem. Cartografemos um tremor recente, que agora rasga aos poucos minha escrita.

Lauri Miranda Silva foi a primeira mulher trans a conseguir o título de doutora em história no Brasil, isso em 2023. Sua tese acerca da violência de gênero em corpos trans em Rondônia ganhou destaque em notícias por todo o país¹⁶⁶, mas não evoco sua narrativa por conta disso. Claro, o fato de ser somente em 2023 que a historiografia logrou os píncaros da titulação acadêmica uma mulher trans já seria motivo mais que o bastante para escancarar as faltas presentes em nossa formação/função social disciplinar.

Não é preciso uma longa jornada dentro da academia dos historiadores para evidenciar as hipocrisias presentes nas ditas mais revolucionárias e progressistas linhas do pensamento historiográfico. Todavia, o que se torna objetivo de minha narrativa são os rasgos produzidos por Lauri Miranda, que se diga de passagem, me fazem tremem e rasgam minha escrita.

Em uma mistura de depoimentos, lembranças e narrativas, Miranda traz à cena, como componente fundante de sua problemática e método, o que a autora define como *microautobiografia*. Em suas palavras:

A microautobiografia pode ser entendida como um “novo” fazer na historiografia, pelo qual escrevo e relato a minha história de vida e as das/dos colaboradoras/es desta tese, não em um sentido ficcional, mas sim a partir de narrativas construídas ao longo da investigação, dos ditos e dos não-ditos. É o “eu” em processo de des-construção e legitimação de saberes, pois falar de nós mesmas/os enquanto pessoas fora da cisnorma não é necessariamente difícil, mas com certeza é desafiador e subversivo. É (des)ordeiramente possível, tendo em vista que precisamos mostrar que o palco da história também é o nosso lugar, e nunca mais irão nos excluir, porque cansamos de ficar nos bastidores para sermos utilizados como objetos e abjetos, e não como sujeitas/os ativas/os na construção da história humana. Somos vozes conectadas, e somos produtoras/es de uma escrita subversiva.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Segue uma das notícias: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/29/conheca-primeira-mulher-trans-do-brasil-a-conquistar-o-titulo-de-doutora-em-historia.ghtml>.

¹⁶⁷ SILVA, Lauri Miranda. *Voices subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)*. Tese em História. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Pg. 30.

Aqui, o conceito de "microautobiografia" é, em si, um gesto sísmico. Não se trata da autobiografia liberal, centrada na jornada de um Eu coeso, nem da assepsia de uma análise em terceira pessoa. É um tensionamento, uma colisão metodológica: o "micro" da experiência vivida e o "auto" da implicação corporal rasgam a pretensão "macro" e distanciada da "biografia" histórica tradicional. Miranda não usa sua vida como mero exemplo; ela a forja como uma ferramenta epistêmica, um sismógrafo que registra as violências do presente para poder narrar as do passado, e vice-versa. É o método tornando-se, ele mesmo, uma rasgadura no tecido da narrativa.

Não simplesmente a autora se coloca no texto, ela faz dele parte de seu próprio modo de resistir e existir. É justamente nesse ponto que a singularidade de Lauri Miranda Silva se impõe como acontecimento. Seu fim não é meramente reivindicar o lugar de "historiadora-doutora trans" como identidade política a ser celebrada, como afirmação que a importância de sua escrita é o lugar que ela galgou, e que sim, como já dito, é tão importante quanto. Ela realiza uma torção epistemológica da própria escrita da história: sua escrita emerge como campo de forças, como dobra e rasgo intensivo entre corpos, memórias vivas, dores, tremores e linguagens. Urge rasgar sua existência a fim de praticar sua resistência.

Ao investigar os relatos de militantes LGBTQIAPN+ e de mulheres periféricas no norte do país, Lauri não busca "dar voz" aos sujeitos supostamente silenciados, operação que ainda conserva a lógica da tutela, e que muito ainda se vê sendo reproduzido na historiografia, mas compõe com essas vozes, afeta-se por elas, permite que elas reverberem em sua própria enunciação. O gesto não é o de falar por, mas o de falar com, escrever com, historicizar com.

O micro nunca foi tão enorme. Sua escrita não organiza depoimentos para reconfortá-los ou vitimá-los, mas para expor suas feridas, que também latejam na autora, para dar a ver o que sobra, o que resiste, o que não se acomoda. Ao produzir sua narrativa histórica a faz como quem escuta tremores, tremendo junto a eles, escrevendo em meio à instabilidade desse contato invisível. Tátil, não tácito.

Sua tese evoca a vulnerabilidade potencial do contato, na abertura à contaminação do leitor e dela própria. Ela não narra sujeitos, a fim de identificá-los e localizá-los temporalmente, mas torna singular um movimento *menor* de seus coletivos, em devir.

Devir-militante, devir-trans, devir-negro, devir-indígena, entre tantos outros¹⁶⁸. Devires em fuga, buscando novos territórios para chamarem de seus.

A historiologia sísmica não se sustenta no isolamento do caso, nem no fetiche da exceção, ela é necessariamente relacional, transversal e rizomática. Ela é máquina de ligação, maquinaria-terremoto, técnica cartográfica de planos colidentes. Por esse mesmo motivo, essa lógica também pode ser utilizada para historicizar seus elementos limitantes, que buscam a toda forma capturar, costurar seus rasgos e estabilizar os tremores. Eis um duplo movimento sísmico: 1) Potencializar os tremores; 2) Combater seus estabilizadores.

O agenciamento narrativo de Lauri não é isolado, nem pode ser reproduzível à nível historiográfico. Ele não é modelo ou mero exemplar de uma historiografia inclusiva. Ele é máquina criadora de uma historiografia própria, sísmica em contato com outras, tanto *menores*, produzidas pelas minorias, quanto *maiores*, pelas grandes linhas do pensamento hegemônico. Máquina de guerra contra as normas institucionais que querem produzir e ensinar história sem fazer seus territórios tremerem. Seu trabalho urge, não à imitação, nem a afirmação de sua identidade acadêmica, mas ao devir. Um convite para que cada historiador, a seu modo, faça da escrita não um espelho, mas uma fissura trêmula.

O historiador, nesse contexto, não é mais um mediador asséptico, mas um sismógrafo que, ao detectar as forças do passado, permite que elas o atravessem. É aqui que a escrita da história se revela como uma potente técnica de si¹⁶⁹. Não se trata de um refinamento interior para alcançar um ideal de perfeição, mas de um exercício de desestabilização: ao produzir uma narrativa que treme, o historiador se coloca em risco, permite que sua própria subjetividade seja rasgada e refeita no processo. A "técnica" é, portanto, a da coragem epistêmica, a da exposição ao afeto do outro e à contaminação pelas fontes. É o que Lauri Miranda realiza ao fazer de sua tese não um produto final, mas

¹⁶⁸ Sobre os devires, recomenda-se ler: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 4. 2ª edição, Editora 34, 2011.

¹⁶⁹ Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 11ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2024. Como lembra Margareth Rago: “A essa concepção da relação de si para consigo, cujas origens remonta ao cristianismo, Foucault opõe a “escrita de si” dos antigos gregos e romanos. Esta aparece como uma das atividades constitutivas das “estéticas da existência”, isto é, como uma das tecnologias pelas quais o indivíduo se elabora e constitui a própria subjetividade nos marcos de uma atividade que é essencialmente ética, experimentada como prática da liberdade e não como sujeição. Não se trata de um dobrar-se sobre o eu objetivado, afirmando a própria identidade, mas de uma busca de transformação, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é.” RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Pg. 5.

um campo de reverberação onde sua própria identidade é forjada com as narrativas que investiga, produzindo a si mesma enquanto produz conhecimento.

Talvez, no fim, a maior lição de uma ética insubmissa para a formação de historiadores seja esta: deixar-se afetar. Permitir que o que ainda não tem nome possa existir em sua escrita. Fazer da história uma zona de indiscernibilidade, de criação e de desorientação compartilhada e dialógica. Que o rigor pode conviver com o afeto, que a crítica pode ser também cuidado, que a análise pode ser feita com o corpo todo, e não apenas com a razão disciplinada. Esse tipo de ética se encontra nas rachaduras da própria historicidade, pois é nesse recôncavo subjetivo e desorientado que a vida efetivamente se movimenta, e pode ser sentida nos abalos. Historiologia sísmica e insubmissa.

Para tanto, como nos lembra Allan Peireira ao discutir sobre as escritas negras indisciplinadas, a historiografia também tende a responder aos ímpetos da maquinaria neoliberal de captura:

Essas escritas insubmissas da história negra, que emergem no interior da academia e reforçam uma posição intersticial das intelectuais que as promovem, buscam desestabilizar a episteme moderna-colonial, sem perder de vista a capacidade de imaginar uma transformação social radical desse nosso mundo. A história indisciplinada que surge daí é algo que vai além da mera crítica, da simples denúncia ou de um relato distanciado e imparcial sobre o passado. Trata-se, muito mais, de um direcionamento a outro modo de viver com o passado. Em outras palavras, a questão que inquieta essas escritas insubmissas da história é: em uma realidade social no qual, como diria Audre Lorde, “nunca fomos feitos para sobreviver”, como lidar com os ditames disciplinares da história?¹⁷⁰

E prossegue mais a frente em seu texto com a seguinte crítica:

Indisciplinar a história não significa meramente “incluir diversidade” ou “trazer cor” à universidade-empresa, muito menos tomar culturas de passado não ocidentais como se elas fossem um mero antídoto que purificasse a historiografia dominante de sua histórica disciplinaridade antinegra. Essas escritas insubmissas da história não aceitam o trabalho de servir (como se domésticas submissas o fossem) à historiografia ocidental e ao neoliberalismo academicista, que buscam extrair dali experiências que contribuam para sua autodescoberta e engrandecimento pessoal.¹⁷¹

Isto posto, uma historiologia sísmica deve sempre se instaurar sobre um plano combativo, e buscar à sua maneira constituir uma escrita da história ética de si e do outro.

¹⁷⁰ PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021. Pg. 488.

¹⁷¹ *Idem*, 2021 Pg. 502.

Essa ética de si¹⁷² não coincide, como buscarei demonstrar mais a frente, com uma ética do eu. O eu, enquanto substantivo próprio e individual, só pode abarcar uma relação de moral para com outros eus, definindo princípios para se justificar enquanto entidade apartada do outro, enquanto diferença negativa da autorrealização. Uma ética de si, como penso, inspira-se em uma ética (prática) pensada a partir da imagem do corpo deleuziano¹⁷³. Resta ao corpo historiador, ao cartografar os tremores que chegam até ele, escolher entre coser os rasgos produzidos pelo abalo, ou de fato rasgar-se mais a partir deles.

¹⁷² Ver platô 8-I desse trabalho.

¹⁷³ Esse conceito de corpo se dá pela relação entre um interior, uma superfície e um exterior, não sendo essas estruturas rígidas nem atemporais, como propõe a psicanálise (id, ego, superego). A superfície, também pensada enquanto uma pele, apresenta poros, e por eles que os encontros se dão com outros corpos, que se afectam, em tremor. Desse contato, poder-se-ia tanto aumentar a potência (abrir mais poros) do corpo afectado, como também a diminuir (fechá-los/cristalizá-los). DELEUZE, Gilles. *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

PLATÔ 8

Historiar: verbo de criação imanente

Quando se fala sobre a subjetividade do historiador, alguns dirão que se trata de um território pertinente à sua ontologia individual, ou em outras palavras, trata-se das qualidades que diferenciam um historiador do outro, enquanto composição unitária e identitária, mesmo que sempre em relação¹⁷⁴. *O que é um historiador?* Exclua a definição mais pragmática de sua formação disciplinar, busco, em princípio, pensar o historiador a partir de seu *érgon* ((ἔργον / função¹⁷⁵).

Em que medida o *érgon*-historiador é afetado por sua produção/narrativa? Penso que para responder tal questão tenhamos que ir além de sua função primária: fazer história; afinal, tal função não necessariamente é particular do historiador, havendo outros, não-historiadores¹⁷⁶, que a fazem das mais distintas formas. Mas o que pode o historiador além de “fazer história”? Qual seria sua função de excelência? Para os fins desse início, defendo que o historiador é aquele com a potência plena de *historiar*. Tento, agora, conceituar tal função.

Dentre as várias coisas que pode ser, historiar não pode ser uma função poética¹⁷⁷. Historiar é um ato de criação delirante, pois como Georges Didi-huberman nos lembra¹⁷⁸, por também ser arte, a história compõe-se imprescindivelmente de anacronismos. Historiar, destarte, é agenciar produções de narrativas em um fluxo temporal no plano imanente¹⁷⁹. Por essas primeiras (in)definições, busco aqui historiar, e não fazer história. Busco criar uma vida-historiadora. Pergunto-me se você, leitor, já historiou...

Por ser uma função imanente à vida-historiadora, o historiar traceja linhas para achar seus devidos fins¹⁸⁰; essa é sua ética. Mas como se dá tal sistemática do tracejamento? De forma direta, traceja-se atualizando virtualidades¹⁸¹ através da agência

¹⁷⁴ Questão parecida já foi contemplada no *Platô 6* desse trabalho, onde a constituição da narrativa acerca da subjetividade na história foi amparada pela dupla episteme individual-singular. Aqui, entretanto, trato precisamente da subjetividade historiadora, ou àquela que conjuga sua atividade enquanto *ato/práxis*.

¹⁷⁵ A partir de Aristóteles, em obras como *Da Alma* e *Ética a Nicômaco*, por exemplo, a natureza da vida se dá pela função que lhe é aferida, e, de modo correlato, a alma referir-se-ia à significação da vida por sua funcionalidade particular, ou seja, qualidade de individuação. Não busco assumir, entretanto, que haja um *telos* para a função-historiador, mas sim, uma reflexão criativa acerca de uma vida-historiadora.

¹⁷⁶ Considerando estritamente aqui a formação acadêmica.

¹⁷⁷ Qualidade de acumular poeira.

¹⁷⁸ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

¹⁷⁹ É preciso, para compreender tal empreendimento, implicar uma ruptura radical, uma fratura irreparável com o pensamento dicotômico que insiste em separar sujeito e objeto, história e ficção, memória, fantasia e invenção, passado-presente, como se fossem territórios isolados e impermeáveis, como se não se atravessassem mutuamente em cada gesto, escrita, tentativa de compreensão e de delírio.

¹⁸⁰ Se o sumo fim para Aristóteles, seguindo o conceito de *érgon* anteriormente evocado, era a Felicidade, nesse caso, transmuto seu propósito para o melhor viver nos *entre-tempos*.

¹⁸¹ A noção de virtualidade, roubada aqui de Deleuze, não pertence ao domínio do irreal, do meramente imaginário ou do puramente fictício. Pelo contrário, o virtual encontra-se em coexistência perpétua com o

da narrativa. Tal atualização não é hermenêutica, mas imanente¹⁸², ou seja, vai além da interpretação do documentado, arquivado e catalogado. A história, ou melhor, o historiar torna-se assim um agir de criação plena que necessariamente faz delirar os tempos: tempos que já-não-são; tempos que puderam-ter-sido; tempos imaginados; tempos que ainda-não-são; tempos desejados; tempos do trauma; tempos ainda-sem-tempo; *entre-tempos (intermezzi)*¹⁸³.

Compreender a virtualidade imanente nos processos do historiar significa reconhecer que o passado não é um território estável, nem cristalizado em significados axiomáticos. Pelo contrário, o passado pulsa e afecta com possibilidades ainda não atualizadas, com sentidos que se abrem em múltiplas criações, com virtualidades que aguardam seus momentos de emergência e diferenciação. Ao historiar, busca-se sempre potencializar tais forças.

atual, formando uma realidade completa, integral, onde as potências do passado ainda-por-vir aguardam suas atualizações singulares, seus momentos de eclosão no plano imanente.

¹⁸² A imanência de base deleuzo-guattariana corrobora aqui para transformar radicalmente a compreensão do fazer histórico ao destituí-lo de qualquer fundamento transcendental. Um plano de imanência não admite transcendência, não apela para fundamentos externos, para verdades eternas ou para garantias metafísicas que justifiquem as práticas historiográficas. Ao contrário, toda explicação, toda interpretação, toda narrativa histórica deve encontrar seus critérios e suas justificações dentro do próprio plano onde se desenvolvem, na própria materialidade dos encontros que a constituem. A história é imanente ao presente vivido, aos encontros concretos que se estabelecem entre o historiador e seus materiais, aos agenciamentos coletivos que engendram novos modos de pensar, sentir e agir no mundo.

¹⁸³ Aqui é necessário ressaltar certo distanciamento/diferenciação para com a perspectiva “clássica”, se assim posso dizer, presente na obra de Deleuze, e que também encontra repercussão em autores como Peter Pál Pelbart e Guillaume Sibertin-Blanc. A definição conceitual de *Devir* presente nas obras desses autores estabelece um lugar abismal em relação com a *história*, ainda que de certa forma seja complementar. Ao tecer sobre o conceito de *Devir*, Pelbart diz: “*O fundo dessa ideia está na diferença entre História e Devir, ou História e Acontecimento. A História é o conjunto das condições sem as quais o devir não seria possível, mas o devir é uma antimemória, trans-histórico, uma anti-história.*” (PELBART, Peter Pál. *Tempos de Deleuze*. Revista Limiar, v. 8, n. 15, 2021. Pg. 119); Já Sibertin-Blanc, em uma operação correlata, trás da literatura deleuziana a seguinte definição acerca da história: “*A história aparece, assim, como um “marcador temporal de poder”, uma vez que sua função e efeito é controlar as formas de mudança. (fissuras, rupturas) e limitar os poderes da descontinuidade, reduzindo-os a cortes significativos de acordo com o sistema de dominação.*” (SIBERTIN-BLANC, Guillaume. *Les impensables de l'histoire. Pour une problématisation vitaliste, noétique et politique de l'anti-historicisme chez Gilles Deleuze. Le philosophoire*, v. 19, n. 1, 2003. Pg. 145. Tradução nossa do francês.). Tal distanciamento dessa tese já fora colocado anteriormente em meu trabalho anterior, que antecede e compõe intertextualmente o presente trabalho (MININEL, Guilherme. *Nômade ou historiador? Um protótipo de máquina de guerra deleuziana na reflexão sobre a multiplicidade temporal dos processos esquizofrênicos de subjetivação na história*. Monografia. Repositório Institucional de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2022.). Dessa forma, a fim de retomar minha leitura, deve-se ter cuidado ao interpretar tal relação na obra deleuziana, pois tratar-se-ia de um tipo de história já bem criticada entre os historiadores, se tratando de um tipo de historiografia específica. O que também não quer dizer que não haja concordância aqui que tal dinâmica possa sim aparecer transmutada em historiografias outras, que ao se colocarem como “combatentes”, assimilam e tomam gozo da constituição da maquina de captura maior, que não vale me estender aqui no momento. A história pode ser mais que uma demarcação temporal do poder, e para tal, é preciso pensá-la a partir de sua qualidade criativa, no caso, pelo historiar.

Cada vida-historiadora, ao fazer suas escolhas metodológicas, ao priorizar certos arquivos em detrimento de outros, ao se deparar com novas fontes que contradizem ou reforçam suas hipóteses, ao se sentar para escrever em um dia de alegrias e tristezas, tudo isso e mais um pouco compõe o diagrama de seu ofício e a construção de seu discurso. Ao passo que o faz, produz relações singulares junto a seus pares que circundam os territórios da retórica, das ciências e das artes, de maneira nômade. Por fim, a historiografia, em seu conjunto, pode ser lida nessa perspectiva como uma maquinaria desejan¹⁸⁴, subjetivando e produzindo fluxos de desejos no território social dos historiadores.

O desejo não deve ser compreendido como uma carência a ser preenchida, uma falta existencial a ser colmatada por objetos externos. O desejo é potência produtiva, fluxo criativo incessante que atravessa os corpos individuais e singulares, as instituições e as práticas sociais. Na historiografia, o desejo pode manifestar-se como vontade insaciável de compreender, de dialogar com o outro radical, de encontrar novos sentidos ainda não narrados, de erigir acordos morais da profissão, de historiar um mundo novo, entre outros...

O historiador trabalha desde sempre com algum tipo de desejo: desejo situado, desejo individual, desejo singular, desejo de justiça histórica, desejo de afeto e de memória, desejo de conforto com verdades provisórias, desejo de reconfiguração do passado em função das urgências do presente. Reconhecer este desejo como constitutivo e não como contaminação é reconhecer que a historiografia é sempre interessada, sempre situada em relações de poder, sempre subjetiva, sempre imersa em disputas que não podem ser suspensas por nenhum rigor metodológico, por mais sofisticado, e presunçoso, que seja.

Uma historiografia historiante (que busca historiar), pensada a partir das máquinas desejan¹⁸⁴ compreende que o desejo de produzir o passado não é exclusivo do sujeito-

¹⁸⁴ O diagrama historiográfico produz fluxos e agendas próprias a seus *entre-tempos* coetâneos, configurando a validação, o interesse e as limitações éticas que são acordadas de maneira não formal, em uma relação micropolítica do poder-saber. As máquinas desejan¹⁸⁴ que Guattari teoriza com precisão revelam como os desejos não operam isoladamente em indivíduos psicológicos atomizados, mas coletivamente através de agenciamentos complexos que conectam corpos heterogêneos, signos múltiplos, significações concorrentes e afetos contraditórios. Sabe-se bem, pelo menos faço-me crer, que nada foi mais produtivo ao nível do desejo no campo historiográfico do que o ego atrelado ao ser-historiador, e junto a ele, sua volúpia narcísica de isolamento de outras disciplinas, como ainda o faz hoje com a Filosofia em alguns casos.

historiador, individualizado e ensimesmado frente a seu computador, que se diga de passagem, muitas vezes traz consigo ondas de fúria pelos travamentos e lentidão que não acompanham a velocidade de sua mente tempestuosa; trata-se sempre de um agenciamento coletivo que envolve leitores ávidos, interlocutores delirantes, relações interinstitucionais, comunidades interpretativas, traumas pessoais, memórias fantasiadas, autoridades compartilhadas e discursos disputados. O texto histórico é sempre um ponto de conexões estratégicas nesta rede desejante, um catalisador que faz circular afetos e potências por territórios sociais diversos. Ao historiar, o faz em um diagrama de narrativas históricas desejantes.

A narrativa histórica, conseqüentemente, quando compreendida como dobra histórico-narrativa da agência coletiva, adquire uma dimensão política e ética absolutamente inusitada e potente. Nós, ao historiarmos, narramos sempre nos/pelos/com entretempos que (des)configuram nossa individualidade em singularidades.

Quando narramos, não apenas discorremos sobre um objeto *a* em um tempo à parte, mas sim, constituímos nossa subjetividade imanente à história narrada, afirmando e legitimando certos modos de ser e de estar no mundo, que também dizem respeito a nós, também. A narrativa dobra¹⁸⁵ a história, e inscreve-se nela de forma indelével, reconfigurando constantemente os significados flutuantes nesse rizoma temporal. Como argumenta Hayden White, "*a narrativa não é apenas uma forma neutra de representação; ela é uma tecnologia de produção de sentido que molda a própria matéria histórica*"¹⁸⁶.

Da mesma forma, a narrativa historiográfica não é exterior aos eventos históricos que pretende relatar, pois ela penetra a história, faz parte intrínseca de sua tessitura interna, constitui sua própria materialidade. A história, por sua vez, sempre já contém narração em seus próprios processos de constituição. Não há história pura, bruta, imaculada que preceda a narrativa. Trata-se de um constructo assubjetivo¹⁸⁷, onde o sujeito-historiador só pode existir nesse contato imanente, atualizando seu saber virtual junto à matéria em

¹⁸⁵ A dobra (*le pli*), conceito que Deleuze retoma criativamente de Leibniz, permite pensar como a interioridade e a exterioridade não são simples opostos binários, mas encontram-se em contínua inflexão uma na outra, em perpétuo entrelaçamento produtivo. DELEUZE, Gilles. *Le pli. Leibniz et le baroque*. Paris, Éditions de Minuit, 1988.

¹⁸⁶ WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987. Pg. 24.

¹⁸⁷ Que não considera um sujeito *a priori*.

questão. Dito isso, há sempre uma narratividade imanente aos acontecimentos, aos afetos que os atravessam, aos encontros que constituem o devir histórico incessante.

É por esse motivo que o historiar remonta ao agir cartográfico¹⁸⁸. Ele oferece alternativas extremamente fecundas ao mapeamento tradicional cuja operação representaria estaticamente o espaço geográfico como território fixo e mensurável, no caso, espaço-temporalmente historicizado. Tal ato de coragem, pois por vezes esbarra nos interesses e convenções historiográficas, e de criação é sempre um ato afetivo, pois é atravessado por sentimentos complexos, fantasias situadas e desejos múltiplos.

Não obstante, pode se tratar, para além de um ofício socialmente instituído, de uma prática micropolítica de escrita de si, uma vez que o historiador não se desvincula de sua produção, e vice-versa. Essa capacidade não é meramente intelectual ou cognitiva, mas também envolve necessariamente o corpo inteiro, a imaginação criativa, a sensibilidade estética, a experimentação ética.

É preciso deixar claro, desde já: historiar, como venho defendendo aqui, é uma prática inerente ao ofício dos historiadores, queira bem ou não, e portanto, não se infere que sua operação tem por objetivo reger uma prática consciente e replicável. Quero dizer, historiar é ato coexistente, e não menos importante, do ofício dos historiadores. Em paralelo, essa leitura se aproxima organicamente da função do *passado prático*¹⁸⁹ dissertado por Hayden White, sendo o duplo das atividades referentes ao *passado histórico*.¹⁹⁰

A epistemologia disposta por White ao conceituar o *passado prático* coliga-se intimamente à noção de que o passado somente se torna prático, somente pode ser efetivamente utilizado para operar um agir, quando se submete a uma narrativização específica no presente pleno de sua ação. Tal categoria conceitual não diz respeito ao passado em si, ontologicamente independente, mas o passado já interpretado, narrado, subjetivado, desejado e investido de significações específicas que permitem sua utilização pragmática na vida em que se insere. Ele é justaposto ao *passado histórico*, produzido como sumo bem da historiografia acadêmica. Como argumenta White de forma incisiva,

¹⁸⁸ Ler Platô 7-III desse trabalho.

¹⁸⁹ WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

¹⁹⁰ A historiografia continuará a produzir história segundo sua pluriteorização e métodos diversos, construindo narrativas e discursos sobre o passado, penso pois, que seus usos, como uma segunda função dos historiadores, devem ter consigo uma ética que transpasse a hermenêutica desse conhecimento.

"o passado prático é aquele que utilizamos para viver, não aquele que meramente estudamos academicamente"¹⁹¹.

Talvez valha pensar o elemento que sublima essa aproximação operacional, pois, ao pensar uma relação tão pragmática com o presente, como relacionei acima, precisaríamos pensar justaposto o quê dessa maquinaria subjetivo-temporal justifica todo seu movimento. Mas, o que na subjetividade historiante é afectado pela operação do passado prático? A consciência; no caso, a *consciência histórica*.

A consciência histórica, enquanto categoria conceitual, abrange uma vasta discussão dentro da Teoria da História, em especial no Brasil. Dentre seus interlocutores mais influentes, está o historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen, cuja recepção em nosso país é notável. Como veremos mais a frente, a consciência histórica dentro da lógica do historiar vai de encontro com a perspectiva rüseniana¹⁹². Diferentemente de Rüsen, trata-se aqui de uma potência singular-universal¹⁹³ que supera os termos de uma faculdade do sensível em direção à uma relação diferencial positiva nos *entre-tempos*.

Jörn Rüsen articula cuidadosamente a noção de consciência histórica em torno da ideia central de orientação temporal. Para ele, os seres humanos necessitam constantemente orientar-se no tempo, compreender suas posições relativas ao passado, ao presente e ao futuro, estabelecer continuidades significativas.

A consciência histórica seria, em seu ponto de vista, precisamente esta capacidade antropológica fundamental de estabelecer conexões significativas entre os tempos heterogêneos, de extrair sentido das mudanças temporais incessantes, de projetar possibilidades futuras plausíveis. A história, nesse sentido, funciona como operação cultural de produção de sentido orientador, como ferramenta cognitiva que permite aos sujeitos compreenderem-se a si mesmos como seres históricos inevitavelmente situados em temporalidade.

Rüsen identifica de forma diagnóstica um problema agudo de carência de orientação na vida contemporânea tardo-moderna. A fragmentação acelerada da

¹⁹¹ *Idem*, 2014. Pg. 11.

¹⁹² Uma primeira leitura de minha parte acerca das aproximações e distanciamentos do pensamento deleuziano e rüseniano já foi realizado no Platô 5 de meu trabalho anterior *Nômade ou historiador?* (2022).

¹⁹³ Singular-universal nos termos discutidos no Platô 6 desse trabalho. Não remetendo o universal como condição transcendental e nem heterogênea. Se pode-se dizer que a consciência histórica é universal, é porque ela só pode ocorrer a partir do princípio da própria diferença, e não da semelhança. Trata-se, pois, de uma consciência histórico-imanente.

experiência, a aceleração temporal vertiginosa, a pluralização caótica das narrativas sobre o passado contribui decisivamente para uma desintegração progressiva da orientação que a consciência histórica tradicional proporcionava de forma estável. Neste contexto diagnosticado de carência aguda de orientação, Rüsen propõe um novo humanismo¹⁹⁴ baseado na reconfiguração ética e política da consciência histórica¹⁹⁵, pensando com isso a práxis de sua Didática da História.

Como já dito, tal propositura encontra-se de forma conflituosa com o historiar sugerido nesse trabalho. Reconhecendo seus méritos, enquanto uma teoria da história preocupada com as demandas educacionais e socioculturais no presente, é preciso agora observá-la a partir de suas rachaduras e incongruências.

Para tal, apresento de princípio três fundamentos a priori que compõem a teoria da consciência história do pensador alemão:

- 1) A carência de orientação como condição e lugar de *falta*¹⁹⁶ constituinte do sujeito;
- 2) O sujeito-histórico temporalmente orientado torna-se um ente fechado, ainda que sempre em relação com outros sujeitos pelos planos socioculturais, sendo ontologicamente individual-universal¹⁹⁷;
- 3) A orientação temporal é condição e fim *sine qua non* do reconhecimento do sujeito por si mesmo a partir do princípio da identidade-semelhança.

Problematizemos cada um dos fundamentos.

A primeira afirmação trata justamente disso: a carência de orientação como condição e lugar de falta constituinte do sujeito. Tomamos esta tese como ponto de partida

¹⁹⁴ A proposta de refletir acerca de um novo humanismo destaca uma segunda etapa, mais tardia, da produção intelectual de Rüsen, anos depois de ter estabelecido suas obras mais conhecidas acerca da Didática da História e de sua própria teoria da consciência pela carência de orientação. Esse novo humanismo não seria um retorno nostálgico aos humanismos anteriores eurocêntricos, mas uma reconfiguração radical que reconheça simultaneamente tanto a dignidade humana universal quanto a pluralidade irreduzível de formas de ser e de estar historicamente no mundo.

¹⁹⁵ O novo humanismo de Rüsen busca explicitamente restabelecer a capacidade humana de orientação através de um diálogo intercultural amplo e generoso entre culturas e tradições diversas. Propõe que a consciência histórica não deve ser pensada como propriedade exclusiva e privilegiada da cultura ocidental moderna, mas como competência antropológica universal que permite aos seres humanos, em suas individualidades irreduzíveis e pluralidades culturais, estabelecerem-se temporalmente de formas significativas e contextualizadas. RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Org.e trad.de Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza e Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015

¹⁹⁶ Notadamente, aferimos tal falta fazendo relação a teoria psicanalítica de Freud/Lacan.

¹⁹⁷ No sentido que todo e cada sujeito tem consigo sua própria consciência histórica, e o fim de seu desenvolvimento é ele em si mesmo.

não para negá-la completamente, mas para desmontar o mecanismo pelo qual ela funciona, expondo como a produção dessa falta é, ela mesma, uma máquina de captura, um dispositivo que faz do sujeito histórico um ente eternamente carente, condenado à busca por orientação.

Para Rüsen, como já vimos, a consciência histórica emerge quando o sujeito experimenta uma deficiência de orientação no presente. Diante dos acelerados fluxos da mudança temporal, das transformações que nos escapam, o sujeito sente-se perdido, sem bússola. É este sentimento de desamparo que mobiliza a busca por compreensão histórica: precisamos conhecer o passado e estabelecer caminhos futuros para saber quem somos, para compreender como chegamos aqui e, fundamentalmente, para recuperar o sentido que nos foi castrado. A falta, portanto, é o motor, o impulso originário que coloca em movimento toda a máquina da reflexão histórica rüseniana.

Mas o que o autor não adverte, ou, melhor dito, o que sua teoria recalca, é que esta falta não é dada naturalmente. Ela é produzida. Ela é, como diria Guattari, um produto dos agenciamentos capitalísticos que cercam e atravessam as subjetividades contemporâneas¹⁹⁸. O sujeito tardo-moderno não é essencialmente carente, como subjaz a teoria edipiana, ele é tornado carente, em experiência e narrativa. A falta é um efeito, não uma causa. E isso muda tudo.

Para a psicanálise freud-lacaniana, herança que permeia também o pensamento de Rüsen¹⁹⁹, o desejo sempre nasce de uma carência, de um objeto perdido que buscamos recuperar. Freud fala do Édipo como a cena primária onde o desejo se estrutura em torno da falta: desejamos sempre aquilo que nos foi interdito, aquilo que está fora de nosso alcance. Lacan radicaliza isto ao postular o objeto *a*, o objeto impossível que estrutura toda a subjetividade. Para ambos, o sujeito é fundamentalmente marcado pela falta, e toda

¹⁹⁸ Em entrevista dada à Suely Rolnik, Félix Guattari diz: “As pessoas que nos abordam, a mim e a Gilles, sabem que fizemos urna ruptura com o lacanismo, uma ruptura com o marxismo, e a rigor nem nos colocam mais esse tipo de questão. Mas aqui ela voltou à tona, e isso me obrigou a retomar a tema, tentando sobretudo redefinir a falta em termos de uma política introduzida pela divisão entre garantia e não-garantia, política da culpabilização e da castração, própria da subjetividade capitalística. Redefinir a falta não como algo que nos constitui aprioristicamente (a falta essencial da relação do sujeito com o significante), mas como efeito de mercado, efeito da produção de consumo: falta produzida, inventada, injetada.” GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. Pg.292.

¹⁹⁹ Para além de citações à psicanálise em seus textos mais conhecidos, Rüsen produziu outras obras, junto ao psicólogo social Jürgen Straub, que foram dedicadas a aproximar o pensamento histórico à psicanálise. Ver: Jörn Rüsen and Jürgen Straub, *Die dunkle Spur der Vergangenheit: Psychoanalytische Zugänge zum Geschichtsbewußtsein*, Frankfurt, Suhrkamp, 1998.

sua vida psíquica é uma tentativa, sempre fracassada, de preencher este vazio. Vê-se, pois, uma modulação correlata à necessidade inerente de orientação pelos sujeitos em Rüsen.

Ao situar a carência de orientação como condição constituinte do sujeito, Rüsen reproduz a lógica psicanalítica que captura o desejo e o transforma em falta. O sujeito rüseniano é um sujeito (neurotípico²⁰⁰) fundamentalmente dependente da história para ter sentido, para ter orientação. Ele é um sujeito à espera, eternamente aguardando a narrativa histórica que virá resgatá-lo da desorientação.

Mas o que se perde nesta operação? Perde-se a potência criadora do sujeito antes mesmo de qualquer orientação histórica, assim como dos ventos intempestivos que, mesmo não narrados, produzem história e afeto em sua imanência. Perde-se a capacidade do sujeito de criar sentido, não como resposta a uma falta, mas como expressão de sua própria potência singular.

Há outro caminho possível. E é aqui que a esquizoanálise nos oferece ferramentas diferentes para historiarmos. Por exemplo, ao invés de começar pela falta, começamos pelo desejo produtor, pois é nele que o historiador historiante²⁰¹ pode cartografar as forças, suas singularidades e os devires minoritários que já operam nos corpos. Junto à noção de *passado prático* de White²⁰², a consciência histórica desejante estima produzir novos territórios do presente, enquanto agir criador.

Nesta perspectiva, a desorientação não é um mal a ser curado, mas um espaço potencial. A desorientação significa que ainda não fomos completamente capturados pelas máquinas de significação que pretendem nos organizar segundo esquemas pré-estabelecidos. E isso reflete diretamente na perspectiva educacional, perspectiva essa tão cara a Rüsen. Rafael Saddi, intérprete do autor alemão no Brasil, já pusera tal problemática, ainda que de forma indireta, acerca da dificuldade dos usos práticos da perspectiva da carência dentro da sala de aula:

Ocorre que, para além da constante dificuldade de um professor acessar as carências de orientação temporal dos seus alunos, até mesmo a sua dificuldade em identificar aquilo que efetivamente são os interesses cognitivos dos alunos pelo conhecimento histórico, as aulas de história, ainda que tomem os

²⁰⁰ O autor não distingue, ou no caso, não se propõe a considerar distintas formas de consciência e neuroatividade, como no caso autista, esquizo, das pessoas com deficiência, etc...

²⁰¹ Historiador que, nos termos propostos, busca historiar.

²⁰² WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

elementos da práxis da vida como ponto de partida, correm o risco de fracassar no âmbito da relação comunicativa.²⁰³

Podemos pensar, a partir desse ponto, que buscar identificar as carências de orientação, com fim de superá-las, é enfrentar os mesmos desafios e críticas que a prática clínica psicanalítica enfrenta com seu divã. Talvez, em vez de identificá-las, produzimos outros tipos de carência, tão piores quanto.

Por outro lado, uma subjetivação desorientadora, zona de indeterminação e encontros intempestivos, pode ser também um lugar onde emergem outras historicidades, já imanentes. Quando a consciência histórica rüseniana oferta sua orientação, ela está, no fundo, territorializando este espaço, buscando fixar o sujeito em uma identidade reconhecível, impedindo que ele continue em devir, que ele continue experimentando as multiplicidades que o constituem. Esse é o desafio que o historiador propõe combater.

Porém, é preciso ser cuidadoso aqui. Não se trata de afirmar que a teoria de Rüsen é simplesmente falsa ou danosa. A questão é mais sutil. A produção de orientação, de narrativas que fazem sentido, é necessária. Os sujeitos precisam de histórias para viver, para se situar socialmente, inclusive no sentido crítico-político mais geral. O problema está em como esta orientação é produzida e para que ela serve.

Se a orientação histórica é oferecida como um preenchimento de falta, como uma normalização que torna o sujeito reconhecível e computável dentro de sistemas de poder, então ela funciona como dispositivo de captura, reafirmando o que autores como Peter Pál e Guillaume Sibertin-Blanc já discorreram sobre certo fazer historiográfico. Mas se a orientação é pensada como abertura de possibilidades, como mapeamento das singularidades que já operam, então ela pode funcionar diferentemente²⁰⁴.

Como último comentário acerca da carência em Rüsen, se ela é o ponto de partida de sua teoria, ele a compreende como algo que demanda uma resposta histórica específica, ou seja, é a narrativa histórica que oferece orientação. Pelo ponto de vista do historiador

²⁰³SADDI, Rafael. O Estado de Suspensão na aprendizagem histórica: a força estética do conhecimento histórico na instauração de um momento sublime de consciência histórica. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 113-130, jul. 2016. Pg. 119.

²⁰⁴ Aqui tocamos em um paradoxo da esquizoanálise que não deve ser elidido: ela não propõe uma rejeição simples da história ou de sua narrativa. Deleuze e Guattari reconhecem que vivemos em um mundo de poder, de segmentações, de significações já estabelecidas. Não há como escapar completamente disto. O que propõem é uma dupla captura: ao mesmo tempo que reconhecem as necessidades práticas da vida social, das narrativas que precisamos contar, das orientações que precisamos estabelecer, eles propõem que mantenhamos abertos os espaços de indeterminação, que não permitamos que a significação se cristalice completamente.

historiante, vê-se que este movimento da falta à orientação é já uma captura do desejo. O desejo estava ali, múltiplo, proliferante, criador. A falta estruturada, edípica por função, é a forma pela qual este desejo foi domesticado, reduzido a um problema que possui uma solução pré-estabelecida. E a solução é, claro, a narrativa histórica e a consciência histórica, produtos distorcidos de um “novo humanismo”, carente de desorientação!

Passemos agora à segunda afirmação central que observo da teoria rüseniana: o sujeito-histórico temporalmente orientado torna-se um ente fechado, ainda que sempre em relação com outros sujeitos pelos planos socioculturais, sendo ontologicamente individual-universal. Aqui há uma formulação particularmente interessante, porque ela já contém dentro de si as suas próprias contradições. Rüsen tenta conciliar duas necessidades teóricas que parecem irreconciliáveis: por um lado, o sujeito deve ser uma entidade delimitável e reconhecível por si, ou seja, um indivíduo com sua própria consciência histórica específica axiomáticamente; por outro lado, este indivíduo não pode ser totalmente fechado em si mesmo, pois existe sempre, e somente, em relação com as multiestruturas socioculturais que o atravessam.

A solução rüseniana para este impasse é qualificar o sujeito a partir de uma narrativa *individual-universal*: cada sujeito teria, em si, sua própria consciência histórica, seu próprio modo de compreender e se orientar no tempo. Mas esta consciência individual seria, simultaneamente, expressão de estruturas universais que a todos nos atravessam. Seria como se cada sujeito portasse em si um microcosmo, ainda em orientação, das mesmas estruturas que organizam a sociedade em seu conjunto. O indivíduo é, portanto, fechado e aberto, individual e universal, ao mesmo tempo²⁰⁵.

²⁰⁵ A relação individual-universal, e consequentemente entre indivíduo e narrativa, se encontra, em Rüsen, da seguinte forma: “*Narrar é uma atividade genérica e fundamental do espírito humano, com a qual este confere sentido a eventos. Não se diz, com isso, que a narrativa seja a única forma de conferir sentido à experiência dos acontecimentos. Sempre se pode interpretá-la como casos particulares de uma regularidade universal. Em tal interpretação, todavia, desaparece sua peculiaridade temporal concreta, de que se deve justamente abstrair quando se fala em regularidade universal. O narrar recorre igualmente ao construto mental de um contexto geral de eventos. Trata-se, contudo, de um contexto todo especial: o do processo do tempo, que se estende com e pelos eventos, que não desaparecem nele, mas antes são por ele sustentados.*”. RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão Rezende Martins. Editora UFPR, 2015. Pg. 50. Melhor dizendo, ao narrar, o indivíduo não apenas organiza sua experiência particular, mas o faz mobilizando estruturas cognitivas universais de orientação no tempo, nas quais os acontecimentos são integrados a um processo contínuo e compartilhável. A narrativa aparece, portanto, como o lugar em que o individual e o universal se interpenetram, permitindo compreender o sujeito simultaneamente como portador de uma história própria e como expressão das formas gerais de produção de sentido histórico.

Voltemos um momento para Deleuze e Guattari. Os autores não negam a necessidade de falar de sujeitos e de suas experiências, ainda que de forma singular e não axiomática; mas eles recusam a lógica que faria do sujeito um ente completo, um plano de individuação que pudesse ser inteiramente mapeado e compreendido. A subjetividade é sempre composta de múltiplas linhas, múltiplos planos de diferente consistência, um verdadeiro rizoma vivente. O paradoxalismo²⁰⁶ dessa relação é constitutivo da própria epistemologia que a concebe.

O problema com a teoria ruseniana, visto por esta ótica, é que ela prioriza as linhas molares, as estruturas de poder que permitem ao sujeito se autorreconhecer como um indivíduo com história, com identidade, com lugar na sociedade. A consciência histórica, nesta perspectiva, é essencialmente uma operação de individualização²⁰⁷, de produção de um rosto historicizado, uma identidade que permite ao sujeito se reconhecer e ser reconhecido pelos outros, mesmo que tal rostidade sufoque seus desejos de ser-outro. Mas ao fazer isto, a consciência histórica ruseniana fecha as potências que escapam a esta individualização.

Pensemos, por exemplo, no narrar histórico de uma mulher-trabalhadora-negra-cis-lésbica-neurotípica-urbana em uma metrópole contemporânea. Para Rüsen, sua consciência histórica seria formada pela compreensão de como chegou a este lugar, qual sua origem de classe, que relações culturais a circundam, quais poderes a cercam, etc... Tudo isto permitiria a ela se reconhecer como um indivíduo inserido em estruturas socioculturais maiores.

Entretanto, há algo que escapa a este mapeamento. As intensidades cotidianas que a atravessam, os desejos que não cabem em nenhuma narrativa originária, os delírios desorientadores, os encontros aleatórios que transformam sua percepção do mundo, seus afetos, os momentos em que ela não é exatamente mulher-trabalhadora, mulher-lésbica, mulher-negra, mulher-mulher, etc..., mas um corpo afetado por algo que não tem nome, que não se deixa historicizar, mas que historia.

²⁰⁶ Segundo Deleuze e Guattari, acerca do paradoxalismo inerente ao pensamento filosófico: “*Se a filosofia é paradoxal por natureza, não é porque toma o partido das opiniões menos verossímeis, nem porque mantém as opiniões contraditórias, mas porque se serve das frases de uma língua standard para exprimir algo que não é da ordem da opinião, nem mesmo da proposição. O conceito é bem uma solução, mas o problema ao qual ele responde reside em suas condições de consistência intencional, e não, como na ciência, nas condições de referência das proposições extensionais.*” DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Munõz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. P.105.

²⁰⁷ Ver Platô 6-I desse trabalho.

De forma que, se quisermos operacionalizar o agir historiante, devemos insistir que nos mantenhamos atentos aos processos que escapam à molaridade, sem ignorar essa, para não capturar devires e potências por uma narrativa clara e unificada. É neste interstício entre o molar e o molecular que se desenham as verdadeiras possibilidades de transformação da historicidade, de porvires, de criação de outros modos de existência.

A formulação rüseniana *individual-universal* é, na verdade, uma forma sofisticada de tentar conter uma multiplicidade dentro de um esquema binário, onde quem detém a narrativa histórica, detém o poder de subjetivar o outro-em-orientação. Cada indivíduo seria universal em sua estrutura fundamental, todos compartilharíamos as mesmas estruturas de consciência histórica, mas particular em sua aplicação, e cada um vivenciaria estas estruturas de forma diferente, segundo sua historicidade particular.

Chegamos agora à terceira e final exposição: a orientação temporal é condição e fim *sine qua non* do reconhecimento do sujeito por si mesmo a partir do princípio da identidade-semelhança. Esta afirmação talvez seja a mais contundente para esse trabalho, pois ela revela explicitamente o mecanismo através do qual a teoria rüseniana funciona. Ela faz depender todo o reconhecimento de si mesmo da capacidade de se situar no tempo através de narrativas históricas que funcionam com base em princípios de identidade e semelhança.

Para Rüsen, quando me reconheço a mim mesmo como sujeito histórico, ou seja, quando compreendo quem sou, estou sempre fazendo isto através de operações que identificam continuidades e repetições na acepção de meu passado-presente-futuro. Eu me reconheço porque consigo traçar uma linha que liga meu presente ao meu passado, porque consigo ver nesta linha uma coerência, uma identidade que persiste através do tempo. Sou histórico porque há algo que permanece semelhante a mim mesmo através das transformações. Nas palavras de Rüsen:

Identidade mediante história. Nos processos mentais em que o sujeito humano obtém a certeza de si, para além de todas as mudanças temporais de sua vida, o pensamento histórico — como foi dito — desempenha um papel fundamental. Não se pode responder à pergunta sobre “quem sou eu”, sem se contar uma história sobre a própria vida. A identidade pessoal está conexas com a consciência de assumir mais ou menos conscientemente a própria biografia, de vivê-la e de poder contá-la. Ela se projeta no futuro — esperando, desejando, temendo e tremendo. Vale o mesmo para a identidade social: o pertencimento direto a uma formação social é articulado, confirmado e, naturalmente também, modificado ou mesmo rejeitado mediante histórias. **Esse sentido de pertencimento é impensável sem a consciência histórica**, pois vive da poderosa representação emocional de uma afinidade com outras pessoas, que

persiste através de toda mudança temporal, e que marca uma diferença em relação a outros tantos.²⁰⁸ (Grifo nosso)

Mas ao historiar a mim mesmo, busco desfazer esta ilusão de continuidade, pelo menos enquanto repetição pura e representacional²⁰⁹. A diferença deleuzo-guattariana nos processos de atualização das virtualidades exprime bem como se opera tal proposta. Essa identidade histórica, consciência do que se reconhece em si, é sempre um efeito de captura e repetição, um momento em que as múltiplas linhas que nos constituem foram momentaneamente fixadas em uma forma reconhecível e natural. E quando digo isso, é afirmando que tal captura parte de uma maquinaria maior do desejo, ligada diretamente às dinâmicas capitalísticas e neoliberais, que tão bem fazem uso de identidades massificantes. Nada mais lucrativo que uma identidade bem traçada.

A insistência de uma historiografia em providenciar identidades espaço-temporais que se reconhecem por semelhança a si mesmas é, ela mesma, um mecanismo de manutenção de poder. De tal forma que, ser historiador que produz história, e não a historia, é demarcar o poder, é produzi-lo e cerceá-lo à níveis subjetivos sem nem ao menos saber, ainda que talvez o deseje.

Quando exigimos que alguém se reconheça como um indivíduo com uma história coerente, estamos, ao mesmo tempo, capturando as singularidades que extrapolam esta coerência. E ao fazê-lo, estamos produzindo um sujeito dócil, um sujeito que pode ser conhecido, computado, inserido em sistemas de classificação e controle, ainda que enchamos nosso discurso com moralidades de resistência e subversão. Nada pode subverter as relações de forças, sem antes revolucionar seu próprio desejo de fazê-la. Microrrevolucionemos a história, pois!

²⁰⁸ RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão Rezende Martins. Editora UFPR, 2015. Pg. 260.

²⁰⁹ Na obra de Deleuze, *Diferença e repetição*, a operacionalização de sua teoria da diferença bem explica a base que busco tratar acerca do ponto em questão. Vê-se, nas palavras do autor, do que se trata essa política da repetição, a partir do princípio da diferença: “A identidade e a semelhança são aqui condições ou, ao contrário, efeitos de funcionamento do sombrio precursor que projetaria necessariamente sobre si mesmo a ilusão de uma identidade fictícia e projetaria sobre as séries que reúne a ilusão de uma semelhança retrospectiva? Então, identidade e semelhança seriam tão somente ilusões inevitáveis, isto é, conceitos da reflexão que dariam conta de nosso inveterado hábito de pensar a diferença a partir de categorias da representação; mas isto se daria porque o invisível precursor dissimularia a si próprio e seu funcionamento e, ao mesmo tempo, dissimularia o em-si como a verdadeira natureza da diferença.”. DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Graal, 2018. Pg. 119.

É por isto que Guattari insiste tão enfaticamente que o conceito de identidade é profundamente reacionário²¹⁰. Não porque ele seja falso, afinal, tecnicamente, ele funciona, e funciona muito bem. Mas porque ele serve como ferramenta de captura, porque ele reduz a potência criadora de uma subjetividade à conformidade com categorias mercadológicas. Ser historiador, nessa medida, pode ser uma captura, como também, ao historiar, uma potência.

O que é um historiador? Essa é a pergunta que iniciamos esse platô. A partir da proposta de uma outra conceituação de sua função e consciência, talvez a melhor resposta à essa pergunta seja a seguinte questão: O que pode um historiador? Historiar, vos digo.

²¹⁰ GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

8-I

Conficções micropolíticas

Sinto a necessidade de me confessar. Não a você leitor, mas a algo sem nome. Talvez a história, seja lá como a chamem. Nunca escrevi diários. Ao menos não no sentido em que se escreve para guardar a própria vida. Escrevi, durante anos, mais sobre a vida de outros do que sobre a minha. Talvez, inclusive, tenha escrito mais sobre a vida de alguém do que ela mesma tenha escrito sobre si. Eis a sina de muitos historiadores, converter-se em redatores das existências alheias, em intérpretes de experiências que não viveram e que por vezes julgam saber o cheiro do tempo outro que não o seu. Muitos tempos, muitos cheiros. Talvez soe equívoco restringir tais características aos historiadores, mas no fundo, ao que me parece, é historiador todo aquele que encontra a alma impregnada pelos cheiros de outrem, já também seu. Enquanto isso, a própria vida desse que escreve permanece letárgica, quase sempre fora da escrita, como se narrar-se fosse um gesto impróprio ao ofício²¹¹.

Curiosamente, sempre me interessei mais pela leitura de diários do que de biografias propriamente ditas. Não por desconfiança ou menosprezo destas, deixo claro, mas porque nos diários encontrei algo que raramente aparece na escrita historiográfica, não uma vida organizada retrospectivamente, mas uma vida “viva”, em processo. Sucessão de hesitações, descobertas, afetos, falhas, interrupções, erros de caligrafia, marcas de lágrimas secas, borrões de café, vinho e queimaduras de cigarro. Nos diários, o sujeito não se reconhece plenamente, ele se procura, ainda que talvez saiba que nunca poderá de fato se achar, e segue produzindo, ainda sim.

Talvez seja por isso que sempre me inquietou saber por que historiadores escrevem tão pouco sobre si. Por que é tão difícil escrever sobre si sendo historiador? Não por falta de técnicas, nem de modelos narrativos, nem de erudição, e muito menos por falta de fontes ou relatos. Mas porque, talvez, o próprio ofício tenha sido construído sobre uma renúncia silenciosa, a renúncia a reconhecer-se como parte do campo de forças que se descreve. Como se a escrita de si ameaçasse dissolver a autoridade da escrita histórica, como se confessar fosse abdicar do rigor, como se expor-se fosse trair a disciplina. Quero me confessar, para poder fazer-me também história.

²¹¹ Muito escuto hoje, em bancas e conversas, sugestões a pesquisadores de se colocarem no texto, para que esse não seja tão frio quanto o papel que será impresso. Todavia, acredito que pouco baste acrescer o pronome “eu” e verbos em primeira pessoa a fim de “esquentar” a narrativa, melhor seria atear-lhe fogo. Quem no fundo deve importar estar ou não no texto é exatamente quem o produz, por isso mesmo, ainda que não haja nenhuma menção em primeira pessoa, muitos textos são candentes, tanto para quem lê, quanto também para quem escreve.

No platô anterior, procurei pensar o historiar como prática imanente de produção de temporalidades e subjetividades. Ali, a história deixou de ser apenas reconstrução para tornar-se intervenção. Mas esse deslocamento revelou um ponto ainda mais delicado, onde se historiar é produzir modos de existir, então o historiador não ocupa jamais uma posição exterior a esse processo. Mesmo quando se faz calar sobre si, ele se escreve. Não seria, então, toda escrita autobiográfica?

Foi nesse limiar que a escrita começou a exigir de mim outro tipo de atenção. Não mais apenas atenção aos regimes de verdade, às formas de poder ou às arquiteturas temporais da narrativa, mas atenção ao modo como minha própria subjetividade se dobrava no interior do texto. Percebi que havia, na prática historiográfica, um gesto ainda pouco pensado, um gesto em que narrar o tempo e narrar-se no tempo deixavam de ser operações separadas. Algo que não era ainda autobiografia, tampouco ensaio, nem pura reflexão metodológica ou epistemológica, mas uma zona ambígua onde confissão e criação começavam a se tocar.

Talvez seja nesse ponto que a história reencontre, por uma via oblíqua, uma de suas experiências mais antigas, aquela em que escrever não significava afirmar uma identidade, mas expor-se a um processo, aquela em que confessar não era reconhecer um eu estável, mas deixar-se atravessar por uma transformação. Antes que a escrita de si se tornasse técnica de reconhecimento²¹², já existiam narrativas em que o sujeito se desfazia no próprio gesto de dizer e se pensar no mundo.

É nesse interstício, entre historiar e confessar, entre narrar as temporalidades e deixar-se narrar com elas, que começa a delinear-se a necessidade de uma outra operação da escrita histórica. Uma operação ainda sem nome pleno, mas já pressentida como prática micropolítica, como exercício de si, como maneira de resistir às capturas

²¹² Como advém Foucault, no mundo helênico/romano, é possível observar que a constituição dos sujeitos era perpassada por linhas de singularização que não objetivavam a consolidação axiomática da identidade individual, pelo contrário, a singularização se dava a quem da instrução da vida privada, onde o “eu” só pode ser pensado em consonância e imanência com o outro, a partir da função social, por exemplo. Ainda que existisse sim os processos de consolidação da identidade, esse não era o único, como observa Foucault a seguir: “..., pode ocorrer de o individualismo exigir a intensificação dos valores da vida privada; ou, ainda, que a importância atribuída às relações consigo seja associada à exaltação da singularidade individual. Mas esses vínculos não são constantes nem necessários. Encontrar-se-ão sociedades ou grupos sociais – nos quais o indivíduo é chamado a se afirmar em seu próprio valor, por meio das ações que o singularizam e que lhe permitem prevalecer sobre os outros sem que se tenha que atribuir grande importância à sua vida privada ou às relações de si para consigo.” FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3 - o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza Albuquerque, 11ª edição, São Paulo: Paz&Terra, 2024. Pg. 55.

identitárias e às normatividades que atravessam o ofício do historiador. Por isso preciso me confessar, ou pelo menos, aprender como fazê-lo. Lembro que ainda pequeno, em catequese, confessei-me uma vez, e acredito que o padre tenha dormido... Não pela extensão dos meus pecados, que admito ter inventado alguns por pressão de ter algo a dizer diante de Deus, mas porque imagino o quão exaustivo seja ouvir algo que no fundo o outro não queira dizer.

Muito diferente desse contexto, tive contato mais uma vez com o tema da confissão ao ler Santo Agostinho²¹³, que se diga de passagem, é instigante do começo ao fim. Duas confissões que me atravessaram de formas totalmente diferentes, posso afirmar. Na catequese a confissão me afectou com medo, e senso de dever moral, com Agostinho, a confissão afectou como me escrevo na história, e consequentemente, faço dele o primeiro movimento para a finalização dessa dissertação.

Convém esclarecer, desde já, que a leitura aqui mobilizada das Confissões não pretende oferecer uma interpretação histórico-filológica exaustiva de Agostinho, nem reivindicar uma continuidade direta entre a interioridade tardo-antiga e as problemáticas contemporâneas da subjetividade. Trata-se, antes, de uma apropriação situada, consciente de seu caráter anacrônico e produtivo, interessada menos na restituição de um sentido originário do que na ativação de certas virtualidades conceituais capazes de iluminar problemas atuais da escrita de si historiográfica. Nesse sentido, Agostinho não é tomado por mim como precursor necessário da escrita da história de si, sobre a qual me debruçarei, mas sim, como operador crítico, personagem conceitual de meu pensamento em terceira pessoa²¹⁴.

Há escritos que não inauguram um sujeito, mas o colocam em suspensão. Há narrativas que não pretendem revelar uma interioridade estável, mas produzir um campo de relações no qual aquilo que se chama “eu” se torna, pouco a pouco, problema. As Confissões de Agostinho pertencem a essa linhagem rara de textos em que a escrita de si não coincide com a fundação de uma identidade, mas com a abertura de um processo.

²¹³ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis: Vozes, 1992.

²¹⁴ Me aproprio aqui da proposição das personagens conceituais pensadas por Deleuze e Guattari: “Os personagens conceituais são os “heterônimos” do filósofo, e o nome do filósofo, o simples pseudônimo de seus personagens. Eu não sou mais eu, mas uma aptidão do pensamento para se ver e se desenvolver através de um plano que me atravessa em vários lugares. O personagem conceitual nada tem a ver com uma personificação abstrata, um símbolo ou uma alegoria, pois ele vive, ele insiste.”. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Editora 34, 2010. Pg. 86.

Lidas a partir da tradição moderna, elas foram frequentemente tomadas como gesto inaugural da subjetividade confessional ocidental, como momento primeiro da interiorização reflexiva e na individualização posteriormente nas dinâmicas capitalísticas²¹⁵. No entanto, utilizo-me da leitura proposta por Moacyr Novaes²¹⁶, autor que desloca radicalmente esse lugar. Em sua leitura, longe de fundar um sujeito, Agostinho produziria uma interioridade sem identidade, uma escrita em que o eu se desfaz na própria operação narrativa.

Esse deslocamento não é apenas filológico ou historiográfico, ele possui consequências para qualquer reflexão contemporânea sobre a escrita autobiográfica. Pois, se em Agostinho a confissão não se organiza como narrativa narcísica, mas como exercício relacional, então a genealogia moderna da autobiografia precisa ser profundamente reavaliada. Não se trata mais de localizar nas Confissões a origem de um sujeito interior, egóico, mas de reconhecer ali uma prática de si anterior ao lugar do sujeito autocentrado, atravessada por diálogos, endereçamentos e deslocamentos contínuos.

Novaes nos diz: “*a interioridade agostiniana não é a interioridade de um sujeito autônomo, mas a abertura de um campo relacional em que a memória se torna problema, e não fundamento*”²¹⁷. Ao afirmar que a interioridade não se confunde com um sujeito, Novaes rompe com uma leitura teleológica da história da subjetividade, segundo a qual Agostinho apareceria como precursor inevitável da modernidade. Em vez disso, ele propõe pensar a confissão como prática situada, cuja lógica não é a da identidade, mas a da diferença.

Essa relação se estabelece, em primeiro lugar, com Deus, mas não como diálogo entre duas substâncias plenamente constituídas. Trata-se, antes, de um endereçamento que produz simultaneamente aquele que fala e aquele a quem se fala²¹⁸. O eu agostiniano

²¹⁵ Conforme aponta Leonor Arfuch, ao dissertar sobre a tradição confessional e sua relação com a autobiografia moderna: “*Do lado sagrado, a persistência do modelo das Confissões de Santo Agostinho (c. 397) dava por certa sua precedência em relação ao achado de um eu, embora sua preocupação fosse menos a singularidade da vida terrena do que a virtude piedosa da comunidade. Apesar da ênfase outorgada ao trajeto da conversão, apesar da estranheza que reveste em seu próprio tempo histórico a ideia mesma de “subjetividade”, ainda hoje esse modelo continua constituindo, para alguns autores, o paradigma de toda história autobiográfica.*” (ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. Pg. 41.).

²¹⁶ NOVAES, Moacyr; AYRES, Moacyr. Eternidade em Agostinho, interioridade sem sujeito. *Analytica*, v. 9, n. 1, 2005.

²¹⁷ *Ibidem*, 2005. Pg. 47.

²¹⁸ É a partir do livro IX das Confissões que se observa que agostinho deixa de se dedicar a sua autobiografia confessada, e se coloca no lugar da escuta efetivamente, como se o “eu” que antes confessava a outro, agora confessa silenciando a si mesmo, pela escuta.

não preexiste à confissão, ele emerge no próprio gesto de confessar. Como observa Novaes em outro momento, “*o eu não é aqui o ponto de partida da palavra, mas seu efeito sempre provisório*”²¹⁹. Tal formulação encontra ressonância direta na ontologia imanente de Deleuze, para quem o sujeito não precede os processos que o constituem, mas emerge como efeito sempre instável de relações, afetos e devires. Nesse regime, o eu não se afirma como identidade, mas como dobra provisória de um campo de forças em permanente variação, confirmando que a escrita não exprime um sujeito dado, mas participa ativamente de sua produção.

Essa provisoriedade impede qualquer estabilização identitária. O eu que se dirige a Deus já não coincide com o eu lembrado, tampouco com aquele que se projeta no futuro. Sua memória e prospecção são vividas, e se movimentam junto a ele. A narrativa não recompõe uma continuidade biográfica, e expõe uma fratura temporal permanente. Em lugar de uma linha de vida, o que se oferece é um campo de tensões entre memória, desejo e expectativa. O tempo deixa de ser sucessão para tornar-se coexistência.

Essa coexistência temporal constitui um dos traços mais singulares das Confissões. O passado não aparece como depósito de fatos a serem recuperados ou representados, mas como matéria instável, constantemente retrabalhada à luz do acontecimento da escrita. O futuro, por sua vez, não se apresenta como horizonte de realização, porvir, mas como inquietação permanente, devir. Entre ambos, o presente não é ponto fixo, mas intervalo móvel, lugar de passagem e de hesitação. A escrita não narra uma vida, ela produz uma experiência do tempo, sendo a própria vida em movimento.

É nesse ponto que a leitura de Novaes se aproxima da concepção deleuziana de temporalidade imanente. Sem recorrer explicitamente a Deleuze, Novaes mostra que, em Agostinho, o tempo não se organiza segundo a tríplice divisão cronológica, mas como tensão entre diferentes modos de presença. O passado persiste como virtual, o futuro se anuncia como expectativa, o presente se dilata como experiência, fluxo e encontro. A confissão torna-se, assim, exercício de temporalização e subjetivação, produção de um tempo interior que não se deixa reduzir à *Chronos*.

Essa produção temporal está indissociavelmente ligada ao caráter dialógico da escrita. As *Confissões* não são um monólogo introspectivo, mas discurso endereçado, atravessado por interpelações, perguntas e respostas implícitas. “*Trata-se menos de falar*

²¹⁹ NOVAES, Moacyr. As Confissões como elogio do diálogo. *discurso*, v. 49, n. 1, 2019. Pg 31.

*de si do que de falar a alguém”, observa Novaes, “e é nesse endereçamento que o eu se constitui e se desfaz”*²²⁰.

Não há aqui pacto autobiográfico²²¹. Não há promessa de veracidade discursiva, nem coincidência garantida entre autor, narrador e personagem. Há, antes, uma escrita em que o eu se expõe como problema, como questão aberta, como busca incessante de movimento e diferença. A verdade não se apresenta como adequação entre relato e fato, mas como efeito de um processo de transformação e tremores.

Confessar, em Agostinho, não é informar algo a alguém, mas modificar-se. A escrita é parte constitutiva da própria conversão de si em outro. Nesse sentido, a confissão é já prática de si, exercício ontológico e político. Como lembra Foucault, as técnicas de si na Antiguidade tardia, em especial a cristã, não visavam à revelação de uma interioridade, mas à produção de um modo de vida enunciativo:

...a ascese filosófica, a ascese da prática de si na época helenística e romana tem essencialmente por sentido e função assegurar o que chamarei de subjetivação do discurso verdadeiro. Ela faz com que eu mesmo possa sustentar este discurso verdadeiro, ela faz com que me torne o sujeito de enunciação do discurso verdadeiro, ao passo que a ascese cristã, por sua vez, terá sem dúvida uma função completamente diferente: função, é claro, de renúncia a si. (...) que é o momento da confissão, isto é, o momento em que o sujeito objetiva-se a si mesmo em um discurso verdadeiro.²²²

Lida sob essa chave, a confissão agostiniana aparece menos como gênese da subjetividade moderna do que como uma de suas alternativas esquecidas, ou ainda, solapadas.

A dissolução egóica, entretanto, não deve ser confundida com um aniquilamento, como se não existisse mais a possibilidade de falar de um eu, o que se trata aqui é que esse eu não é mais fim, mas meio transicional. Trata-se, antes, de um processo de descentramento contínuo, em que o eu se reconhece atravessado por forças que o excedem e transpassam. A memória não é domínio ou conteúdo, mas inquietação e fluxos nem

²²⁰ NOVAES, Moacyr; AYRES, Moacyr. Eternidade em Agostinho, interioridade sem sujeito. *Analytica*, v. 9, n. 1, 2005. Pg. 34.

²²¹ O pacto autobiográfico, formulado pelo ensaísta francês Philippe Lejeune, teoriza o acordo implícito que se estabelece entre autor e leitor quando um texto se apresenta como autobiografia. Esse pacto baseia-se na identidade entre autor, narrador e personagem, o nome que está na capa é o mesmo que diz “eu” na narrativa e o mesmo cuja vida é contada. LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha, Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

²²² FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros: tradução Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2006. Pg. 400-401. Em Agostinho, segundo a leitura foucaultiana, a enunciação confessional não expressa um sujeito prévio, mas dissolve o eu como autonomia para produzi-lo como sujeito de verdade dependente, instaurando uma subjetivação por desapossamento operacionalizado no endereçamento a Deus.

sempre voluntários. Já o desejo não é propriedade, nem falta e a linguagem não é instrumento, mas campo de risco e experimentação. Em cada uma dessas dimensões, a escrita de si torna-se exercício de exposição, e não de apropriação.

Essa exposição produz um efeito decisivo, impedindo que a narrativa se feche sobre si mesma. Não há conclusão possível para as Confissões. O texto termina, mas o processo que ele desencadeia permanece aberto, tão infinito quanto o Deus a quem ela se endereça. O eu, ao invés de cristalizar, continua em devir. Dessa forma, é possível aferir que a autobiografia contemporânea, tal qual conhecemos, lemos e produzimos, se difere em grau e número. Enquanto esta busca frequentemente recompor uma unidade retrospectiva, dar sentido a uma trajetória, reconciliar passado e presente, a confissão agostiniana mantém a fratura temporal como princípio.

Ela oferece um operador conceitual decisivo para pensar a escrita de si no presente. Pois, se a confissão pode ser concebida como prática relacional e não identitária, como exercício de temporalização e não de retrospectiva, então se torna possível imaginar uma escrita autobiográfica que não reproduza os dispositivos modernos de captura do sujeito. Com isso em mente, vislumbro uma possível linha de fuga que atravessa a tradição autobiográfica e confessional desde suas virtualidades cristãs e que, talvez, possa ser atualizada no interior da historiografia contemporânea.

Não se trata de transportar Agostinho para o presente como modelo rígido, trata-se de sustentar, no interior de um território historicamente distinto, a intuição que ele nos oferece de que a escrita de si não precisa coincidir com a produção de uma identidade narrativa estável, mas pode operar como prática relacional, como exercício de diferenciação e como deslocamento ético.

O problema, entretanto, é que a modernidade instituiu, com notável eficácia, um dispositivo que captura a escrita autobiográfica e a reconduz ao regime da identidade²²³. Não se trata apenas de um gênero literário, mas de um contrato de inteligibilidade, de uma pedagogia do eu e, mais profundamente, de uma tecnologia de subjetivação. Se, em Agostinho, o eu emerge e se desfaz no *endereçamento*²²⁴, na modernidade o eu tende a

²²³ Alguns elementos similares já foram abordados no Platô 8 desse trabalho acerca da consciência histórica.

²²⁴ Em Novaes (2019), o endereçamento constitui o verdadeiro núcleo operativo da confissão agostiniana, não como simples escolha retórica, mas como gesto enunciativo fundador de uma ontologia do sujeito descentrado. Ao dirigir sua palavra a Deus, o eu não se recolhe numa interioridade reflexiva, instaurando uma cena na qual a subjetividade só se torna concebível na medida em que se orienta para uma alteridade absoluta. O endereçamento rompe, assim, o paradigma clássico da introspecção. Não é pelo retorno a si que

estabilizar-se como fundamento do sentido, da coerência e da verdade, substância a priori que dita o movimento pelo método, vide Descartes²²⁵. É precisamente essa estabilização que a teoria do “pacto autobiográfico” de Philippe Lejeune cristaliza e reforça.

Lejeune define a autobiografia como narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando enfatiza a vida individual e, em particular, a história de sua personalidade²²⁶. O ponto decisivo, contudo, está menos nessa definição geral do que no dispositivo que a sustenta. Sustenta, pois, a garantia de identidade entre autor, narrador e personagem, corroborada pela assinatura e pela promessa de veracidade. O pacto é, assim, a condição de possibilidade do gênero, instituindo uma expectativa de transparência e uma obrigação de coerência.

Essa expectativa reorganiza a temporalidade, a memória e o desejo sob o regime da unidade. A autobiografia moderna, vide a leitura lejeuniana transforma o tempo em narrativa orientada, e a narrativa, em ferramenta de reconhecimento e autoridade. Ao prometer verdade, ela promete também identidade. E ao prometer identidade, ela produz um sujeito individual.

É nesse ponto que a discussão entre individualização e singularização²²⁷ retorna impreterivelmente. A autobiografia pactuada é uma máquina de individualização, pois ela recolhe fluxos dispersos e os reorganiza em forma-eu; seleciona intensidades e as converte em traços de personalidade, captura devires e os codifica em repetições do mesmo. Ela não descreve um indivíduo já dado, ao contrário, ela o fabrica como efeito narrativo. No limite, ela opera como um microdispositivo de normalização, produzindo um sujeito reconhecível e, por isso, governável. Nessa linha de raciocínio, o encontro com a produção de Judith Butler se faz imprescindível novamente. Há um rico encontro com a perspectiva da autora tanto pelo entendimento de que não há sujeito essencial, quanto também pela importância do campo enunciativo-normativo que o circunda. Isso se dá, na

o sujeito se conhece, mas pela exposição de si a um Outro. Desse outro, por sua vez, não se busca resposta ou confirmação. Falar de si torna-se inseparável de abdicar de si como origem, pois o eu só emerge como efeito de uma palavra que já não lhe pertence, mas que se constitui sob a assimetria radical de uma instância silenciosa e irrepresentável. Nesse regime, a identidade não se funda na reflexividade, mas na heteroafecção, enquanto uma tecnologia ontológica de desapropriação e produção de si.

²²⁵ FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros: tradução Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2006. Pg. 559-560.

²²⁶ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha, Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pg.14.

²²⁷ Ver Platô 6 deste trabalho.

perspectiva de Butler, pelo agenciamento do reconhecimento que a esfera social demanda, uma vez que o reconhecimento parte das relações de força e da norma na qual o sujeito é transpassado, eis, pois, o caráter da captura pelo processo enunciativo:

Em certo sentido, submeto-me a uma norma de reconhecimento quando lhe ofereço reconhecimento, o que significa que o "eu" não está oferecendo esse reconhecimento a partir de seus próprios recursos privados. De fato, parece que o "eu" está sujeito à norma no momento em que faz tal oferta, de modo que o "eu" se torna um instrumento da agência dessa norma. Assim, o "eu" parece invariavelmente usado pela norma na medida em que o "eu" tenta usar a norma. Embora eu pensasse que tinha uma relação com "você", percebo que estou presa em uma luta contra as normas. Mas será que eu não estaria nessa luta se não fosse pelo desejo de lhe oferecer reconhecimento? ²²⁸

Essa função não se restringe ao campo literário, como já suscitado. Ela atravessa práticas acadêmicas, memoriais institucionais, narrativas de carreira e, de modo particularmente relevante, certos modos contemporâneos de práticas da ego-história²²⁹. Mesmo quando críticas, essas narrativas frequentemente reproduzem o regime pactuado, ressaltando a linearidade, coerência, transparência e assinatura. O ego-historiador escreve-se como trajetória, e a trajetória torna-se evidência de legitimidade.

Mas se o pacto autobiográfico institui um regime de captura, como pensar uma escrita de si que recuse a identidade sem cair na dissolução indiferenciada? Como produzir um gesto autobiográfico que não se converta em exercício de individualização, mas opere, ao contrário, como singularização? É aqui que a leitura de Leonor Arfuch se torna decisiva.

Arfuch desloca a questão biográfica de modo mais sutil do que uma simples oposição ao pacto. Em vez de rejeitar a autobiografia como tal, ela propõe compreender o “espaço biográfico” como campo heterogêneo, atravessado por múltiplos gêneros, registros e posições enunciativas. Segundo a autora argentina, “*O biográfico — longe de ser espelho de uma interioridade — constitui uma cena discursiva onde se articulam memória, ficção, testemunho, história, autobiografia e biografia*”²³⁰.

²²⁸ BUTLER, Judith. *Giving an account of oneself*. Nova York: Fordham University Press, 2005. Pg. 25-26. Tradução nossa do inglês.

²²⁹ A ego-história surge em meados dos anos de 1980 com a proposta de explorar a escrita autobiográfica dos historiadores franceses, trazendo consigo relevância para a temática dentro da historiografia. Todavia, tal empreitada foi mal-recebida, e hoje é pouco pesquisada e conhecida na historiografia contemporânea, ainda que os “ego-documentos” tenham ganhado destaque posteriormente, principalmente com a crescente dos estudos da memória e os estudos biográficos.

²³⁰ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. Pg. 57.

Segundo a autora, o que definiria o fazer (auto)biográfico não é mais a garantia de identidade, mas a construção de uma cena. Não é mais a promessa de transparência, mas a composição de um lugar enunciativo. O eu deixa de ser substância para tornar-se posição instável, negociada, atravessada por discursos e expectativas simultâneas. Em vez de uma ontologia do sujeito, Arfuch propõe uma pragmática da enunciação e seus agenciamentos.

Nesse sentido, seu trabalho permite criticar o pacto autobiográfico lejeuniano não apenas por suas pretensões de verdade, mas por sua redução da escrita de si à unidade identitária. Ao insistir no “lugar” biográfico, Arfuch indica que o eu se produz na e pela linguagem, numa dinâmica de exposição e negociação. A escrita de si não seria, portanto, revelação de uma interioridade prévia, mas produção discursiva situada, assim como apontou Novaes acerca da confissão agostiniana anteriormente.

Contudo, essa crítica não desemboca numa celebração indiferenciada da ficção, como se essa se confundisse com o irreal. Arfuch enfatiza a dimensão ética do testemunho, do relato e da memória. Trata-se de reconhecer a constituição discursiva do eu sem abandonar a responsabilidade do dizer. Nesse ponto, sua posição se aproxima de uma ética cartográfica²³¹, traçando linhas que explorem com atenção os efeitos subjetivos e políticos das narrativas ao passo que são produzidas. Se a escrita de si aqui se faz cena, montagem, ela o faz em relação ao diagrama de poder e das subjetividades que as circundam. Eis, pois, a necessidade de se pensar na micropolítica dos regimes de captura que atravessam o gesto autobiográfico, para que não recaia nem ao pacto identitário, nem a movimentos discursivos microfascistas.

Em ambos, Novaes e Erfuch, a escrita de si não se funda na identidade, mas na relação. Em Agostinho, relação com o outro absoluto, e em Arfuch, relação com um campo discursivo-enunciativo, com uma alteridade social que atravessa toda e qualquer enunciação²³². Em ambos, a interioridade não é essência, mas efeito de tensão. O eu não é origem, mas dobra e encontro imanente.

²³¹ Ler Platô 7-III deste trabalho.

²³² Tal afirmação também é evidenciada por Félix Guattari, ao escrever sobre Foucault em: “*De fato, jamais devemos esquecer que Michel Foucault se propôs a dismantlar, de todas as maneiras possíveis, a falsa evidência da individualização da subjetividade. Já mencionei a função subjugadora da individualização social — o que ele chama de “governo pela individualização”, (...) de modo mais geral, devemos considerar que não existe enunciado — no sentido foucaultiano — que seja livre, neutro e independente. Todos os enunciados são sempre parte integrante de um jogo associativo; são sempre definidos dentro de um campo enunciativo*”. Do original em francês: “*Il ne faut jamais oublier, en effet, que Michel Foucault a entrepris*

Há, contudo, uma diferença crucial que preciso destacar aqui. Enquanto Agostinho opera um endereçamento que dissolve o eu na relação, Arfuch descreve um espaço biográfico que, apesar de heterogêneo, ainda pode ser reabsorvido por regimes de reconhecimento. O risco, pensando nos tempos em que escrevo, é que a multiplicidade de gêneros e registros não desfaça necessariamente a captura identitária, mas a reconfigure sob formas mais sutis, por exemplo pela autenticidade performativa, intimidade midiática, exposição calculada. Vivemos, paradoxalmente, num mundo hiperautobiográfico, onde cada momento da vida é exposto em redes sociais, cada encontro tem por fim o registro digital, cada existência é algoritmizada.

É precisamente esse risco que atravessa a cultura contemporânea do eu. O biográfico tornou-se uma forma privilegiada de circulação simbólica, com autobiografias, entrevistas, testemunhos, redes sociais, narrativas confessionais sensacionalistas. A interioridade tornou-se mercadoria. A singularidade tornou-se marca. O eu tornou-se produto.

Nesse contexto, a crítica ao pacto autobiográfico não pode ser apenas formal, ela precisa ser micropolítica. Não basta afirmar que o pacto é insuficiente, é preciso identificar as máquinas de captura que operam através dele, e através de suas supostas transgressões, pois até mesmo os regimes de historicidade, ou seja, a forma como socialmente produzimos e pensamos a história, tornaram-se potenciais tecnologias de captura da diferença, sendo essa a mais cobiçada de ser governada.

É aqui que o problema da subjetividade histórica se torna novamente central. A diferença entre individualização e singularização historiográfica não é apenas uma função descritiva, ela auxilia entender dois regimes de produção de subjetividades e historicização. Se a escrita de si contemporânea tende a ser capturada como individualização, seja pelo pacto autobiográfico, seja por suas versões midiáticas e acadêmicas²³³, o desafio é pensar uma escrita que opere como singularização, cujo foco central aqui é o ofício dos historiadores.

de démanteler de toutes les manières possibles la fausse évidence de l'individuation de la subjectivité. J'ai déjà évoqué la fonction assujettissante de l'individuation sociale' - ce qu'il appelle le gouvernement par individuation, (...) D'une façon plus générale, on doit considérer qu'il n'existe pas d'énoncé - au sens foucauldien - qui soit libre, neutre et indépendant. Tous sont toujours partie intégrante d'un jeu associatif; ils se découpent toujours au sein d'un champ énonciatif. GUATTARI, Félix. 1980-1985: *Les Années d'Hiver*. Paris: Bernard Barrault Ed., 1986. Pg. 219. (Tradução em português nossa)

²³³ As histórias orais e as histórias públicas não estão isentas dessa análise, e ainda que não seja meu foco dissertar sobre tal relação no momento, não posso deixar de trazê-las aqui como inquietações necessárias.

Erfuch destaca precisamente esse cruzamento crescente entre os dispositivos autobiográficos neoliberais e o lugar do eu-historiador dentro de seu ofício:

Efetivamente, cada vez interessa mais a (típica) biografia de notáveis e famosos ou sua “vivência” captada no instante; há um indubitável retorno do autor, que inclui não somente uma ânsia de detalhes de sua vida, mas os “bastidores” de sua criação; multiplicam-se as entrevistas “qualitativas” que vão atrás da palavra do ator social; persegue-se a confissão antropológica ou o testemunho do “informante-chave”. Mas não apenas isso: assistimos a exercícios de “ego-história”, a um auge de autobiografias intelectuais, à narração autorreferente da experiência teórica e à autobiografia como matéria da própria pesquisa, sem contar a paixão pelos diários íntimos de filósofos, poetas, cientistas, intelectuais. E, é preciso dizê-lo, às vezes não há muita diferença de tom entre esses exercícios de intimidade e a intrusão nas vidas célebres ou comuns com as quais nos depara diariamente a televisão.²³⁴

Retroajamos, por um momento, para um primeiro²³⁵ movimento formal dentro da historiografia, a fim de explorar mais sobre o lugar e o fazer do eu na produção da história hoje. É com a proposta da ego-história que observamos uma organização inicial desse caminho, e desde já, destaco-a como uma introjeção bem-sucedida dos dispositivos de captura narcísica dentro dos regimes narrativo-históriográficos contemporâneos.

O campo da ego-história não é homogêneo e nele se encontram experiências que escapam parcialmente aos dispositivos aqui diagnosticados. Certas escritas de si historiográficas²³⁶ lograram, de fato, problematizar identidades, expor fraturas e resistir à narrativa de carreira, produzindo exercícios reflexivos de alta densidade crítica e dialógica. A crítica aqui formulada não se dirige, portanto, a uma totalidade indiferenciada, mas ao regime dominante de institucionalização da ego-história e às tendências normativas que, majoritariamente, passaram a organizá-la, assim como a influenciar as proposições teóricas adjacentes na disciplina.

Quando Pierre Nora propôs, no final da década de 1980, que historiadores escrevessem suas próprias trajetórias intelectuais, o gesto possuía inequívoca força

²³⁴ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. Pg. 60-61.

²³⁵ Inicial aqui somente no sentido de uma sistematização plena, na reunião por parte de diversos historiadores sob um campo nomeado e experimentado teórico e metodologicamente.

²³⁶ Destaco novamente, para fins de exemplo, a importância dos escritos de Lauri Silva, como caso de escrita de si singular, ainda que não necessariamente se coloque dentro dos enunciados da ego-história. SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)*. Tese em História. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

experimental²³⁷. Tratava-se de romper, em vias de fato, com a ilusão ainda presente de apagamento do historiador de sua escrita intelectual, de tornar explícitas as condições sociais, políticas e afetivas da produção historiográfica, de reinscrever o historiador no campo que ele próprio analisava, tornando-se um problema epistemológico e metodológico.

A esse movimento somou-se, pouco depois, o interesse renovado pelos chamados ego-documentos, como diários, cartas, memórias, autobiografias, relatos de experiência. Esses materiais passaram a ser considerados não apenas fontes auxiliares, mas objetos centrais para compreender processos de subjetivação, regimes memoriais e formas históricas de experiência.

Esses dois movimentos, da ego-história e dos ego-documentos, permitiram explorar a historicidade da memória, a construção narrativa da identidade, a relação entre vida e obra, entre engajamento e interpretação. Nesse sentido, a ego-narrativa inaugurou um campo fértil de problematização que ampliou significativamente o horizonte da teoria da história, tendo no Brasil uma forte ressonância nos estudos da redemocratização, e no desenvolvimento profundo das teorias da história oral e história pública.

No entanto, como todo experimento situado em um campo saturado de dispositivos, a ego-história rapidamente encontrou seus próprios limites, assim como críticos ferrenhos do “subjetivismo” de tal proposta²³⁸. Pois, ao mesmo tempo em que pretendia desnaturalizar o sujeito historiador, ela frequentemente terminava por reinscrevê-lo em um regime narrativo orientador, também em diálogo com os desenvolvimentos teóricos da própria consciência histórica²³⁹.

A maior parte das produções ego-históricas, tanto no livro de Nora, quanto nas produções posteriores, acabou por organizar-se segundo uma temporalidade progressiva, orientada por etapas, superações e amadurecimentos. A formação aparecia como um percurso linear, com conflitos e obstáculos vencidos, e desvios como prelúdios de

²³⁷ NORA, Pierre (*orgs.*). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

²³⁸ Tal resistência já havia sido posta anteriormente a ego-história, como no caso da psichistória norte-americana, acusada por parte considerável da historiografia de sua época de articular um psicologismo psicanalítico exacerbado transposto aos métodos históricos, sendo assim uma proposta perigosa e falha aos interesses da “rigoriedade” historiográfica. Um de seus mais severos críticos foi o historiador David Stannard, que considerou as práticas psichistóricas reducionistas e pouco confiáveis pela escassez documental envolvida e excessos de teorização especulativa fundada na análise do trauma psicanalítico. STANNARD, David. *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*. Oxford University Press, 1980.

²³⁹ Ver platô 8 deste trabalho.

escolhas necessárias. O resultado era uma narrativa de carreira que justificava a identidade e coerência intelectual do autor, consolidava sob a forma de trajetória exemplar.

Esse efeito decorre diretamente da permanência, no interior da ego-história, do dispositivo pactuado analisado no primeiro momento desse platô. Mesmo quando crítica, a ego-história tende a manter a identidade entre autor, narrador e personagem, a promessa de veracidade referencial e a coerência retrospectiva. É nesse ponto que a ego-história começa a revelar seu caráter ambíguo. Ao mesmo tempo em que desnaturaliza o sujeito historiador, ela o reconstrói como personagem privilegiado da narrativa histórica. Ao mesmo tempo em que expõe condicionamentos, ela produz legitimidades e autoridade incontestável de si.

Essa autoridade torna-se argumento duplo, pois se por um lado, é resultado de método como qualquer outra narrativa história, e a fonte analisada é justamente ligada a quem a escreve, e não há, geralmente, melhor álibi que si mesmo, em confissão. *Confessio est regina probationum*²⁴⁰. A escrita de si, assim, corre o risco de converter-se em dispositivo de consagração do fato.

Esse risco torna-se ainda mais visível quando se observa o modo como a ego-história foi progressivamente assimilada pelas práticas institucionais. Memoriais acadêmicos, relatos de carreira, narrativas de formação passaram a constituir gêneros normativos, exigidos em concursos, avaliações, promoções e aposentadorias. O que havia começado como gesto crítico transformou-se em rito burocrático. A escrita de si converteu-se em tecnologia de governo certificada. Em um contexto marcado pela proliferação de narrativas concorrentes, revisionismos distorcidos, pelo anti-intelectualismo e pela forte propagação efetiva de difamações e *fake news*, a autoridade da experiência e a redução de todo diagrama subjetivo nos meandres da identidade tendem a tornar-se argumentos de dois gumes.

Se toda escrita de si, dentro e fora do meio acadêmico, reivindicar-se como verdadeira, como enfrentar narrativas negacionistas que se apresentam como relatos pessoais, memórias familiares ou experiências vividas? A posição de nós, pesquisadores das humanidades, em justificar tais processos pelas fontes e rigor teórico já quase não tem adesão no outro extremo da bipolaridade política em que nos encontramos, e no lugar dessa brecha, o capital simbólico subjetivo neoliberal faz seu trabalho, e o faz muito bem,

²⁴⁰ Antiga máxima jurídica: “A confissão é a rainha das provas”.

como por exemplo no caso da Brasil Paralelo²⁴¹. Eis o esforço aqui de buscar outro território para travar essa luta, que julgo encontrar-se no campo micropolítico, em especial, relativo às práticas e escritas de si.

Se essa disputa, em hipótese, reside no plano micropolítico, então convém retornar aos debates anteriores acerca da confissão e da autobiografia, não mais apenas como formas literárias ou práticas espirituais, mas como tecnologias históricas de produção de sujeitos. Como mostrou Arfuch, o espaço biográfico não constitui um território de expressão transparente da interioridade, mas uma cena relacional, atravessada por regimes de reconhecimento, dispositivos de legitimação e economias afetivas que excedem amplamente a intenção daquele que escreve²⁴². A escrita de si poderia, então, ser considerada uma cena de endereçamento autoficcional. O eu não se impõe por evidência, mas por adesão e criação. Ele se torna crível não porque demonstra provável, mas porque mobiliza regimes de identificação e diferença.

É exatamente nesse ponto que a questão retorna, com toda sua acuidade, na função político-social do historiador. Pois, o negacionismo contemporâneo não opera prioritariamente contra o método, mas contra os próprios regimes de credibilidade. Ele não precisa refutar documentos, basta-lhe deslocar a cena de veridicção para o terreno da experiência, do ressentimento, da pertença²⁴³. Ele faz da autobiografia uma arma e da confissão uma estratégia de blindagem: “eu vivi”, “eu sei”, “eu sinto”, “eu sofri” tornam-se argumentos soberanos, imunes à discordância factual, porque inscritos no registro de uma subjetividade que se pretende irrefutável e moralista. O pacto autobiográfico, aqui,

²⁴¹ AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, 2021.

²⁴² “É a consciência do caráter paradoxal da autobiografia – sobretudo dos escritores –, a admissão da divergência constitutiva entre vida e escrita, entre o eu e o “outro eu”, a renúncia ao desdobramento canônico de acontecimentos, temporalidades e vivências, bem como a dessacralização da própria figura do autor, que não se considera já no “altar” das vidas consagradas, o que permite ultrapassar, cada vez com maior frequência em nossa atualidade, o umbral da “autenticidade” em direção às variadas formas da autoficção.”. ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010. Pg. 137.

²⁴³ Arthur Avila aponta diretamente tal movimento não intuitivo: “...é necessário recordarmos que negacionistas, soft ou não, rejeitam o relativismo de que são acusados; pelo contrário, suas concepções de “verdade histórica” são calcadas em um anseio objetivista que não é de todo diferente daquele da ortodoxia disciplinar, isto é, não admitem que possam existir inúmeras representações dos fenômenos pretéritos, todas igualmente plausíveis (se, repitamos, cumpridos os protocolos de respeito às evidências e à responsabilidade teórica-conceitual)”. AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, 2021. Pg. 176.

deixa de ser um dispositivo literário e se converte em tecnologia política, na forma de projeto de governo do passado e dos outros.

A micropolítica, como tenho buscado defender nesse trabalho, se impõe então como chave decisiva, precisamente porque permite deslocar o problema da oposição entre fato e mentira para o campo da produção de sujeitos capazes de dizer o verdadeiro, ou ainda, dizerem sobre si.

O negacionismo, em consonância plena à maquinaria neoliberal, produz fluxos de subjetivação micropolíticos por meio da individuação massiva, articulando usos distorcidos do passado a fim de consolidar sua identificação e posicionamento “justificado” moralmente. Nesse regime subjetivo, a escrita de si pactuada torna-se arma fundamental de restrição afetiva, uma vez que vincula tanto os processos egóicos da individuação como também a consolidação de identitarismos maiores, como por exemplo o nacionalismo exacerbado, discursos religiosos inflamados e afiliações pela negação do diferente e da diferença²⁴⁴.

Se a micropolítica se impõe como possibilidade para enfrentar os impasses contemporâneos da escrita histórica, é porque ela não se reduz nem a uma teoria do poder, nem a uma metodologia da história em escala reduzida, microhistórica, nem a uma simples ética da resistência individual. Ela é, ao mesmo tempo, uma cartografia dos fluxos de subjetivação²⁴⁵ e uma prática situada de intervenção nesses mesmos fluxos a partir da composição de um plano de afecção enunciativa.

Cartográfica, porque busca compor tensões e tremores a partir dos modos pelos quais sujeitos são produzidos, capturados, normalizados e reconhecidos nos regimes contemporâneos de verdade e subjetividade, e prática, porque não permite ao “autor” isentar-se de sua própria inscrição nesses processos. Não há micropolítica sem implicação

²⁴⁴ Acerca do bolsonarismo no Brasil, é possível destacar a construção indissociável entre estética e política, como aponta Alisso Moraes: “A análise estética expôs como o bolsonarismo manipula símbolos e narrativas para consolidar o poder político e desestabilizar o espaço democrático. A retórica agressiva sufoca o debate público ao promover o antagonismo como norma, enquanto o patriotismo exacerbado reforça a ideia de uma nação idealizada, definida pela exclusão de diferenças. A religiosidade, por sua vez, transcende a esfera espiritual e assume um papel central na legitimação moral do movimento, conectando-o a uma suposta missão divina. (...) O bolsonarismo se vale, pois, do arcabouço estético como uma poderosa ferramenta política, manipulando elementos visuais e discursivos para construir uma identidade coletiva monolítica que mobiliza a base social.” MORAES, Alisso Diego Batista. Bolsonarismo: perspectivas estéticas e morais na configuração da extrema direita brasileira. *Instante*, v. 7, n. 1, 2025. Pg. 73.

²⁴⁵ Ver platôs 7-II e 7-III deste trabalho.

e afeto, assim como não há análise dos dispositivos de subjetivação que não implique, necessariamente, uma análise de si.

O próprio desejo do historiador tremula as máquinas que descreve, e até a ausência de desejo é já um tipo de tremor, ainda não atualizado. Mesmo quando silencioso sobre si, ele é produzido por esses diagramas e virtualidades. Se admito meu incomodo, de dentro da historiografia, de não encontrar um território propício para escrever sobre mim mesmo, fora do pacto, há aí meu tremor, não menos real, não menos virtual e singular. Confessar-me, foi dar o primeiro passo em direção ao deserto produtor.

Eis, pois, que a micropolítica se torna simultaneamente uma disposição histórica e ética. Não oferecendo um lugar seguro de exterioridade, mas sim, um regime de atenção: atenção às dobras da memória, às economias do afeto, às gramáticas do reconhecimento, às maquinarias desejantes e neurotípicas da historiografia, e ao regime de historicidade e conscientização histórica da qual aqui fabulo.

Nada disso, contudo, implica diminuir a necessidade das fontes e documentações, caras para os historiadores, nem relativizar o papel decisivo do discurso historiográfico enquanto produtor de saber-poder. Ao contrário, é precisamente porque a pesquisa, a escrita e o pensamento histórico permanecem como diretrizes dialógicas incontornáveis que a questão se torna ainda mais urgente e cara ao plano social e a seu agenciamento coletivo. Isso, pois, faz-se preciso interrogar como o passado pode ainda tornar-se um devir.

Entre a preservação e difusão do acesso à outras virtualidades, e a produção de novas cenas e agenciamentos de suas atualizações, a função social dos historiadores ganha novo folego e território, abrindo-se para um campo indeterminado de possibilidades de usos do passado de forma ética e diversa.

É nesse ponto que se torna possível reunir, num mesmo gesto conceitual, os fios que atravessaram todo este platô. Da confissão agostiniana, via Novaes, o endereçamento como operador de descentramento; de Arfuch, a autobiografia como recusa da identidade a caminho de novas cenas de si; da micropolítica, a exigência de pensar simultaneamente os fluxos históricos e os modos de subjetivação que os tornam operantes. A escrita de si historiadora aparece então como lugar privilegiado de articulação entre análise e prática, entre cartografia e ética, entre produção de saber e produção de modos de existir, de si e dos outros.

Conceituo tal operação como *conficção*.

Não como síntese entre confissão e ficção, mas como campo de tensão entre ambas. Não como licença literária, mas como método rigoroso de produção de verdade situada e enunciada. Não como abandono das fontes, mas como trabalho em seus interstícios. Não como autobiografia pactuada, mas como prática de singularização. Não como identificação, mas como devir.

A *conficção* designa, assim, uma operação de escrita historiadora na qual o sujeito não se narra para reconhecer-se, mas se escreve para deslocar sua historicidade, na qual o passado não se reconstrói para confirmar, mas para inquietar e fazer tremer, na qual a verdade não se afirmar como evidência, mas se produz como um verdadeiro possível a partir da experiência cartográfica ética e afetiva de deslocamento de quem a produz.

A consequência desse deslocamento é ainda mais radical quando se pensa o problema do estilo. Pois, se o estilo não é propriedade de um sujeito, mas efeito de um agenciamento, então escrever história não é apenas escolher um tom ou uma forma, mas participar de uma política da linguagem. O estilo torna-se índice das forças que atravessam a escrita, ele revela os regimes de prova, as economias do afeto, as posições institucionais, os modos de subjetivação que operam silenciosamente no discurso. Nesse sentido, a escrita historiográfica é sempre já tomada numa disputa micropolítica sobre quem pode falar, em nome de quem, com que autoridade e para produzir quais efeitos de realidade.

É aqui que a aproximação com a noção de “literatura menor” se torna decisiva para pensar a *conficção*. Em *Kafka. Por uma literatura menor*²⁴⁶, Deleuze e Guattari descrevem a literatura menor não como produção marginal, mas como prática política da linguagem, caracterizada por três traços fundamentais: a desterritorialização da língua, a ligação imediata do individual com o político e o caráter coletivo da enunciação. Escrever em regime menor não significa falar de si, como uma redução da escala, mas falar a partir de um lugar instável, onde a língua se torna campo de experimentação e a voz singular se converte em operador coletivo. A literatura menor não representa e nem identifica, ela fabrica condições de enunciação capazes de evocar outros tremores, ainda em devir.

²⁴⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

Pensada nesse registro, a conficção pode ser compreendida como uma prática menor da escrita historiográfica. Uma escrita que desterritorializa a língua disciplinar, que recusa a estabilidade dos gêneros consagrados, que liga imediatamente a posição singular do historiador às disputas políticas do presente, e que transforma a enunciação em acontecimento coletivo. Ao articular confissão endereçada à diferença e ficcionalidade autobiográfica não pactuada, a conficção não busca fundar uma voz própria, mas compor um agenciamento no qual falam simultaneamente o arquivo, os mortos, a ecologia, os silêncios, os afetos e as lutas contemporâneas em torno dos regimes de atualização das virtualidades.

Proponho designar por conficção uma operação historiográfica específica, definida como um método de composição narrativa e enunciativa no qual a escrita articula, de modo indissociável, quatro instâncias coextensivas: *cartografia*, *endereçamento*, *montagem e singularização*. A conficção constitui um regime situado de produção de discurso histórico, no qual a análise documental, a prática de subjetivação e a política da enunciação se integram numa mesma operação crítica e imanente. Explicitemos cada um dos recortes operacionais:

Cartografar, no interior da conficção, não é levantar um mapa do objeto como quem o encerra numa superfície já conhecida, mas criar as condições para que um campo de forças se torne habitável. O historiador começa, muitas vezes, não por uma hipótese clara, mas por uma inquietação sem nome²⁴⁷, um atrito com o arquivo, um conceito que não se encaixa, um silêncio que insiste, uma memória soluçante confrontada. A cartografia nasce aí, nesse primeiro contato em que o documento deixa de ser apenas evidência e passa a funcionar como vetor de encontro. Ele puxa o pensamento, desloca o olhar, exige uma pergunta que ainda não sabe formular-se. O plano de imanência não é dado, ele se anuncia como disposição, como (des)orientação do pensamento, como meio no qual a escrita poderá existir²⁴⁸.

²⁴⁷ Conheci, com maior frequência que esperava conhecer em meus encontros institucionais, pesquisadores que já tinham a “resposta” de suas pesquisas antes mesmo de começar de fato fazê-la. Não se tratando de hipótese ou tese, mas sim de confirmação prática de uma teleologia disciplinada.

²⁴⁸ É nesse sentido que Deleuze e Guattari definem o plano de imanência não como objeto de representação, mas como condição interna do próprio pensar. “O plano de imanência não é um conceito nem o conjunto dos conceitos. Ele é o meio indivisível no qual os conceitos se distribuem, o horizonte no qual se movem, a imagem do pensamento que orienta sua criação.” DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992. Pg. 38.

Essa formulação compõe a maquinaria da prática cartográfica da confecção. Construir um plano de imanência historiográfico não é escolher um tema ou delimitar um recorte, mas instaurar um meio de pensamento no qual documentos, perguntas, afetos e hipóteses possam circular sem serem imediatamente subordinados a um esquema explicativo fechado. O plano não precede a pesquisa, ele se produz nela, à medida que o historiador aprende a ser afetado pelo campo, e ele sempre o é, mesmo que não saiba, a reconhecer suas linhas de força, a sustentar suas tensões sem resolvê-las prematuramente. Cartografa, pois produz novos desejos acerca do que encontra em seu caminho.

Ao cartografar, constrói simultaneamente limiares territoriais de seus “objetos”, zonas de interdição, toque e partilha, sem ter por intenção catalogá-los. O historiador faz coexistir documentos heterogêneos, junta materiais que a classificação acadêmica separaria, experimenta vizinhanças improváveis e linhas transversais que geralmente são irrisórias às grandes questões-problema. É assim que o arquivo deixa de ser arcabouço que comprova o argumento e se torna meio para seu movimento pleno, em um espaço de circulação de intensidades, onde as séries se cruzam, se interrompem, se dobram. Nesse momento, os silêncios ganham estatuto decisivo. Não como simples faltas, mas como efeitos estruturais de poder e de seleção. O plano de imanência se constrói tanto pelo que aparece quanto pelo que foi impedido de aparecer.

É justamente aqui que a noção deleuziana de virtualidade se torna ferramenta conceitual e operatória para a confecção. Virtual não é o irreal, mas o real em estado de potência, aquilo que existe plenamente, ainda que não esteja atualizado. Deleuze afirma, *“O virtual não se opõe ao real, mas apenas ao atual. O virtual é plenamente real enquanto virtual. (...) Atualizar é diferenciar, é fazer passar para a existência uma multiplicidade de relações diferenciais e de singularidades.”*²⁴⁹.

As virtualidades do arquivo não são lacunas a serem preenchidas por imaginação livre, mas potências reais inscritas no campo documental: relações interrompidas, afetos apenas insinuados, gestos descritos de passagem, marcas de (des)uso, categorias morais emergentes, repetições burocráticas mecânicas, e suas falhas “humanas”. Cada traço funciona como singularidade em estado virtual, pedindo não sua inquisição, mas atualização. Atualizar, nesse regime, não é acrescentar um suplemento ficcional, mas

²⁴⁹ DELEUZE, Gilles. “O atual e o virtual”. In: DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998. Pg. 179.

diferenciar, fazer emergir, a partir das relações já inscritas no campo, uma nova configuração de sentido que o arquivo continha sem jamais ter explicitado plenamente.

O plano de imanência se consolida quando o historiador aprende a sustentar esse campo de virtualidades sem fechá-lo nem dissolvê-lo. Isso exige um trabalho lento de variação de escalas, de deslocamento de cortes, de experimentação de séries, de aproximação entre tempos heterogêneos, de tornar-se contemporâneo²⁵⁰. O método já não é aplicação de regra, mas a composição de um regime de atenção às forças que insistem, aos pontos de densidade, às zonas de silêncio, às linhas de fuga que atravessam o arquivo e também ao historiador.

É somente nesse plano cuidadosamente confeccionado que a atualização pode operar com rigor. Atualizar uma virtualidade não significa preencher uma ausência, mas fazer existir uma relação latente para dar consistência histórica a um modo de existir que deixou vestígios dispersos. A cartografia garante que essa atualização permaneça imanente ao campo, que ela não salte para fora do arquivo como disposição meramente hermenêutica, mas se produza a partir de suas próprias tensões de contato.

Nesse sentido, a cartografia não é apenas o início do processo, mas sua vigilância permanente, sendo também um devir-animal do historiador²⁵¹. Ela acompanha a montagem, orienta o endereçamento, condiciona a singularização. É nela que a escrita encontra seu chão e, ao mesmo tempo, seu horizonte atual. É nessa configuração que ao conficcinar, já se produz antes de falar, tal qual o processo de escuta na confissão agostiniana, aprendendo a compor o campo onde algo poderá, enfim, produzir enunciações.

Se a cartografia fabrica o plano no qual a escrita poderá existir, é no endereçamento que esse plano se enuncia. Endereçar-se não é um gesto posterior à pesquisa, mas uma operação que atravessa desde o início o próprio modo de recortar,

²⁵⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argus, 2010.

²⁵¹ Em Deleuze e Guattari, o devir-animal não designa a imitação de uma forma viva nem a regressão a uma natureza originária, mas uma operação micropolítica de deslocamento contínuo do sujeito em relação às formas estáveis que o capturam. É nesse sentido que o devir-animal implica uma vigilância permanente: não a vigilância disciplinar que normaliza, mas uma vigilância imanente sobre os próprios processos de subjetivação, capaz de detectar onde o eu se endurece, onde a linguagem se territorializa, onde o pensamento se acomoda. Devir-animal é manter-se em estado de sensibilidade extrema às variações, aos sinais de captura e às microfixações que anunciam a formação de um novo sujeito estável, exercitando uma ética da atenção que impede o fechamento da experiência e mantém aberto o campo dos possíveis. DELEUZE; GUATTARI, *Mil Platôs*, v. 4, São Paulo: Editora 34, 1997. Pg. 16.

selecionar, aproximar e sustentar o campo, sendo também uma das ferramentas de sua ataulização. Ao escolher o que fazer aparecer e o que deixar em suspensão, o historiador já decide, a quem se dirige, em nome de quem fala e sob quais condições sua escrita pretende tornar-se crível. A enunciação deixa de ser expressão de um sujeito preexistente e passa a operar como acontecimento coletivo, como composição de forças heterogêneas que atravessam o texto, afinal, “*Não há enunciação individual, nem sujeito de enunciação. A enunciação é necessariamente coletiva, e a palavra só existe como função de um agenciamento coletivo de enunciação.*”²⁵²

Endereçar-se, portanto, não é simplesmente escolher um leitor, mas instaurar uma cena em que múltiplas vozes entram em relação, disputam posições, modulam intensidades. A partir daí o *endereçamento* se revela como gesto ético fundamental da conficção. Pois escrever não é apenas dizer algo sobre o passado, mas estabelecer uma relação com ele. A quem se fala quando se escreve história? À comunidade científica? Ao leitor abstrato? À tradição disciplinar? Ao Estado? Aos vencedores? Aos vencidos? Aos mortos sem sepultura? À própria consciência? Cada uma dessas direções instala um regime distinto de veridicção, de autoridade e de responsabilidade. Endereçar-se é escolher um campo de forças e tornar estratégicas as consequências micropolíticas dessa escolha.

Endereçar-se também não é falar de si, mas inscrever-se numa cena na qual o eu só existe em relação a um outro que o antecede e o atravessa, de forma disjuntiva. Na conficção, essa cena não se organiza pelo pacto autobiográfico da identidade, mas por um regime instável de confissão endereçada à diferença, como efeito e não como origem. É nesse sentido que busco reinscrever a confissão como operador central da enunciação, enquanto escuta e escrita.

Essa escuta exige a vigilância permanente da cartografia, pois o endereçamento está sempre sob risco de captura. O eu pode reaparecer como centro soberano, o leitor pode ser reduzido a instância de confirmação, o passado pode ser domesticado como exemplo moral, a confissão pode transformar-se em espetáculo de autenticidade. Nada é garantido, eis o perigo que carrega os microfascismos e a captura dos nômades pela maquinaria maior. A conficção exige atenção contínua a esses perigos. Endereçar-se bem

²⁵² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, v. 2. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira et al. São Paulo: Editora 34, 1995. Pg. 36.

não é acertar o destinatário, mas sustentar o campo aberto, manter a enunciação suficientemente instável para que nela permaneça visível a diferença, suficientemente rigorosa para que não se dissolva em indeterminação.

Que com isso possamos nos deslocar para outros territórios, tomando o que melhor nos afeta, sabendo que o historiador não sai “íleso” daquilo que enuncia. Cada conficção bem-sucedida instaura uma ruptura, um rasgo na relação com o discurso passado, com a memória e consigo mesmo. Endereçar-se à diferença é aceitar que a escrita não retorna ao ponto de partida, que algo se perdeu, que algo se deslocou, que algo se tornou irreversível. Nesse sentido, o endereçamento torna-se o núcleo ético mais sensível do conceito.

Dada a orientação pelo endereçamento, agora é preciso dar forma e afecção pela *montagem*. Dar forma não é simplesmente organizar conteúdos, mas instaurar um regime sensível no qual algo passa a existir como acontecimento, evocando seu território existencial próprio. Nesse ponto, tomo como principal inspiração a reflexão deleuziana sobre a pintura de Francis Bacon, realizando um deslocamento conceitual para dentro do processo confeccional.

Em *Francis Bacon: Lógica da sensação*²⁵³, Deleuze propõe pensar que a verdadeira questão da pintura não é representar, mas fazer aparecer forças, e assim também penso sobre a função da conficção aqui. Para isso, distingue-se rigorosamente o movimento figurativo do figural. O figurativo é o regime da representação, com formas reconhecíveis, narrativas visuais, cenas legíveis. O figural, ao contrário, é aquilo que rompe a figuração para fazer surgir diretamente a sensação, o corpo, a intensidade.

Essa distinção ilumina profundamente a importância da montagem na conficção. Montar não pode ser produzir uma representação individual do resultado entre a cartografia e o endereçamento, afinal, é possível cartografar e enunciar o cartografado e ainda sim ser só mais uma pesquisa arquivada num repositório, sem efeito ou afecção alguma. Montar é pensar o fluxo figural do que se cartografa e endereça, produzindo formas sensíveis de ser percebido e de tornar a escrita afectiva ao toque do outro, da diferença.

²⁵³ DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Editora 34, 2007.

É nesse ponto que a montagem se aproxima de uma prática de evocação háptica, visual-tácita. Deleuze mostra, com Bacon, como a pintura deixa de ser puramente óptica para tornar-se tátil-visual, onde o olho passa a funcionar como mão, de forma indistinta, tocando sem tocar, esquentando ou esfriando sua percepção pelo encontro de distintas cores, acompanhando as forças que atravessam os corpos pintados. Pensando a partir da conficção, sendo essa também um tipo de produção de um quadro-diagrama, desloco o sentido da forma anteriormente posta como composição de cores em vazamento, transbordantes, isso porque:

O diagrama sempre possui, portanto, efeitos que o ultrapassam. Potência manual desenfreada, o diagrama desfaz o mundo ótico, mas deve ao mesmo tempo ser reinjetado no conjunto visual onde induz um mundo propriamente háptico e uma função háptica do olho. É a cor, são as relações da cor que constituem um mundo e um sentido hápticos, em função do quente e do frio, da expansão e da contração. E certamente a cor que modela a Figura e se estende sobre as grandes superfícies planas não depende do diagrama, mas passa por ele, e dele surge. O diagrama age como modulador e como lugar comum aos quentes e aos frios, às expansões e contrações. Em todo o quadro, o diagrama e sua intrusão manual tornam possível o sentido háptico da cor.²⁵⁴

Montar é tornar o passado, ou melhor, as virtualidades em atualização, passíveis de toque, transbordantes à própria narrativa que as enuncia. Busca fazer percorrer com o olhar, sentir suas resistências, acompanhar suas deformações, destacar as acosturas e os cortes, perceber suas zonas de densidade e seus vazios significantes. Cada corte é um gesto háptico, cada costura é um gesto de contato e territorialização. A montagem não organiza apenas visualidades, ela produz uma experiência sensível da história, de sua cartografia e de seu endereçamento.

É nesse regime que a forma deixa de ser simples moldura, ou as páginas de uma dissertação, e se torna campo de forças. Assim como em Bacon a figura não representa um corpo, mas torna visíveis as forças que o atravessam, na conficção a montagem não representa sujeitos históricos, mas faz aparecer os processos que os constituem, cerceiam e potencializam: violências, normas, desejos, resistências, silêncios, intensidades, neurodivergências, disforias, atritos, etc... A montagem não ilustra, ela intensifica, a fim de fazer sentir.

Destarte, a montagem se revela como aquilo que verdadeiramente dá forma ao acontecimento histórico. Não forma figurativa, mas forma intensiva. Não forma identitária, mas forma de devir. Essa operação é profundamente epistemológica. Pois, a

²⁵⁴ *Ibidem*, 2007, p. 138.

verdade já não está na representação fiel, mas na justeza da sensação e do afeto. Uma montagem verdadeira não é aquela que reconstrói melhor os fatos, mas aquela que restitui com maior precisão as intensidades históricas de sua atualidade, mostrando sua virtualidade na atualização do próprio fazer.

Nesse processo, a montagem se torna ferramenta de produção do figural historiográfico, produzindo passados sensíveis ao contato, vibrantes e vívidos.

Se a cartografia constrói o plano, o endereçamento instaura a cena enunciativa e a montagem dá forma sensível ao diagrama, resta agora pensar o que, afinal, se produz nesse processo. Pois nenhuma dessas operações teria sentido se não culminasse numa transformação efetiva do regime de subjetivação implicado na escrita. A singularização aparece, assim, como o último elemento da conficção, não como conclusão, mas como efeito, aquilo que emerge quando a escrita deixa de produzir identidades e passa a produzir modos de existir e perceber o mundo.

Aqui o encontro entre o historiar e a conficção, distinguindo-se tanto da (auto)biografia pactuada quanto das versões contemporâneas de escrita de si capturadas pela lógica neoliberal da autenticidade. Enquanto essas tendem a produzir sujeitos reconhecíveis, coerentes, narráveis e governáveis, a singularização conficcional opera no sentido oposto, pela fratura, rasgo e costura, produzindo dessa forma um campo de variação e historicização propriamente singular. Nesse regime relacional, o eu que escreve deixa de ser origem do discurso para tornar-se seu efeito instável e imanente. Ele não se afirma como fundamento da verdade, mas se expõe como superfície atravessada por forças históricas, afetivas, institucionais e políticas. O lema aqui é: escrever-se para tornar-se outro.

Cada singularização é um acontecimento micropolítico, possivelmente microrrevolucionário. Uma escrita que singulariza fabrica posições de enunciação novas, outras formas de atualização capazes de resistir às capturas identitárias dominantes. Com essa ferramenta em mãos, a singularização aparece como uma resposta direta ao dilema contemporâneo entre autobiografia, negacionismo e autoridade histórica. A singularização mina, assim, a autoridade narcísica sem dissolver a responsabilidade ética. Problematisa os fundamentos epistemológicos que constituem ambos os territórios, da cientificidade e de sua negação, implodindo a binaridade pela evocação da diferença

positiva a partir de uma postura micropolítica efetiva. Singularizar, como defendo aqui, é tornar-se ponto de passagem e resistência.

É por isso que a singularização não se conclui no texto. Ela continua no leitor, na circulação da escrita, nos usos possíveis do passado que ela inaugura. Dessa forma, em resumo, a conficção é a produção de um efeito historiográfico extradisciplinar, que faz vibrar as conceituações da subjetividade e da história, em direção à produção de novas formas de atualizar o passado e os sujeitos de forma múltipla e ética.

É nesse ponto que o conceito se fecha e, ao mesmo tempo, se abre. *Cartografia, endereçamento, montagem e singularização* não são etapas sucessivas, mas instâncias coextensivas de uma mesma operação micropolítica de escrita. A conficção não é método entre outros, mas um regime de produção de verdade situado, no qual a história, a subjetividade e a política se tornam indissociáveis. Sua aplicabilidade é infinda, com desdobramentos ainda não imagináveis. Sua proposta, por hora, se dá em manter aberto o território onde a história ainda pode tornar-se devir.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. *Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

EZLN. *Documentos y comunicados*. “Al Consejo Estudiantil Universitario”. Tomo 1. México: ERA, 1994.

FONTES ARTÍSTICAS

PICASSO, Pablo. *Ciência e caridade*. Óleo sobre tela, 197x249 cm. Museu Picasso, Barcelona. 1897.

ROCHA, Glauber. *Jango: uma tragédia em 3 atos*. Texto teatral. Medicina, Cultura e Ciência. São Paulo, n. 2, out./dez, 1983.

SHAKESPEARE, William. *Muito barulho por nada*. L&PM Pocket, 2002.

FONTES DIGITAIS

Suely Rolnik: *Entrevista Completa - Narciso no Espelho do Século XXI*. Canal Narciso 21, publicado em 27 de maio de 2017 na plataforma Youtube. Vídeo. Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=GjsRiQB_5DY

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

AGOSTINHO, Larissa Drigo. Guattari: máquinas e sujeitos políticos. *Transformação*, v. 43, p. 103-126, 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2020.v43n1.07.p103>

AGULHON, Maurice; DUBY, Georges; NORA, Pierre ; (orgs.). *Ensaio de Ego-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A mobilização das carnes: história, desejo e política ao res dos corpos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 16, n. 41, p. 1-23, 2023. <https://doi.org/10.15848/hh.v16i41.2005>

ALVIM, Davis M. Pensamento indomado: História, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. *Dimensões*, n. 24, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora, 2014.

ANJOS, Augusto dos. Psicologia de um vencido. In: _____. *Eu*. Manaus: Valer, 2000.

ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*, 2ª Edição. Vitória: Editora Milfontes/Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. Tradução de Teixeira Coelho; 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 161-184, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>

BARKER, Francis. *The Tremulous Private Body: Essays on subjection*. University Press, Cambrigde, Londres, 1984

BENE, Carmelo; DELEUZE, Gilles. *Superpositions*, Paris, Les Éditionsde Minuit.1979.

BHATIA, Sunil et al. Engaging with decoloniality, decolonization, and histories of psychology otherwise. In: COMAS-DÍAZ, Lillian; ADAMES, Hector; CHAVEZ-DUEÑAS, Nayeli. *Decolonial psychology: Theory, research, training, and practice*, Washington, DC: American Psychological Association, 2024.

BINSWANGER, Ludwig; WARBURG, Aby. *La guarigione infinita: Storia clinica di Aby Warburg*. Neri Pozza Editore, 2021.

BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de Babel. In: _____. *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRESSIANI, Nathalie. Luta por reconhecimento e diagnóstico de patologias sociais: Dois momentos da teoria crítica de Axel Honneth. São Paulo: Saraiva, 2013.

- BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica. 1a. ed., 2017.
- _____. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Ed. N-1 / Crocodilo, 2019.
- CANGUILHEM, Georges. *Escritos da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Trad., ed. Maria Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CARNEIRO, Beatriz Scigliano. Arte: máquina de guerra. In: *Revista Verve: n. 11 – PUC-SP*. Fevereiro, 2011.
- CASTRO, Rosana. Ensaio clínico, movimentos sociais e bioativismos: notas para uma (outra) genealogia do sistema brasileiro de ética em pesquisa. *Saúde e sociedade*, v. 31, p. e220055pt, 2022. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902022220055pt>
- CHASIN, Alexandra. *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market*. New York: St. Martin's Press, 2000.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Entre o normal e o patológico: Ludwik Fleck, Georges Canguilhem e a gênese da epistemologia histórica. *Intelligere*, v. 2, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.114460>
- CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des) Arquivar: Arquivos pessoais e Ego-documentos no tempo presente*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2019.
- DA MATA, Sérgio. A consciência histórica como falsa consciência—reflexões sobre o mal-estar na historiografia brasileira atual. In: MORAIS, Julierme; NETO, Manuel Gustavo. *Teoria da História & História da historiografia: exercícios de pesquisa*, São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.93756.1>

DA SILVA, Maria Eduarda Góes Barboza; FERREIRA, Mateus Evaldo Hughes; OLIVEIRA, Wesley. Devires da Amazônia Colonial: Animais e a floresta nos relatos de viagem sob uma perspectiva deleuze-guattariana. *Revista 2i: Estudos de identidade e intermedialidade*, v. 5, n. 7, p. 39-53, 2023. <https://doi.org/10.29327/268903.6.1-16>

DE ABREU, João Maurício Martins. Reconhecimento e diferença na teoria ética de Axel Honneth: uma questão em forma de ensaio. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, v. 35, n. 1, 2019.

DE ANDRADE, Oswald, Manifesto antropófago. In: *Revista de Antropofagia*, ano I, São Paulo, maio de 1928. Reeditado em A utopia antropofágica, Obras completas de Oswald de Andrade, Editora Globo e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, São Paulo, 1990.

DE ASSIS RABELO, Elson. O segundo sol na História: a prática historiográfica e a prática científica sob o signo do acontecimento. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

DE MELLO RANGEL, Marcelo. A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de lança*, v. 13, p. 27-46, 2019.

DE MORAES, Matheus Henrique Junqueira. *Pink money & Pinkwashing*: entre o reconhecimento e os riscos de uma expansão expropriatória do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, n. 22, 2024. <https://doi.org/10.29327/2410051.7.22-91>

DE OLIVEIRA SOARES, Rodrigo. Historicidade, trauma e restituição da relação com a experiência: Contribuições da Psicanálise para o estudo da História. *História Revista*, v. 26, n. 3, p. 119-133, 2021. <https://doi.org/10.5216/hr.v26i3.67170>

DE OLIVEIRA, Agnes. De uma conjuntura para outra: Guattari e Deleuze après-coup. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 43, n. 1, p. 115-130, 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v43i1p115-130>

DE SOUZA REZENDE, Eliana Almeida. Um ensaio de ego-história. *Revista Sustinere*, v. 4, n. 1, p. 144-153, 2016. <https://doi.org/10.12957/sustinere.2016.24636>

DE SOUZA, ALISSON RAMOS. Deleuze e a imanência da consciência. *História*, v. 5, n. 2, 2019.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Graal, 2018.

_____. *Espinosa: Filosofia Prática*. Tradução de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Editora Escuta, 2002.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *Nietzsche a e filosofia*. 1ª ed., Trad. Ruth Joffily e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. *In: Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 1-5 Editora 34. São Paulo, 2011.

_____. *O anti-édipo*. Tradução de Luiz BL Orlandi. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. *O que é a filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 (a).

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2013 (b).

DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (Ed.). *História de la vida privada*. Madrid: taurus, 1989.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª ed. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009.

_____. *A Coragem da Verdade: o governo de si e dos outros II*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *A Hermenêutica do sujeito*. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros: tradução Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2006.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Editora Vozes, 20ª ed. 1999.

_____. A Vida: a Experiência e a Ciência, 1985. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos & Escritos: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de Pensamento – Vol. II*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

_____. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 11ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2024.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1977.

FRANCO, Stefanie Gil; BORGES, Viviane. Ressignificar, glamourizar, estetizar: notas sobre a loucura no tempo presente. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 12, n. 23, p. 288-300, 2023. <https://doi.org/10.26512/museologia.v12i23.45525>

GOMBRICH, Ernst Hans. *História da Arte*. São Paulo: Editora LTC, 2000.

GORDON, Lewis. Decadência disciplinar e a de (s) colonização do conhecimento. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, 2017.

GUATTARI, Félix. *A revolução molecular*. 3ª ed. Tradução de Suely Rolnik. Porto Alegre: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *1980-1985: Les Années d'Hiver*. Paris: Bernard Barrault Ed., 1986.

_____. *Lula: entrevista a Felix Guattari*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUÉRIOS, Ettiène. A Plataforma Brasil e os Comitês de Ética em Pesquisa na área de Humanidades. *Revista Pesquisa Qualitativa*. São Paulo (SP), v. 9, n. 22, 2021, pp. 565-581. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.509>

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. WMF Martins Fontes, 2012.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HONNETH, Axel. *Crítica del Poder: fases em La reflexión de uma Teoría Crítica de La sociedad*. Madrid: Editora Machado Libros, 2009.

_____. *Das Recht der Freiheit. Grundriss einer demokratischen Sittlichkeit*. 3ª edição. Berlin: Suhrkamp, 2017.

_____. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Trotta, 2011.

_____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: editora 34, 2003.

_____. *Pathologies of reason: On the legacy of critical theory*. Columbia University Press, 2009.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HUR, Domenico Uhng. Deleuze e a constituição do diagrama de controle. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, p. 173-179, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5507>

IKÄHEIMO, Heikki. The Recognition Paradigm between Universalism and Historicism. In: *Recognition and the Human Life-Form*. Londres: Routledge, 2022.

JACINTHO, Jussara Maria Moreno et al. Contribuições do debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth para a justiça entre gêneros. *Interfaces Científicas-Direito*, v. 8, n. 2, p. 28-45, 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2020v8n2p28-45>

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru (SP): Edusc, 2007.

JÚNIOR, José dos Santos Costa; ALVÃO, Alan Crhistian Quadros. Durval Muniz de Albuquerque Júnior: Por uma historiografia da diferença. *Revista Aedos*, v. 15, n. 33, 2023.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Guerra e Paz Editores, 2021.

LANE, Joan. The Doctor Scolds Me: The Diaries and Correspondence of Patients in Eighteenth-Century England, In: Roy Porter (ed.), *Patients and practitioners: Lay perceptions of medicine in pre-industrial society*. Londres, Cambridge University Press, 1985. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511563690.008>

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha, Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da historiografia: International Journal of theory and history of historiography*, v. 5, n. 10, p. 247-259, 2012. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.451>

LORRAINE, Tamsin. *Deleuze and Guattari's immanent ethics: Theory, subjectivity, and duration*. Nova Iorque: State University of New York Press, 2011. <https://doi.org/10.1353/book2589>

MATOS, Leandro Lelis. Subversão, desordem e o novo princípio do tempo em Deleuze. *Sapere Aude*, v. 15, n. 30, p. 1059-1080, 2024. <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2024v15n30p1059-1080>

MATTOS, Marina Baltazar; RIBEIRO, Gustavo Silveira. "Bordar é um verbo destinatário": o gesto e o avesso do poema. *eLyra: Revista da Rede Internacional Lyracompoetics*, n. 17, p. 225-237, 2021. <https://doi.org/10.21747/2182-8954/ely17a14>

MININEL, Guilherme. *Nômade ou historiador? Um protótipo de máquina de guerra deleuziana na reflexão sobre a multiplicidade temporal dos processos esquizofrênicos de subjetivação na história*. (Trabalho de conclusão de curso). Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

MOORE, Jason. The Capitalocene. Part I: On the Nature & Origins of Our Ecological Crisis. *The Journal of Peasant Studies*. Vol. 44. 2014. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>

MORAES, Alisson Diego Batista. Bolsonarismo: perspectivas estéticas e morais na configuração da extrema direita brasileira. *Instante*, v. 7, n. 1, 2025 <https://doi.org/10.18391/ri.v7i1.4386>

NAIL, Thomas. *Returning to Revolution: Deleuze, Guattari and Zapatismo*. Edinburgh University Press, 2012. <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9780748655861.001.0001>

NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de Potência*. São Paulo: Escala, 2004.

NOVAES, Moacyr. As Confissões como elogio do diálogo. *discurso*, v. 49, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2019.159272>

_____. Eternidade em Agostinho, interioridade sem sujeito. *Analytica*, v. 9, n. 1, 2005.

PACHECO, Mariana Pimentel Fisher. Honneth e a pulsão: sobre as razões e as consequências para a crítica social da rejeição honnethiana à pulsão de morte freudiana. *Psicologia usp*, v. 27, n. 1, p. 78-85, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-656420150008>

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History & Theory*, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2303.2011.00565.x>

PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021. <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1719>

POCHAPSKI, Gabriel José. A escrita da história como prática de deslocamento: cartografando Durval Muniz, historiador e orientador. *Revista Aedos*, v. 15, n. 33, 2023.

POCHAPSKI, Gabriel José; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Corpo, acontecimento e diferença: Deleuze e Guattari e a historiografia, uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *História Unisinos*, v. 24, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.4013/hist.2020.241.13>

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (orgs.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PRECIADO, Paul. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.

PRINZHORN, Hans. *Artistry of the Mentally Ill*. New York: Springer-Verlag, 1972. <https://doi.org/10.1007/978-3-662-00916-1>

PTACKOVA, Jarmila. Sedentarisation of Tibetan nomads in China: Implementation of the Nomadic settlement project in the Tibetan Amdo area; Qinghai and Sichuan Provinces. *Pastoralism: Research, Policy and Practice*, v. 1, pg. 7, 2011. <https://doi.org/10.1186/2041-7136-1-4>

RAGO, Luzia Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 4, n. 5, 1993.

_____. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

RAMALHO, Walderez Simões Costa; RAMIRES, Augusto Martins; FERRAZ, Letícia Almeida. Historiografia e visada ética: Hayden White e os passados práticos. *Revista de Teoria da História*, v. 20, n. 2, p. 106-129, 2018.

RIBEIRO, José Antônio. A função social da propriedade e a proteção ao trabalhador. *Revista TST*, São Paulo, vol. 84, no 4, out/dez, 2018.

RODRIGUES, Lidiane Soares; MUDROVCIC, María Inés; DE SÁ AVELAR, Alexandre. Rebeldia disciplinada? Introdução à 'História como (in) disciplina'. *História da*

Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 14, n. 36, p. 25-44, 2021. <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1867>

ROLNIK, Suely. *A dama de negro*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUC/SP, 1993.

_____. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, Maria Cristina (Org.), *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta. 1995.

_____. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições; 2018.

_____. Esquizoanálise e antropofagia. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora, v. 34, 2000. Pg.10.

RÜSEN, Jörn. Historical consciousness: Narrative structure, moral function, and ontogenetic development. In: SEIXAS, Peter. *Theorizing historical consciousness*, Toronto, University of Toronto Press Incorporated, 2004.

_____. Responsibility and Irresponsibility in Historical Studies. In: *The Ethics of History*, edited by CARR, David; FLYNN, Thomas; MAKKEEL, Rudolf. Northwestern University Press, Evanston: Illinois, 2004.

_____. *Tarefa e função de uma teoria da história*. Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Razão Histórica: Teoria da História, fundamentos da ciência histórica*. Brasília, UnB, 2001.

SCARRY, Elaine. *The Body In Pain: The Making And Unmaking Of The World*. Oxford University Press, 1985.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. Les impensables de l'histoire. Pour une problématisation vitaliste, noétique et politique de l'anti-historicisme chez Gilles Deleuze. *Le philosophe*, n. 1, 2003. <https://doi.org/10.3917/phoir.019.0119>

SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheres contra as*

opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022). Tese em História. Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

SILVEIRA, Pedro Telles da. História, ação e ética – Comentário a respeito de Herman Paul. *História e Cultura*, Franca, v.6, n.3, 2017. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v6i3.2170>

SILVEIRA, Ronie Alessandro Teles da; HÜNING, Simone Maria. A tutela moral dos comitês de ética. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, p. 388-395, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200020>

SOUZA, Josiane Cristina Orlando de; FURLAN, Reinaldo. Produção de subjetividade e figuras subjetivas no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, v. 36, p. e266667, 2024. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36266667>

STANNARD, David. *Shrinking history: On Freud and the failure of psychohistory*. Oxford University Press, 1980.

STRAUB, Jurgen. Telling stories, making history. In: *Narration, Identity, and Historical Consciousness*, Berghan Books, New York, p. 44-98, 2005. <https://doi.org/10.3167/9781571817778>

TELES, Perolina Souza. *O alinhamento da Primavera Autista: entre o ponto, o molde da identidade e a linha de devir*. Tese em Educação, Repositório da Universidade Federal de Sergipe, 2024.

TORMEY, Simon. ‘Not in my name’: Deleuze, Zapatismo and the critique of representation. *Parliamentary Affairs*, v. 59, n. 1, 2006. <https://doi.org/10.1093/pa/gsj001>

TRAVERSO, Enzo. *Singular pasts: the “I” in historiography*. New York: Columbia University Press, 2016.

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães. Deleuze, Benjamin: Imanências. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 28, n. 55, p. 118-145, 2021. <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2021v28n55ID21108>

_____. Microrrevoluções Educacionais: As apropriações de Deleuze e Guattari. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 15, n. 2, p. 264-284, 2020. <https://doi.org/10.7867/1809-0354.2020v15n2p264-284>

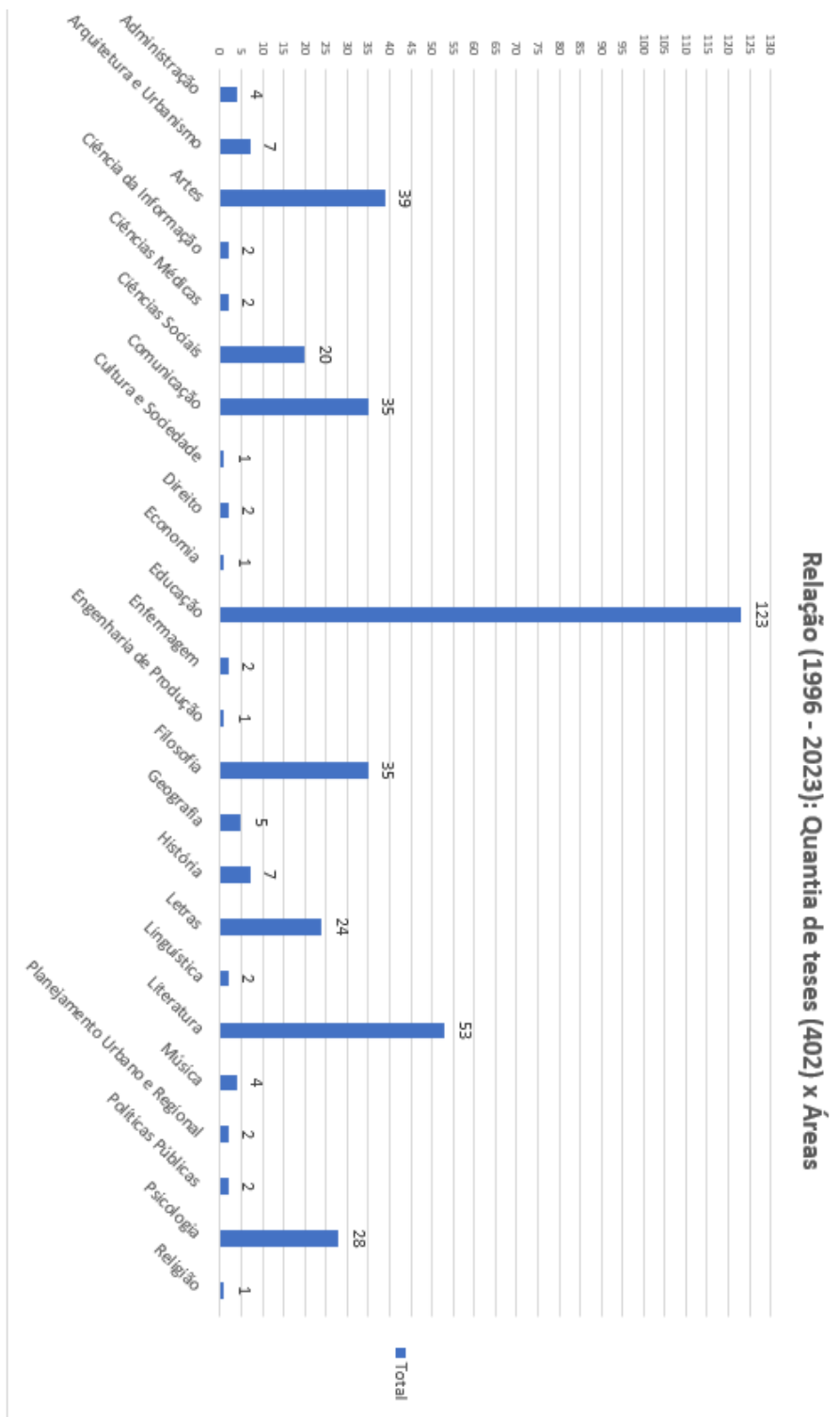
VOIGT, André Fabiano. Há um" giro ético-político" na história? *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia* (ISSN 2179-6386), v. 6, n. 1, p. 109-120, 2015.

WHITE, Hayden. O passado prático. Uberlândia: *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018. <https://doi.org/10.14393/artc-v20-n37-2018-47235>

WHITEBOOK, Joel. Psychoanalysis and critical theory. In: *The Routledge companion to the Frankfurt School*. Routledge, 2018. <https://doi.org/10.4324/9780429443374-3>

ANEXOS

ANEXO A



60

